



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
CENTRO DE CIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

FRANCISCO VALDENIR LIMA

**O PROJETO DE IRRIGAÇÃO VÁRZEAS DE SOUSA - AÇÕES E  
CONTRADIÇÕES DO NOVO MODELO AGRÍCOLA DO SERTÃO DA  
PARAÍBA**

FORTALEZA  
2012



FRANCISCO VALDENIR LIMA

**O PROJETO DE IRRIGAÇÃO VÁRZEAS DE SOUSA - AÇÕES E CONTRADIÇÕES  
DO NOVO MODELO AGRÍCOLA DO SERTÃO DA PARAÍBA**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alexandra Maria de Oliveira

FORTALEZA  
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

- 
- L696p Lima, Francisco Valdenir.  
O projeto de irrigação Várzeas de Sousa - ações e contradições do novo modelo agrícola do Sertão da Paraíba / Francisco Valdenir Lima – 2012.  
197 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2012.  
Área de Concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.  
Orientação: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.
1. Desenvolvimento regional. 2. Agronegócio. 3. Campesinato. 4. Conflitualidade. I. Título.

---

CDD 910

FRANCISCO VALDENIR LIMA

**O PROJETO DE IRRIGAÇÃO VÁRZEAS DE SOUSA - AÇÕES E CONTRADIÇÕES  
DO NOVO MODELO AGRÍCOLA DO SERTÃO DA PARAÍBA**

Dissertação submetida à Coordenação do  
Curso de Pós-Graduação em Geografia, da  
Universidade Federal do Ceará, como requisito  
parcial para a obtenção do grau de Mestre em  
Geografia. Área de concentração: Natureza,  
Campo e Cidade no Semiárido

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Alexandra Maria de Oliveira (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dr. Josias de Castro Galvão  
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Ao meu pequeno tesouro, Laura Viviane.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer consiste em reconhecer o valor e a importância daqueles que direta ou indiretamente contribuíram com a realização de um trabalho. Nesse sentido, o enclausuramento, o cansaço e, com ele, o desânimo que nos acompanharam em alguns momentos desses árduos meses de pesquisa, só foram superados graças a uma força suprema que nos guiou nessa jornada e ao incentivo de poucos, mas sensatos entes queridos, que viam em mim o esforço para a realização de mais uma etapa em minha vida.

Ao Pai Celestial, inicialmente, Senhor de todos os exércitos, que transforma o impossível em desafios, os sonhos em possibilidades... Em ti me reforcei nos momentos de dificuldades, centrando minhas forças e a confiança na superação dos obstáculos que se insurgiram. É necessário que perseveremos sempre em nossas metas, pois “o trabalho dignifica o homem” e “um verdadeiro guerreiro jamais foge a luta”.

Aos meus pais Valdemar e Socorro, que foram meus primeiros mestres nas lições da vida, ensinando-me os valores da moral, da ética e da honestidade. Agradeço em especial, a minha mãe, que mesmo em meio ao seu debilitado estado de saúde, me deu forças no desafio de deixar seu ninho e alçar voo rumo à materialização de meu sonho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC, na pessoa de sua coordenadora, a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Elisa Zanella, e aos demais professores desse programa, que tem possibilitado aos discentes das mais diversas partes do país, uma formação de qualidade reconhecida nacionalmente. Desbravar caminhos desconhecidos no fazer ciência torna-se missão árdua, porém, o compromisso e a competência desse incansável corpo docente, se constituem como referenciais basilares na multiplicação de mentes aptas a atuarem na construção de um mundo melhor.

A Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alexandra Maria de Oliveira, a quem reservo um carinho especial. Da banca de seleção à sua escolha como minha orientadora, passado o medo inicial, pude perceber sua paciência, compreensão e coerência no direcionamento de minha pesquisa. Ao retirar a venda de meus olhos, ainda inexperientes em enxergar o mundo, apontou novos caminhos para o sucesso de minha empreitada. A você, meu muito obrigado e o desejo de que continue realizando esse belo trabalho a frente dessa grande instituição.

Ao renomado professor Dr. Josias de Castro Galvão, um baluarte da geografia, que fincou suas raízes em pleno sertão paraibano, contemplando-nos com sua sapiência e fazendo ciência em uma terra, muitas vezes esquecida aos olhos de nossos representantes. Seu olhar crítico e aguçado, dosado de uma simplicidade ímpar, foram essenciais na reformulação

deste trabalho. A UFCG, campus de Cajazeiras - PB, tem uma grande dívida social para com você, eterno mestre e, indubitavelmente, não seria a mesma sem sua seriedade e compromisso com uma universidade de qualidade.

Ao professor Dr. José Levi Furtado Sampaio, por ter aceitado compor a banca de defesa. Suas críticas e sugestões no exame de qualificação também tiveram grande peso na reestruturação deste trabalho.

A Héliida Laiane e Laura Viviane, minhas fontes de inspiração, para quem dedico integralmente este trabalho. Obrigado por, num simples gesto de carinho, renovarem minhas esperanças, me fazendo acreditar que sempre existirá um sol a brilhar no horizonte e a nos fortalecer em nossa caminhada.

A Paulo Victor Paz de Sousa, irmão de luta que a vida me presenteou. A você, "*barba ruiva*", que fostes a ponte e encorajou-me a tentar a sorte em Fortaleza, meu muito obrigado. Fica a lembrança dos bares da vida, onde dividimos nossas angústias, insônias e aspirações na busca da concretização de nossos projetos de vida.

Aos coordenadores dos assentamentos Nova Vida I, Artur, Nena e Célia, e Nova Vida II, Ana Lúcia e João Neto. Em cada visita, em cada conversa, restauravam-se minhas forças ao ver no semblante de cada um de vocês o ideal da conquista de um espaço, o sonho da liberdade e a busca por um futuro melhor. Espero que anos de luta, privações e sacrifícios sejam brevemente recompensados com o direito de produzir na "terra um dia prometida e hoje conquistada".

Aos colegas de turma que dividiram as dores da caminhada e a glória na conclusão desse importante estágio em nossas vidas. Saibam que as pedras e dificuldades encontradas em nossa jornada, só serviram para mostrar o brio e a vontade de crescimento pessoal e intelectual de cada um de nós.

Por fim, dedico este trabalho a todos os que objetivam fazer da geografia um instrumento libertador, que nos abra os olhos para os problemas sociais e nos faça lutar por um mundo livre de tantas injustiças e violações.

### **Nordeste Independente**

*“Já que existe no Sul esse conceito  
que o Nordeste é ruim, seco e ingrato,  
já que existe a separação de fato  
é preciso torná-la de direito[...]  
Dividido a partir de Salvador  
o Nordeste seria outro país  
vigoroso, leal, rico e feliz  
sem dever a ninguém no exterior.  
Jangadeiro seria o senador [...]  
cantador-de-violão o presidente.  
O Brasil vai ter de importar  
do Nordeste algodão, cana e caju,  
carnaúba, laranja, babaçu,  
abacaxi e o sal de cozinhar.  
O arroz, o agave do lugar  
a cebola, o petróleo, o aguardente.  
O Nordeste é auto-suficiente.  
O seu lucro seria garantido [...].”*

(Bráulio Tavares e Ivanildo Vila Nova)



## RESUMO

O Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa – PIVAS é uma iniciativa do Governo da Paraíba em conjunto com o poder político local com a finalidade de dinamizar as atividades agrícolas e agroindustriais no sertão do Estado. Idealizado na década de 1950, tornou-se política de reestruturação da base produtiva regional em 1998. Mas somente a partir de 2007, as Várzeas de Sousa ganham notoriedade em virtude da implantação de um modelo de agricultura científica, de caráter empresarial, voltado para a produção de grãos e de fruticultura irrigada para a exportação. Nesse contexto, a dissertação em questão analisou a implantação do agronegócio no PIVAS e o processo de multiterritorialização que tem ocorrido na área, bem como os embates acerca da viabilidade do modelo produtivo e a luta dos camponeses expulsos da terra e que hoje lutam por sua participação no projeto. Para alcançar os objetivos propostos e fundamentar a discussão em pauta, o referencial teórico teve como suporte, na análise das políticas públicas de combate a seca no Nordeste, a teoria de expoentes como Castro (1992; 2008), e outros, enquanto o (re)arranjo produtivo dos espaços encontrou fulcro em Elias e Pequeno (2006) e Santos e Silveira (2008). Os procedimentos metodológicos foram fundamentados em pesquisas bibliográficas e documentais, realização de trabalhos de campo, registros fotográficos e, por fim, entrevistas realizadas com os atores sociais envolvidos (empresários, lideranças dos movimentos sociais, colonos irrigantes, agricultores sem terra e representantes do governo), as quais tiveram papel fundamental no entendimento acerca das dinâmicas socioespaciais que se moldam a partir do projeto e das facetas, ideologias e simbolismos revelados através da luta pela posse da terra. A análise dos condicionantes que atuam na formação do PIVAS, nos permitiu constatar que embora o mesmo seja visto pela classe empresarial e política como a alavanca para o progresso da região, decorridos mais de uma década de seu início e em meio a diversas denúncias de irregularidades, aliadas ao descaso do Estado na resolução dos impasses que impedem seu pleno funcionamento, o projeto pouco tem contribuído para a economia da região e para a melhoria da qualidade de vida da população. Em contrapartida, enquanto esperam o raiar do sol, os camponeses mobilizados em sua trincheira de luta, impunham sua bandeira e alimentam o sonho pela conquista de seu torrão e por condições dignas de sobrevivência e de produtividade.

**Palavras-Chaves:** Desenvolvimento regional. Várzeas de Sousa. Agronegócio. Campesinato. Conflitualidade.

## ABSTRACT

The Wetlands Irrigation Project Sousa - PIVAS is an initiative of Paraíba Government in conjunction with the local political power in order to boost the agricultural and agroindustrial activities in the hinterland of the state. Conceived in the 1950s, it became political restructuring of regional productive base in 1998. But only since 2007, the Wetlands of Sousa gain notoriety due to the implementing of a model of scientific farming, the corporate character, focused on the grain production and irrigated horticulture for export. In this context, the study in question examined the implementation of agrobusiness in PIVAS, multiterritorialization process that has taken place in the area, as well as conflicts about the viability of the production model and the struggle of the peasant off the land and for their participation in the project. To achieve the proposed objectives and support the discussion at hand, the theoretical framework has been supported in the analysis of public policies to combat the drought in the Northeast, the theory of exponents as Castro (1992, 2008), and others, while the (re)productive arrangement of spaces found fulcrum Elias and Small (2006) and Santos and Silveira (2008). The methodological procedures were based on literature searches and documents, conducting fieldwork, photographs and, finally, interviews with the actors involved (entrepreneurs, leaders of social movements, colonists irrigation, landless farmers and government officials), which played a key role in understanding the dynamics that shape socioespaciais from the project and facets, symbolism and ideologies revealed through the struggle for land. The analysis of the constraints that operate in the formation of PIVAS, allowed us to see that although it is seen by business and political class as a lever for progress in the region after more than a decade of its inception and amid various allegations of irregularities, coupled with the neglect of the state in resolving impasses that prevent their full operation, the project has little contributed to the region's economy and improving the quality of life of the population. However, while waiting for the sunrise, the peasants mobilized in his trench fighting, imposed their flag and feed the dream by winning their turf and decent survival and productivity.

**Keywords:** Regional development. Floodplains of Sousa. Agrobusiness. Peasantry. Conflict.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Arranjos territoriais produtivos agrícolas	31
Figura 2 – Vaqueiro conduzindo o gado nas terras hoje pertencentes às Várzeas de Sousa-PB	52
Figura 3 – Trabalhadores atuando no beneficiamento do algodão e no carregamento dos caminhões que destinavam a pluma aos portos da região Nordeste	54
Figura 4 – Caminhão carregado de plumas de algodão	55
Figura 5 – Colheita manual do algodão	56
Figura 6 – Aparelhos que compõem a infraestrutura de irrigação do Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa	65
Figura 7 – Representação esquemática da posição dos assentamentos e acampamento dos sem terras as margens da BR-230	71
Figura 8 – Plantio de girassóis da Santana Agroindustrial	78
Figura 9 – Colheita do algodão realizada pela Santana Agroindustrial nas Várzeas de Sousa-PB	80
Figura 10 – Portfólio da Fazenda Tamanduá, pertencente a Mocó Agropecuária Ltda.	82
Figura 11 – Plantio de romã nas Várzeas de Sousa pertencente a Mocó Agropecuária Ltda	82
Figura 12 – Produção de melão da Mocó Agropecuária Ltda.	83
Figura 13 – Empresa Agroveter - Comércio de Produtos Agropecuários e Representações Ltda.	84
Figura 14 – Infraestrutura dos lotes pertencentes aos pequenos produtores	85
Figura 15 – Produção de frutas nos lotes dos pequenos produtores – banana, goiaba e maracujá	87
Figura 16 – Cultivo de hortaliças nos lotes dos pequenos produtores e comercialização da produção nas redes de supermercado da região	87
Figura 17 – Lotes de pequenos produtores, abandonados ou subutilizados nas Várzeas de Sousa-PB	90
Figura 18 – Assentamentos Nova Vida I e II, localizados as margens da BR-230	91
Figura 19 – Jornais denunciando irregularidades no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa	94

Figura 20 – Danos estruturais a parede do canal adutor e processo de assoreamento	100
Figura 21 – Vegetação avançando sobre o canal e precariedade das vias que dão acesso aos lotes dos colonos – estradas e passagens molhadas	100
Figura 22 – Problemas com drenos e tomadas d’água e danos a parede do reservatório de captação - barragem de compensação	101
Figura 23 – Desvio ilegal das águas do Canal da Redenção	103
Figura 24 – Gado solto nas áreas de proteção da biodiversidade	113
Figura 25 – Organograma representativo do rearranjo territorial decorrente da inserção dos lugares de reserva nos circuitos espaciais do agronegócio	117
Figura 26 – Estabelecimentos comerciais para venda de insumos e implementos agrícolas	118
Figura 27 – Aspectos elementares na compreensão do ser camponês, embasado nas ideias de Bombardi	123
Figura 28 – Assentamento Nova Vida I	135
Figura 29 – Formação do acampamento Emiliano Zapata	136
Figura 30 – Manifestação camponesa contra o uso de agrotóxicos praticado pela empresa Santana Agroindustrial	139
Figura 31 – A territorialização do agronegócio, a formação dos “Territórios de Exclusão” e do “Território de Prisão” e a luta camponesa para a construção do “Território de Esperança”.	145
Mapa 1 – Os caminhos das boiadas no interior do Nordeste	50
Mapa 2 – Primeira planta dos estudos preliminares do PIVAS	67
Mapa 3 – Distribuição das parcelas territoriais pertencentes aos segmentos que atuam no PIVAS	70
Gráfico 1 – Divisão da área irrigável no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (em %)	77

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimento financeiro realizado no PIVAS (em reais)	66
Tabela 2 – Divisão atual dos lotes no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa – PB	68
Tabela 3 – Paralelo entre a destinação das terras conforme proposta inicial e destinação atual	69
Tabela 4 – Produtividade das empresas e dos pequenos produtores do PIVAS no ano de 2010	73
Tabela 5 – Estimativa de produção das empresas e dos pequenos produtores do PIVAS no ano de 2011	74
Tabela 6 – Divisão dos lotes empresariais no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa	76
Tabela 7 – Associações dos pequenos produtores do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa	86

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1 O IDEÁRIO DESENVOLVIMENTISTA E A CONSTRUÇÃO DE UM “NOVO” NORDESTE.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 O Sertão na pauta do discurso: da desesperança a formação de um <i>locus</i> produtivo.....</b>	<b>22</b>
<b>1.2 Das decisões de gabinete à implantação de projetos de agricultura irrigada no interior do Nordeste.....</b>	<b>29</b>
1.2.1 Dos enredos a sua eficácia econômica e social - O (in)sucesso dos projetos de irrigação pública no Nordeste.....	32
<b>1.3 Da “falsa consciência” ao vetor de modernidade – A reestruturação produtiva do campo frente às imposições ideológicas do agronegócio.....</b>	<b>39</b>
<b>2 VÁRZEAS DE SOUSA-PB – TRANSFORMAÇÕES DE UM ESPAÇO PRODUTIVO TRADICIONAL A PÓLO AGRÍCOLA INTEGRADO À ECONOMIA GLOBALIZADA.....</b>	<b>49</b>
<b>2.1 As Várzeas de Sousa-PB e sua vocação histórica à produção agropecuária.....</b>	<b>49</b>
2.1.1 A pecuária enquanto razão econômica da interiorização.....	49
2.1.2 “Outro ciclo se abre e se fecha na flor do algodão” – Do apogeu da cotonicultura sertaneja ao fim do eldorado que se idealizou.....	53
2.1.3 O resplandecer da agropecuária na cidade de Sousa-PB.....	60
<b>2.2 PIVAS – Da idealização à sua materialização.....</b>	<b>63</b>
2.2.1 A contraposição dos modelos produtivos no PIVAS.....	72
2.2.1.1 Agricultura empresarial científica e de base tecnológica.....	75
2.2.1.2 Pequena produção qualificada.....	84
2.2.1.3 Agricultura camponesa.....	90
2.2.2 Do imaginário redentor as contradições do projeto.....	92
<b>2.3 PIVAS – Ponto luminoso ou lampejo de modernidade?.....</b>	<b>114</b>
<b>3 A RESISTÊNCIA CAMPONESA E A TENTATIVA DE MANUTENÇÃO DE SUA IDENTIDADE EM MEIO À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PROMOVIDA PELO AGRONEGÓCIO NAS VÁRZEAS DE SOUSA-PB.....</b>	<b>120</b>
<b>3.1 Entre lutas, promessas e contradições - Assim surge um novo camponês, assim surge um novo sonhador.....</b>	<b>120</b>

<b>3.2 A territorialização do agronegócio e a luta camponesa para a construção do “Território de Esperança”.....</b>	<b>126</b>
<b>4 ENQUANTO SE ESPERA O FULGIR DO SOL, SONHA-SE COM UM NOVO TEMPO - UMA ABORDAGEM CRÍTICO-CONCLUSIVA.....</b>	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>154</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>161</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>172</b>

## INTRODUÇÃO

O debate em torno do desenvolvimento do espaço rural tem alcançado destaque nas últimas décadas em função da importância do setor agropecuário para a sociedade e economia mundial. Isso tem suscitado a análise das múltiplas formas de uso e ocupação do território, o que tem sido de suma importância para entender as configurações e entraves que reorientam e redefinem as relações entre os atores que compõem o campo na atualidade.

A conceituação e a eficácia sócio-econômica do “campesinato” têm gerado, desde o final dos anos 80, um intenso debate, tanto no ponto de vista intelectual, quanto nas premissas dos movimentos sociais e até no campo político. Em virtude do novo papel que a agricultura assume na sociedade contemporânea, considerada importante provedora de “*commodities*”, o sentido do “rural” enquanto espaço arcaico e de produção limitada, passa a ser revisto, de forma que “*novas ruralidades*” surgem suprimindo as antigas formas de uso e ocupação da terra e, com ela, empregando novos discursos, atores e conteúdos.

Nas atuais discussões em torno do desenvolvimento do espaço rural nordestino é notório o despertar de um interesse pelo que chamamos de Sertão, um espaço que por muito tempo foi um tanto quanto marginalizado pelo governo federal. Os falsos estereótipos levantados em relação a essa região, como sendo apenas uma área onde imperam a pobreza e a sequeidão, mascaram a multiplicidade de encantos existentes e que saltam aos olhos, evidenciados através de um povo sofrido, mas aguerrido, e de uma cultura pluralística, reflexo de um emaranhado étnico que, ao lado dos fatores climáticos, proporcionou o desenvolvimento de um modo de vida singular no espaço sertanejo.

Para os difusores do discurso do desenvolvimento rural é indissociável novas reflexões acerca dos modelos agrários vigentes no país. Na Paraíba, o modelo histórico de desenvolvimento das atividades agrícolas não se diferencia dos preceitos que regularam a concentração fundiária no país desde o início da colônia. Segundo Pacheco (2004, p. 209), “a lógica da estrutura agrária é totalmente articulada com o modelo agrícola adotado no país” e assim as forças conservadoras foram privilegiadas no processo de normatização de luta pela terra e ainda hoje recebem o apoio e benesses do Estado em oposição aos interesses da sociedade.

As mudanças que ocorrem na economia e na sociedade refletem as bases materiais e ideológicas em que se desenvolve a agricultura brasileira e constituem também importantes mecanismos de se pensar a realidade política, econômica e social do nosso país. Os atores sociais relacionados ao espaço rural sertanejo reivindicam mudanças profundas na orientação



das políticas públicas, de forma a permitir o desenvolvimento rural sustentável e democrático no país. Portanto, questões herdadas do passado, como o modelo agrário vigente, estão sendo repensadas à luz de novas realidades, criando um novo panorama intelectual e redefinindo e requalificando o mundo rural.

Diante da importância do setor agrícola para a economia e sociedade mundial, é imperioso que se repensem os paradigmas dominantes e se aponte soluções para se dirimir os problemas que afetam o rural brasileiro, pois “[...] se não aprofundarmos as discussões sobre os elementos teóricos necessários à análise empírica, a investigação acaba por reduzir-se a meras constatações conjunturais quase sempre superadas” (CASTELLS, *apud* BERNARDES, 2008, p. 325-6).

Do ponto de vista político, as sucessivas ações que foram implementadas favoreceram, em sua grande maioria, as elites agrárias. Em sua obra “O Mito da Necessidade”, Castro (1992) aponta que até o discurso dramático elaborado pela elite agrária regional a respeito da seca, teve a pretensa estratégia de obter recursos e outros favores do Governo Federal. Esse fato é historicamente relatado e, ao nosso ver, foi maquiNETado visando manter favoráveis as condições de sobrevivência e perpetuação dos poderes dessa classe, que tem a capacidade de se adequar às novas realidades para não alterar sua condição elitista.

A consolidação do poder da elite agrária e da importância do latifúndio na agricultura brasileira, que ganham validade por contar com o “braço repressor” ou conivência do Estado, tem suscitado a luta permanente dos grupos pobres do meio rural brasileiro, para não serem expropriados de suas terras ou, em outros casos, para voltarem a ter acesso à mesma.

Sobre as consequências desse conflito que diuturnamente envolvem grandes latifundiários e movimentos que buscam o direito à propriedade da terra, Lima, Amorim e Thomaz Junior (2008, p. 3), enfatizam que de modo geral, “essa relação de conflitos no campo brasileiro é fruto de um complexo processo de relações sociais, historicamente construídas, e ao mesmo tempo, sustentadas pela estrutura agrária organizada em forma de latifúndios, a qual se fundamenta na apropriação privada da mesma.”

Essa realidade que tem se evidenciado em nível nacional não é diferente em escala local. As Várzeas de Sousa, sertão da Paraíba, tem sido foco patente das transformações que ocorrem no espaço rural, desde o fim da década de 1990, em face da implantação de um projeto de irrigação naquela área. O desenvolvimento do agronegócio, aliado ao processo de desterritorialização de muitas famílias camponesas, tem ocasionado conflitos pela posse das

terras pertencentes ao projeto, suscitando, dessa forma, uma reflexão quanto às nuances, ideais e benefícios sociais e econômicos promovidos pelo mesmo.

É justamente baseado nessa reflexão que surge o foco de nossa preocupação e objeto de estudo do presente trabalho: Os conflitos que se operam em virtude da estruturação do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, Paraíba. Esse projeto, pioneiro no sertão do Estado, vem promovendo um processo de reestruturação produtiva na área, em virtude da penetração de atividades empresariais a partir do agronegócio.

A transformação daquele espaço e seus impactos sobre os camponeses que perderam o direito de continuar em seu torrão e agora empunham a bandeira de luta por terra e por água, revela, do mesmo modo, a busca por autonomia já que sua reinserção ao processo produtivo do PIVAS, condicionada a exigências do governo, não apenas contraria os preceitos da luta camponesa, como a reforma agrária, mas os torna presos a uma ideologia que não pertence ao grupo em questão.

Fundamentando essa temática, o arcabouço teórico é variado, sobretudo aquele que trata da ação do Estado na elaboração de políticas de desenvolvimento regional por meio da modernização agrícola e do agronegócio. Essas ações, como serão discutidas no decorrer do trabalho dissertativo, beneficiaram em quase sua totalidade as elites agrárias, traduzindo um comportamento histórico subserviente do poder público para com essa classe, ao mesmo tempo em que mostrou a falta de vontade ou interesse político de resolver as contradições existentes no espaço rural nordestino.

As transformações promovidas nos espaços a partir de ações estruturadoras do Estado são temáticas trabalhadas nas obras de autores renomados como Castro (1992; 2008), e de teóricos hodiernos como Baiardi e Mendes (2006), Bezerra (2009), entre outros. Ao abordar a intervenção pública no Nordeste, visando amenizar os efeitos da seca e promover o progresso econômico da região, inicialmente através de uma política conhecida como “solução hidráulica” e, posteriormente, por meio de projetos de industrialização e de fortalecimento da infraestrutura produtiva regional, os referidos autores enfatizam que tais ações se consubstanciaram numa forma orientada e conservadora de se fazer política, resultando na manutenção das relações de poder em benefício das oligarquias da região. Esse direcionamento nas ações torna mais nítida a histórica desigualdade que sempre se evidenciou no acesso da classe camponesa às obras públicas e também aos meios de produção.

O (re)arranjo produtivo dos espaços tem como principais expoentes teóricos Elias e Pequeno (2006) e Santos e Silveira (2008), embora por sua significância e relativa atualidade, seja trabalhada por uma variada gama de autores. Esse processo, fruto da inserção

do capital em novas áreas que apresentam características favoráveis à sua reprodução, tem promovido a modernização do meio rural e a formação de novas territorialidades, porém de modo excludente e contraditório, já que seleciona e valoriza determinados espaços e sujeitos ao mesmo tempo em que perpetua a segregação de outros.

O processo de territorialização e suas derivações é trabalhado por Haesbaert (1997, 2004, 2008) e por Raffestin (1993). A reestruturação produtiva que se assenta sobre a atividade do agronegócio praticada no PIVAS, promoveu a expropriação das terras de vários latifundiários e a expulsão de famílias camponesas que habitavam a área na condição de moradores ou de proprietários de pequenas glebas. Essas famílias, hoje reunidas sobre a bandeira dos movimentos sociais rurais, lutam por sua participação ativa no projeto.

O sonho de retornar a terra, mesmo que para isso seja necessário se subordinar aos comandos e imperativos do capital, revela uma contradição nos ideais camponeses ao mesmo tempo em que provoca a necessidade da renovação de esforços no sentido de se precisar o campesinato enquanto categoria de análise conceitual. A abordagem acerca da conceituação e identidade camponesas, trabalhadas por Shanin (2005) e Fernandes (1996), revela que diante das transformações do mundo moderno, a figura do camponês ganha nova conotação na medida em que tem seu papel modificado, fruto das pressões de determinadas condições que lhe são impostas, obrigando-o a redirecionar suas atividades. Embora se confirme a continuidade no processo de reprodução camponesa, não restam dúvidas de que é visível a alteração da condição natural do ser camponês e o desvirtuamento de todo um modo de vida historicamente construído.

Quanto ao método utilizado, é preciso destacar inicialmente que na construção do conhecimento não há motivos para nos prendermos a uma camisa-de-força, ou seja, a um método específico, embora saibamos que a temática trabalhada tenha amplas conotações que a permitam se enveredar por diversos caminhos. Porém, no desenvolver do trabalho dissertativo, verificamos que o método dialético foi àquele que melhor serviu de base para responder aos questionamentos levantados a partir da análise de nosso objeto de estudo.

A hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada estanque ou imutável, uma vez que tudo esta em perpétua transformação. Como método de interpretação da realidade, o método dialético é utilizado para explicar as mudanças importantes ocorridas na história da humanidade. Para isso, ao estudar as circunstâncias que marcaram o contexto de determinada sociedade, é preciso analisar suas contradições na tentativa de encontrar os elementos responsáveis pelas transformações que dão continuidade ao processo histórico.

O PIVAS é um espaço fruto de acordos, pressões, alianças políticas, transformações e reestruturações econômicas e sociais. Por representar um espaço social complexo, constituído por diferentes relações de poder, resultado das novas configurações do campo brasileiro na última década, é importante analisar em que condições o referido projeto vem sendo implantado, os atores envolvidos e os resultados econômicos e sociais oriundos de sua materialização. Nesse sentido, acreditamos que a partir do método dialético será possível mostrarmos todas as transformações que se operam na área, bem como as contradições e as consequências que elas vão produzir no espaço.

Para a concretização da presente dissertação, foram utilizadas como procedimentos metodológicos, pesquisas bibliográficas e documentais que serviram de embasamento teórico à pesquisa. Neste sentido, primeiramente fez-se necessário a realização do levantamento teórico em artigos científicos, textos e livros para a viabilização do desenvolvimento da redação do trabalho, tendo como suporte a análise dos condicionantes históricos que se sucederam na área onde se estruturou o projeto. Posteriormente, munido do suporte teórico, a etapa seguinte foi à realização de trabalhos de campo, que serviram de base para o conhecimento e reflexão dos processos que operam na área e do jogo de forças que envolvem os diferentes segmentos que protagonizam as contradições em face do PIVAS. Nessa etapa, os registros fotográficos e, sobretudo, as entrevistas realizadas com os atores sociais envolvidos (empresários, lideranças dos movimentos sociais, colonos irrigantes, agricultores sem terra e representantes do governo), tiveram papel fundamental no entendimento acerca das dinâmicas socioespaciais que se moldam a partir desse projeto e das facetas, ideologias e simbolismos revelados através da luta pela posse da terra.

O trabalho de campo tem por objetivo possibilitar ao pesquisador a análise e o desvelar das múltiplas relações que se sucedem no espaço geográfico. Para isso, tal técnica requer a sensibilidade do geógrafo que deverá estar atento a tudo o que ocorre ao seu redor, observando e interpretando os mais variados fenômenos com vistas a obter uma maior compreensão da realidade estudada.

A construção de novas territorialidades nas Várzeas de Sousa cria a necessidade de uma investigação apurada no sentido de revelar as transformações que se operam naquele espaço. Estar engajado e explorar o objeto de estudo *in loco*, é papel do geógrafo-pesquisador, o que evidencia a importância da pesquisa de campo enquanto recurso subsidiador para tal fim. Como nos ensina Suertegaray (2002, p. 3), “a pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto

de investigação”, e é a partir do conhecimento construído por meio dessa ferramenta, que se torna possível desvendar e entender as contradições e o processo de multiterritorialização que é promovido no espaço.

Como resultado final das pesquisas de campo, procedemos à construção de gráficos e tabelas mostrando os índices de uso do solo e de produtividade nos lotes pertencentes às empresas privadas, aos colonos irrigantes e, também, nos acampamentos. Acreditamos que os resultados obtidos servirão de base para a conclusão acerca da eficácia dos modelos produtivos que se estruturam em face do PIVAS.

O trabalho dissertativo está organizado em três capítulos em que buscamos mostrar o ideário desenvolvimentista promovido historicamente pelo Governo Federal para a redenção do semiárido nordestino e que ações se concretizaram para tornar essa subregião um *locus* produtivo. Além disso, enfatizaremos a introdução/adoção de modelos agrícolas no sertão paraibano e as transformações e consequências decorrentes desse processo, até as atuais configurações promovidas pela estruturação do PIVAS. Por fim, será analisado de que forma esse projeto tem contribuído para o processo de desterritorialização/reterritorialização na área e que estratégias os camponeses tem se utilizado no processo de luta tanto para a conquista como para sua permanência na terra.

No primeiro capítulo, que intitulamos de **O ideário desenvolvimentista e a construção de um “Novo” Nordeste**, faremos um trilhar histórico acerca das estratégias governamentais para mitigar os efeitos da seca e alavancar o desenvolvimento do Nordeste, focalizando, em especial, os projetos de irrigação e a construção de uma infraestrutura hídrica capaz de estruturar diversos espaços no semiárido, inserindo-os na ótica produtiva dos mercados globalizados.

O processo de modernização e o desenvolvimento desses novos espaços, impulsionado pelas elites agrárias e políticas locais e, mais hodiernamente, pelo capital agrícola empresarial, tem transformado o interior nordestino num novo fronte de expansão agropecuária. A difusão do agronegócio e os desdobramentos de ordem social, econômica e territorial são processos que devem ser analisados para se compreender se os seus resultados têm sido benéficos para os municípios onde a atividade é desenvolvida.

No segundo capítulo, o qual denominamos **Várzeas de Sousa-PB – Transformações de um espaço produtivo tradicional a pólo agrícola integrado a economia globalizada**, nos debruçaremos sobre o histórico da ocupação e colonização do sertão da Paraíba, revelando à lógica da adoção de um modelo baseado em grandes propriedades a partir do sistema sesmarial para a expansão pecuarista e como a agricultura, a

*posteriori*, vem a se tornar uma atividade lucrativa inserida nas exigências do mercado internacional através da introdução da monocultura de exportação cotonicultora.

A expansão algodoeira representou uma nova fonte de renda no Sertão da Paraíba e até a penúltima década do século XX, foi responsável pela formação da classe política dominante na cidade de Sousa, a qual ainda hoje se perpetua no poder. Nessa perspectiva, a gestação e nascimento do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa – PIVAS, parece revelar estreita ligação com o poder oligárquico da região, influenciando na sua materialização nos moldes atuais.

O projeto é visto por parte da sociedade sousense, em particular pelos grandes e pequenos proprietários, como a redenção social e econômica do sertão, mas, por outro lado, não tem passado de mera expectativa para a população camponesa que luta por sua inserção no projeto, por condições de trabalho e produtividade, enfim, de um segmento que clama por justiça social no campo. Daí decorre a imperiosidade de se examinar se os discursos e a exploração imagética do projeto em relação à produção de grãos e de fruticultura irrigada para a exportação são realmente condizentes com todo o ideário de prosperidade que se vislumbrou antes de sua efetivação.

No terceiro e último capítulo, destacaremos **A resistência camponesa e a tentativa de manutenção de sua identidade em meio à reestruturação produtiva promovida pelo agronegócio no sertão da Paraíba**. Reunindo o resultado da análise empírica da localidade estudada, será mostrado de que forma tem se dado a luta camponesa e suas estratégias de articulação enquanto esperam do governo ações concretas que viabilizem sua participação no projeto.

Em meio a esse espaço de lutas, é importante examinar se o projeto, da forma como vem se desenhando, não tem subtraído os sonhos e esperanças de centenas de famílias do MST e da CPT, que veem nas Várzeas de Sousa a consolidação de um ideal camponês, ou se a partir das imposições estabelecidas pelo governo, o projeto não tem passado tão-somente de um território de exclusão ou de prisão. Portanto, um ponto chave nesse capítulo será o desvendamento das contradições que as ações governamentais revelam quanto a implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria de vida do homem do campo.

Acreditamos que o debate acerca da implantação desse projeto e os desdobramentos dele decorrentes talvez perpassem um longo tempo. Embora reconheçamos a necessidade de brevidade das ações do poder público, no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social da região, é necessário que se entenda que o que está em jogo não é somente a permanência do homem no campo, mas, sobretudo, a dignidade, a

historia e a cultura de um povo que diuturnamente derrama seu suor ao travar uma luta pela sobrevivência.

Enfim, o que se pretende é gerar reflexões a respeito das propostas para o desenvolvimento local, de modo que se percebam suas intencionalidades e se os resultados deste projeto vêm de fato, amenizar os problemas deste povo aguerrido, que mesmo diante das imposições climáticas, é capaz de desenvolver formas excepcionais de articulação e sobrevivência no espaço sertanejo.

## **1 O IDEÁRIO DESENVOLVIMENTISTA E A CONSTRUÇÃO DE UM “NOVO” NORDESTE**

“[...] por isso a razão que eu digo que não há salvação para a gente do Nordeste, isto é, a gente que lida na agricultura, se não houver ajuda do governo” (ZABILO GADELHA, *apud* CARVALHO, 1986, p. 77).

A compreensão do espaço ocorre a partir do reconhecimento das suas limitações e potencialidades. Vivenciando-o, o homem age diretamente sobre ele, ora maximizando as formas de apropriação e/ou utilização de seus recursos, ora buscando formas de minimizar as dificuldades que o meio físico impõe a sua sobrevivência.

O Nordeste vem sendo encarado nos últimos anos como área de potencialidades inesgotáveis, graças ao despertar de uma nova visão que se amplia e procura deslegitimar qualquer aspecto negativo que outrora caracterizaram seu campo físico e humano. A região que era vista como palco de mazelas e de gente atrasada e sem discernimento, tem apresentado significativos índices de crescimento, fruto principalmente da capacidade de empreendimento e iniciativa de seu povo.

Embora tenha sido palco de um processo histórico de intervenções públicas pontuais e de lutas por um desenvolvimento equânime, nos últimos anos a região vem sendo alvo de investimentos privados e públicos visando promover o progresso deste espaço. Como será analisado adiante, o avanço do capital reestruturando produtivamente áreas favoráveis a esse processo continua a manter as elites agrárias e os grandes grupos econômicos e até políticos dominando o espaço rural nordestino, gerando, em contrapartida, a expropriação e a expulsão da classe camponesa de suas terras e a luta por parte desse segmento pela reconquista desse bem e por condições de sobrevivência e de produtividade.

### **1.1 O Sertão na pauta do discurso: da desesperança a formação de um *locus* produtivo**

O Nordeste brasileiro possui um território de mais de 1.662.947 km<sup>2</sup>, dos quais cerca de 912.208 km<sup>2</sup> (54,85%) se encontram na região semiárida. Por ser uma região heterogênea, em razão de sua grande diversidade edafoclimática, é necessário que qualquer intervenção seja elaborada levando em consideração a multiplicidade de características desse espaço.

Esta grande diversidade sugere que se reflita sobre a índole das intervenções, sejam da parte do Estado, do setor privado ou do terceiro setor, que venham a ser cogitadas como necessárias ao Semi-Árido. O suposto inicial é que as mesmas devam se dar a



partir da ótica de que é possível conceber ações que visem estimular o grau de racionalidade com que se comportam determinados agentes econômicos e certas comunidades e, ao mesmo tempo, tentar desestimular certos comportamentos que reproduzem as condições de ineficiência, que perpetuam a pobreza e comprometem a sustentabilidade das atividades produtivas (BAIARDI e MENDES, 2006, p. 5).

Ao lado da concentração fundiária que secularmente regeu a divisão do espaço, contrapondo uma pequena minoria que detêm a terra em relação a uma infinidade de famílias que lutam por sua aquisição, o problema da seca sempre fez parte do cotidiano dos nordestinos, particularmente dos sertanejos, e apesar de dificultar a vida desse povo, nunca foi obstáculo intransponível ao desenvolvimento da região. Ao exigir maior empenho e racionalidade na gestão dos recursos (BAIARDI e MENDES, *op. cit.*), as adversidades naturais servem para capacitar o homem na luta pela sobrevivência, ao mesmo tempo em que fortalece sua postura e promove seu engajamento cívico, possibilitando transformar a realidade em que vive.

Embora o sertão ainda hoje seja utilizado como referência ao espaço das secas, durante muito tempo sua terminologia serviu para designar o “interior”, lugar selvagem e desconhecido, em contraposição ao litoral, onde se formava a civilização. Desta maneira,

a ideia de sertão era uma forma de nomear o desconhecido, sendo considerado como um lugar inóspito e desconhecido, terra a desbravar, região habitada por selvagens bárbaros. Ou seja, o litoral ocupado pela colonização seria o *locus* da civilização, enquanto as áreas distantes e ainda não conhecidas e colonizadas seriam representadas pela idéia de sertão (GILMAR ARRUDA, *apud* GUEDES, 2006, p. 24).

Assim, tomando como exemplo esse ideário, vê-se que o que se pensa e se diz a respeito desse espaço, influencia diretamente na relação do homem com o seu meio, nas formas de produzir e, conseqüentemente, nas formas de poder presentes nos discursos e nas ações. Certamente, a visão preconceituosa sobre essa área ainda influi no modo de pensar e de agir das pessoas e dos representantes do poder estatal.

Durante todo o processo de construção do território brasileiro o discurso acerca da transformação do semiárido em um “mar de desenvolvimento” ganha relevo e vários projetos visando amenizar os impactos da seca sobre o habitante sertanejo foram (re)pensados. Já no século XIX, o Governo Federal elaborou políticas públicas, de caráter assistencialista, para ajudar a população. Inicialmente, tais ações pautaram-se no envio de recursos e de alimentos para as populações mais atingidas pelas estiagens, em particular, àquelas alocadas nos centros urbanos que gradativamente recebiam os retirantes da seca.

Contudo, é através das obras de açudagem objetivando acumular água das chuvas que o Governo Federal viria a concentrar seus esforços como principal solução para os problemas das secas periódicas. Através de uma política conhecida como “solução hídrica” para o combate a seca, o Estado, por sua postura clientelista e conservadora, viria a reforçar a estrutura de poder da oligarquia rural do semiárido nordestino (TARGINO e MOREIRA *apud* MELO *et. al.*, 2010), já que essa classe seria a maior beneficiada com a construção de obras ditas “públicas” em suas propriedades. As disputas relativas à propriedade fundiária seriam então agravadas, já que a água passaria a ser um novo elemento de atenções e contrariedades.

Entre as principais ações do governo no combate a seca destacam-se a criação de inspetorias e superintendências, como a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, de 1909 (Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909), cuja finalidade era gerenciar projetos e obras para represamento de águas em barragens, na intenção de mitigar o problema das estiagens periódicas; a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, de 1919 (Decreto 13.687/1919), que deu nova roupagem a antiga inspetoria, já que teria como foco o uso de uma racionalidade técnica e uma política para a implantação de uma açudagem de alto nível, objetivando amenizar os efeitos da falta de água dos nordestinos, ao mesmo tempo em que promoveria o desenvolvimento regional; o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, de 1945 (Decreto-Lei 8.846/1945), que seguiu a mesma linha do IFOCS, ou seja, a construção de centenas de açudes e barragens, grande parte delas em propriedades de médios e grandes fazendeiros; e, por fim, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, de 1956, cujas diretrizes não se baseavam mais na ‘solução hidráulica’, mas numa política de industrialização e reorganização das atividades econômicas, visando o fortalecimento da infraestrutura produtiva regional.

O GTDN<sup>1</sup>, que teve suas ações pautadas na realização de obras de infraestrutura, como a construção de estradas e portos e a instalação de pólos industriais nas principais capitais nordestinas, ganha nova conotação a partir da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em 1959.

---

<sup>1</sup> Cf. assinala Farias (2010), as ideias de desenvolvimento regional do Nordeste fundamentadas pelo GTDN/SUDENE, seguiram uma tendência mundial, orientadas pelas discussões promovidas pelos chefes de Estado com vistas à reestruturação das economias em crise. Esse processo de reestruturação pensado para esse grupo de países, por outro lado, serviu para nortear a expansão do modelo industrial moderno de várias economias periféricas ou subdesenvolvidas, representando, assim, um marco na tentativa de minimizar as assimetrias regionais e internacionais.

Estando a frente do GTDN/SUDENE, o economista Celso Furtado<sup>2</sup> passou a questionar as ações governamentais voltadas tão-somente ao equipamento do território com infraestrutura materiais, o que influenciaria o despertar de um diferente jeito de se promover políticas desenvolvimentistas para essa subregião. Pensar o Nordeste a partir de suas reais carências e potencialidades viria a promover, nas décadas seguintes, o estudo e a implantação de “diversos programas e incentivos de caráter estatal modernizante que contribuíram para um novo uso do território no semiárido” (RAMOS, 2006, p. 158). Assim, como fruto dessa política, passou-se a se promover a irrigação em faixas favoráveis desse subespaço com vistas ao seu desenvolvimento.

Nos anos de 1970 e 1980 foram inaugurados diversos perímetros públicos, apoiados em ações como o Programa Plurianual de Irrigação em 1971, o Provale em 1972, o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Vale do São Francisco, o Polonordeste, e o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), além do Projeto Sertanejo em 1976. Na década de 1980, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Programa de Irrigação Nacional (PRONI) e o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) exemplificam ações oriundas de políticas públicas que proporcionaram as condições necessárias às modernas práticas agrícolas, de irrigação, e a efetivação de empreendimentos agroindustriais (*Ibid.*, p. 158).

Porém, é imperioso destacar que a criação de inspetorias e superintendências com vistas a amenizar o problema da seca no Nordeste, baseou-se num latente e despropósito “filhotismo” (LEAL, 1997), já que beneficiou, quase sempre, os médios e grandes proprietários de terras. Como salienta Lima e Mariotone *apud* Moreira, Lima e Targino (2008, p. 76), “o discurso da seca foi utilizado pelos grupos oligárquicos regionais e seus prepostos políticos para captar verbas públicas, em benefício próprio, o que teria dado origem à chamada ‘indústria da seca’.”

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), período em que se assiste a inserção passiva do país à economia e consumo globalizados, com a onda de privatizações e o neoliberalismo do Estado, as políticas traçadas visando alavancar o desenvolvimento regional passam a ser substituídas pela discussão dos “eixos nacionais de

---

<sup>2</sup> “O documento publicado pelo GTDN, ‘Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste’, elaborado por um grupo de trabalho coordenado pelo economista Celso Furtado, lançado em meados da década de 1950, ofereceu os argumentos científicos e técnicos para a propositura de ações de caráter político e de resultados econômicos positivos para a Região Nordeste. Estão contidos nesse relatório os elementos que caracterizavam a região como: os altos índices de pobreza da população; as atividades econômicas existentes; as características climáticas; a disposição de recursos hídricos, entre outros. Esse relatório foi a base das ações da Sudene. A visão desenvolvimentista trazida pelo GTDN/Sudene remete à ideia de combate ao atraso econômico e ao subdesenvolvimento com a abertura de pólos industriais e com a modernização das atividades econômicas para, assim, resolver as assimetrias regionais do país, promovendo o desenvolvimento econômico regional e a integração com o resto do país.” (FARIAS, 2010, p. 13).

integração e desenvolvimento”, objetivando “atrelar as áreas e setores econômicos considerados mais competitivos do país à dinâmica do mercado mundializado” (ELIAS, 2006, p. 33).

A referida política dos eixos nacionais, pautada em grupos de programas tidos como estruturantes para o crescimento econômico do país, beneficiou a região Nordeste em duas frentes: a Transnordestina, com investimentos em infraestrutura econômica (transportes, eletrificação, saneamento, telecomunicações, entre outros); e a São Franciscana, com a difusão da infraestrutura hídrica e de uma nova racionalidade técnica na gestão dos recursos hídricos.

Nesse tocante, a difusão da infraestrutura hídrica a partir de uma série de ações, dentre elas o resgate aos projetos de irrigação, passam a fazer parte do discurso modernizador e redentor da região, que outrora caracterizou as políticas estatais. Como salienta Elias (*op. cit.*), os estudos de viabilidade técnica viram “moda” e servem para apontar as atividades que melhor se enquadrariam para inserir competitivamente o Nordeste no cenário nacional e internacional: o agronegócio de frutas tropicais, o agronegócio de grãos, desenvolvido nas manchas irrigáveis e nos cerrados, a partir de uma agricultura intensiva em capital e tecnologia, fomentada pela iniciativa privada, pelas empresas agrícolas e agroindustriais e o turismo litorâneo.

Contudo, é oportuno destacar que a política dos “eixos de integração” ao delimitar estratégias para alavancar o desenvolvimento da região, priorizou a elaboração de programas e incentivos aos grandes empreendimentos, reproduzindo assim, segundo Galvão e Brandão, 2003, *apud* Castilho (2005, p. 299), uma visão economicista. Desse modo, restou evidenciado que a política dos eixos nacionais:

reduzem o desenvolvimento à remoção de obstáculos para a atuação de grandes empresas e o comércio internacional por meio da logística e corredores de exportação, marginalizando setores que deveriam estar no centro das preocupações do Estado. Na verdade, não integram as regiões brasileiras entre si, mas as regiões produtoras de *commodities* aos mercados internacionais, beneficiando sobretudo as grandes *tradings* (na sua maioria estrangeiras). O discurso de que os ‘eixos’ trariam automaticamente o desenvolvimento regional não faz o menor sentido e ainda revelaria um profundo desconhecimento da constituição e dos propósitos das regiões funcionais na atualidade (*Ibid.*, p. 299).

Mais recentemente, durante a gestão de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), seguindo a linha de pensamento que priorizava a realização de obras estruturantes para a região, a transposição das águas do Rio São Francisco para às bacias do Nordeste Setentrional

ganha as páginas dos noticiários e amplia o debate sobre as novas perspectivas de desenvolvimento regional.

O Projeto de Transposição, já pensado desde o período colonial, passou a ser alvo de polêmicas quanto aos beneficiados por essa grandiosa obra de engenharia hidráulica. As ideologias que se acirraram em face de uma gama de interesses passaram a ser defendidas abertamente pelos grupos antagônicos. Castro (2008), ao tratar dos embates teóricos acerca do desenvolvimento regional, destacou-a como “área onde reina um clima, mas que passou a ter dois discursos”: o primeiro, pregado por uma elite política tradicional, atribui ao meio natural a motivação dos problemas socioeconômicos do Nordeste. Esse grupo busca a manutenção de seus privilégios e de sua influência através de uma política de modernização conservadora que em nada tem alterado a estrutura agrária vigente na região; o segundo, elaborado por uma pequena parcela do meio empresarial e da administração pública, vê nas condições climáticas um enorme potencial para o desenvolvimento regional, através do *agrobusiness* e do turismo. Essa nova teoria procura então deslegitimar os fatores naturais como responsáveis pelo atraso e miséria do Nordeste, criando assim um imaginário redentor para a região.

Nesse contexto, essas diferentes visões são assim analisadas por Farias (2010, p. 12):

O comportamento do Estado foi essencial para a formação dos variados tipos de discursos sobre a região. As ações que foram gestadas pelo Governo Federal neste período consolidavam o discurso político e o imaginário regional que manifestava um pensamento determinista da natureza do Nordeste sendo desenhado como ‘região problema’, “atrasada” e carente da atenção do governo central. Portanto, mudar e transformar a região “atrasada e pobre” seria um fator fundamental para o desenvolvimento uniforme do país e a justificativa plausível para um estudo edificante sobre a região e suas necessidades.

Verifica-se assim, com base na gama de políticas que foram pensadas e colocadas em prática ou não para o desenvolvimento do Nordeste, que antes de serem priorizadas as reais necessidades da região, com direcionamento, em especial, a solução de problemas relativos à agricultura familiar camponesa, primou-se pela satisfação de interesses de grupos privados ou partidários. Assim, não restam dúvidas de que “[...] os novos usos agrícolas hoje factíveis decorrem de escolhas políticas nas quais evidenciam embates entre os distintos lugares e agentes sociais” (RAMOS, 2006, p. 154). Em outras palavras, em face do exacerbado ideário de reestruturação produtiva dos espaços com vistas à promoção do desenvolvimento, o Estado criou condições para a “monopolização do território pelo capital monopolista” (OLIVEIRA, 1999, *apud* CHAVES, 2006, p. 330).

Esse novo modelo de gerir o território tem assegurado aos grupos hegemônicos um lugar especial na condução da transformação dos espaços locais no intuito de estabelecer elos com novos mercados consumidores, muitos deles internacionais. Como salienta Porto (2006, p. 84), “com a mundialização da economia, modificam-se os processos produtivos, são modificados os procedimentos de atuação dos Estados em potencializar o desenvolvimento e tudo isso altera as políticas regionais em seus métodos e em suas capacidades de intervenção.”

Do mesmo modo, tal discussão é reforçada nas palavras de Ramos (*op. cit.*, p. 167), que assim elucida:

Em geral, as políticas agrícolas resultam das necessidades e exigências do mercado globalizado; servem, portanto, não à grande maioria dos produtores locais e a objetivos estratégicos nacionais, mas aos interesses de uma parcela de consumidores e, principalmente, a alguns grupos econômicos.

Em meio a essa conjuntura que promove a estruturação dos lugares a partir de determinações externas, impelindo o território a ter sua base organizacional e produtiva pautada nas imposições de caráter ideológico e de mercado, selecionando-o e reestruturando-o produtivamente, temos presenciado o surgimento de novas territorialidades e de novas sociabilidades no campo.

Embora o novo discurso desenvolvimentista tenha se ampliado, a forma conservadora de se fazer política, a qual tem mantido as relações de poder intactas em benefício das oligarquias nordestinas que hoje dividem as benesses estatais com os grandes grupos econômicos, é o retrato do que até hoje se desenha através das políticas de desenvolvimento para a região.

As constantes discussões e propostas de implementação de políticas favoráveis ao desenvolvimento rural, mostram quão complexa é a questão agrária nos dias atuais. Isso se torna mais evidente quando tomamos consciência de que até “os discursos de promoção do desenvolvimento estruturam as ações do capital empresarial e do próprio Estado para propor um redirecionamento das políticas públicas no campo” (BEZERRA, 2009, p. 122), e que se reproduzem ainda hoje, como veremos, por meio dos projetos de irrigação.

## **1.2 Das decisões de gabinete à implantação de projetos de agricultura irrigada no interior do Nordeste**

Como vimos, nas últimas décadas o Nordeste vem assistindo a um processo de reestruturação produtiva das atividades agropecuárias, pautado nos investimentos estatais em áreas que têm apresentado potencialidades para a reprodução do capital agrícola. Em face das mudanças progressivas no comportamento das economias mundiais, que provocaram “a necessidade de fazer o capital circular em novos espaços e formar novas frentes atrativas criando circuitos produtivos alternativos” (FARIAS, 2010, p. 2), o espaço rural vem se redefinindo a partir de novas redes de interesses e passando por um processo de modernização com a dispersão espacial do agronegócio pela região. Essas mudanças, concebidas a partir de uma diferente forma de “dizer” e “ver” o Nordeste, refletem os novos arranjos espaciais fruto da modernização do campo e de suas relações com o mercado mundial (FARIAS, *op. cit.*).

Embora as ações de irrigação visando “transformar o sertão em mar” datem dos idos de 1920, na prática essa política só foi efetivada em meados da década de 1970, no período do governo militar de Emílio Médici. Atuando como agente incentivador e financiador dos grandes projetos de malhas de irrigação no Nordeste, o Estado, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, projetou e implantou políticas públicas objetivando diminuir as disparidades sociais e econômicas do Nordeste frente as demais regiões do país.

Tendo em plano a modernização da região, uma das estratégias utilizadas foi a criação do Programa de Irrigação Nacional – PIN. Gerenciado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS e pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, o PIN viabilizou o surgimento de perímetros irrigados em áreas de vales úmidos dos principais rios nordestinos e às margens de açudes e represas, graças à combinação das condições ambientais com o benefício da irrigação.

A partir dessa “nova forma de empreender” fez-se surgir novas dinâmicas espaciais no interior do Nordeste. Os projetos de irrigação passaram a fazer parte da conjuntura econômica e social da região, simbolizando o surgimento de novos *locus* produtivos e, sobretudo, a mudança na visão estereotipada sobre as limitações e potencialidades desse espaço. Sobre as virtualidades da região, no que tange a implantação de atividades ligadas a irrigação, Castro (2008, p. 298) enfatiza que “o clima aqui é um recurso inestimável, redentor, capaz de fazer surgir uma nova Califórnia, com mais vantagens que a outra, porque não tem uma estação com temperaturas mais baixas.”

A forma de agir do Estado passaria, a partir de então, a contemplar a implantação de dois tipos de projetos de irrigação pública: os perímetros irrigados destinados ao assentamento de pequenos produtores, e os projetos de exploração empresarial, voltados à produção em larga escala para a exportação<sup>3</sup>.

Assim, aproveitando-se das condições naturais e estruturais, foram fundados vários perímetros irrigados em localidades do semiárido e do cerrado nordestino. Essas áreas potenciais ao desenvolvimento de um grande leque de culturas evidenciaram, pelo menos num primeiro instante, que a partir de políticas públicas bem traçadas, é possível mudar a estrutura fundiária e promover um cenário mais promissor para a população rural nordestina, com a dinamização das atividades produtivas, geração de emprego e renda, aumento do PIB e atração de novos investimentos.

Dentre os projetos de irrigação atualmente implantados (figura 1), que mostram uma visível articulação e subordinação da escala nacional com a internacional, elencamos por sua magnitude e dinamismo, os seguintes:

- a) o Vale do São Francisco, onde se destacam as cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, na produção de frutas frescas, com destaque para a manga, uva e coco. Como destaca Elias (2006), essa região é marcada pela associação entre colonos irrigantes e empresas agrícolas (parcerias), que são formadas com vistas à produção e comercialização das frutas, sobretudo para a exportação;
- b) o Vale do Baixo Açu-RN, com enfoque para as cidades de Açu e Ipanguaçu, que se liga ao Vale do Baixo Jaguaribe-CE, onde se destacam Limoeiro do Norte e Quixeré. A junção dessas duas áreas que formam o Perímetro Jaguaribe-Apodí (MUNIZ, 2006), possibilitou a formação de um arranjo produtivo que deu nova dinâmica aquele espaço, através da fruticultura irrigada, onde se destaca a produção de banana, abacaxi e melão;
- c) o Platô de Neópolis-SE, próximo a desembocadura do rio São Francisco, que seguiu o exemplo do Vale do São Francisco e se especializou na produção de manga, uva e coco;
- d) os cerrados nordestinos, com ênfase para a área de confluência entre as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (oeste baiano), Balsas (sul do Maranhão) e Uruçui (sudoeste piauiense). Como destaca Haesbaert (2008),

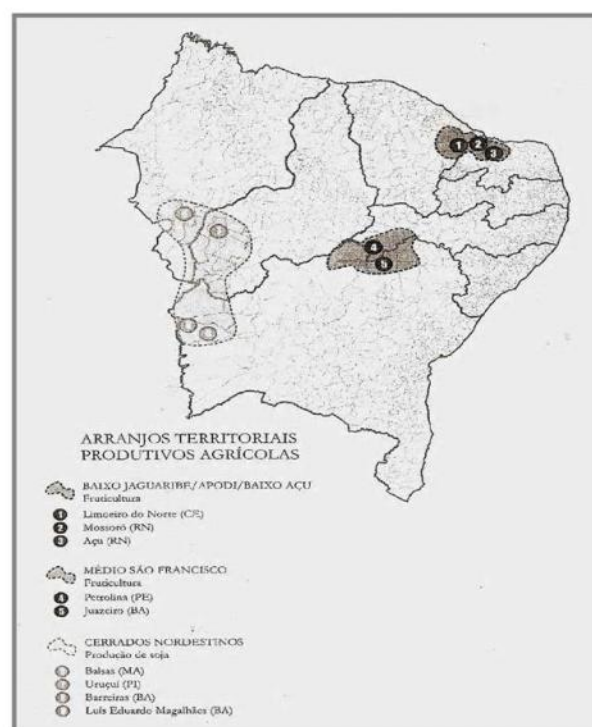
---

<sup>3</sup> A efetividade econômica e social dos dois modelos de irrigação implantados no Nordeste será tratada, com maior ênfase, no tópico seguinte.



esse arranjo territorial promovido nos chapadões do Nordeste, foi capitaneado por empresários sulistas e por capitalistas do Sudeste e também do Nordeste e esta associado à produção intensiva de soja e, em menor escala, do algodão, do arroz, do milho e do café. A construção de um “Novo Nordeste” é reflexo, portanto, do avanço do capital e consequente expansão das fronteiras agrícolas nos cerrados nordestinos.

Figura 1 – Arranjos territoriais produtivos agrícolas



Fonte: ELIAS (2006, p. 66).

As áreas em destaque têm mostrado forte dinamismo, marcando a economia das cidades e regiões a ela atreladas e, do mesmo modo, possibilitando a atração e instalação de diversas empresas ligadas à produção agropecuária e ao agronegócio.

Contudo, como será analisado no tópico a seguir, embora o Estado tenha investido em diversos projetos de irrigação, através de uma agropecuária moderna e globalizada que promoveu a reestruturação desses espaços, o que se observou, em muitos casos, foi a ingerência do setor privado e o vergonhoso direcionamento do poder público na instalação

dos perímetros, a exclusão dos camponeses e dos pequenos produtores nos processos de seleção dos irrigantes, bem como os problemas ambientais gerados pelas novas atividades.

Além de todos esses problemas, mostraremos a face mais nefasta desse processo: a destruição de antigos territórios camponeses com a expropriação e expulsão de milhares de famílias que, mesmo enraizadas nesses territórios, foram praticamente arrancadas pela “chegada da modernidade”.

#### 1.2.1 Dos enredos a sua eficácia econômica e social - O (in)sucesso dos projetos de irrigação pública no Nordeste

A reestruturação produtiva do espaço nordestino, baseada numa política de irrigação, tem sido alvo de análises e críticas por diversos estudiosos quanto à eficácia econômica e social dos perímetros irrigados. Nas discussões até hoje levantadas, o direcionamento das ações governamentais, os questionamentos entre os reais beneficiários desses empreendimentos e os resultados da materialização do capital sobre os territórios revelam um verdadeiro contrasenso nas ações políticas que intentam, quase que a todo custo, irradiar a luz da modernidade sobre pontos específicos do Nordeste.

É notório o despertar de uma nova visão acerca das carências e potencialidades da região, o que tem permitido ao Estado a elaboração e proposição de políticas de desenvolvimento, sobretudo, no setor agrário. Contudo, tendo por base o processo histórico de favorecimento a determinados segmentos e a renitência que ainda sobrevive através do poder de barganha e de pressão que os acompanham, não há motivos para se olvidar que o clientelismo sempre se fez presente nas ações estatais, maculando os projetos públicos de irrigação no Nordeste.

Em meio às políticas de desenvolvimento agrícola da região, o processo de modernização da agricultura nordestina pautado na irrigação, na maior parte dos casos, tem mostrado um nítido caráter assistencialista sem, contudo, promover grandes transformações na economia e na estrutura agrária da região.

A implantação de dois modelos ou tipos de projetos de irrigação vem evidenciar uma postura dualista do Estado: Ora age como assistencialista, assentando famílias em perímetros de produção familiar; ora atua como socioempreendedor de grandes empresas que passaram a explorar o agronegócio, oferecendo as condições necessárias para a instalação e funcionamento dessas empresas. Em ambos os casos, realiza gastos exorbitantes com

desapropriações e obras de infraestrutura, mas os resultados econômicos e sociais tem se mostrado, ao longo dos anos, bem diversos.

Nessa perspectiva, enquanto elemento redentor da região, “a irrigação passa, então, a ser o eixo central de uma política que visava promover a criação de projetos de assentamento, em que os colonos receberiam lotes irrigados” (SANTOS, F., 2006, p. 292). Porém, do mesmo modo, passou a estar em jogo os interesses de determinados grupos de pressão que passaram a projetar o desenvolvimento da atividade agropecuária em caráter empresarial.

A dificuldade em manter os perímetros irrigados voltados ao assentamento de famílias em núcleos de produção familiar (FARIAS, 2010), se colocou como o principal obstáculo a continuidade de reprodução desse modelo em outras partes do Nordeste. Os elevados dispêndios para os cofres públicos com as desapropriações e estruturação dos perímetros, bem como com sua manutenção, marcam o fracasso do modelo de irrigação gerenciado pelo DNOCS.

A inviabilidade econômica e técnica desses perímetros pode ser demonstrada através de exemplos concretos, como aquele que se sucedeu no distrito de São Gonçalo, município de Sousa-PB. Implantado entre os anos de 1972-1973<sup>4</sup>, o Perímetro Irrigado de São Gonçalo - PISG, sob a gestão do DNOCS, apresentou desde suas origens o desvirtuamento em sua operacionalização. Métodos de irrigação inadequados, causadores de desperdício de água e de salinização dos solos, modelos de cooperativismo e de associativismo que favoreceram a uma minoria de colonos, sobretudo, seus diretores, e total dependência do Estado para seu funcionamento (FARIAS, *op. cit.*), foram os principais entraves à eficácia do projeto.

Entendemos, a partir do exemplo citado, que o insucesso de alguns perímetros públicos de irrigação esta associado à desídia do Estado na gestão e fiscalização desses empreendimentos. A atenção após a instalação de um projeto dessa importância deve ser redobrada, de modo que se garanta sua autogestão e correto funcionamento, cuidando-se, assim, para que não haja desvios de finalidades.

Por outro lado, diferentemente de sua condição de “patrocinador”, o Estado, sob a coordenação da CODEVASF, atua em outras áreas do Nordeste, na qualidade de socioempreendedor, montando toda a estrutura necessária a instalação e atuação de empresas privadas, tal como ocorreu no Vale do São Francisco.

---

<sup>4</sup> A implantação do perímetro irrigado foi iniciada no ano de 1972, enquanto os serviços de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum foram implementados a partir de 1973.

Esse modelo passa a ser utilizado como sinônimo de desenvolvimento regional, já que a partir da implantação de uma agricultura moderna, empresarial e voltada a exportação, se garantiria a geração de empregos, num primeiro instante e, a médio prazo - numa espécie de compensação de gastos feitos pelo Estado -, a arrecadação de impostos.

Diante dessa mudança de postura do Estado, reconcentrando suas ações, esclarece Farias (2010, p. 18), que:

No conjunto das proposições do Estado para o desenvolvimento, de 1940 até o presente, percebe-se a mudança dos paradigmas dessas políticas. Passamos do assistencialismo para a tendência desenvolvimentista e modernizadora e depois para uma descentralização industrial e globalizadora dos lugares.

Essa lógica vem sendo reforçada, sobretudo, a partir da década de 1970, quando as ações visando desenvolver a fruticultura irrigada em caráter empresarial, tem se amparado em firmas “que buscam maximizar seus lucros introduzindo novas técnicas agrícolas impostas pelo capital globalizado, fazendo crescer também o hidronegócio, que, de forma discreta e silenciosa, empenha-se em assegurar o poder sobre o domínio das águas.” (LIMA, 2009, p. 61).

Nessa evidente disputa por terra, água e condições de produtividade, tem se assistido a exclusão dos camponeses do processo produtivo, já que o surgimento dessas novas dinâmicas econômicas, pautadas na seleção de espaços propícios a reprodução do capital, vai de encontro à ideologia e ao modo de produção camponesa. Sobre essas condições, salienta Ramos (2006, p. 154) que:

Desde a instalação dos perímetros, criaram-se as condições para o desenvolvimento de uma moderna fruticultura irrigada, a qual ilumina o semiárido nordestino [...]. Agora, as atenções estão voltadas aos médios e grandes empresários agrícolas, provenientes de outras partes do país e, até mesmo, do mundo, em detrimento de antigos colonos.

A mudança na política de desenvolvimento da atividade agrícola reflete o desvirtuamento no incentivo a agricultura camponesa e, do mesmo modo, evidencia o surgimento de um novo discurso dos representantes da região, que defendem o agronegócio. Sobre as mudanças nessa política, Farias (2010, p. 43), com muita propriedade, entende que:

[...] o que se pensa agora para a irrigação é em uma agricultura moderna, científica e global. O mercado das frutas, a fruticultura irrigada e o agronegócio dos grãos são grandes exemplos da mudança nos padrões dos projetos federais de irrigação, cada vez mais especializados num público empresarial e de finalidade para os mercados

mundiais, pouco interessados na agricultura de pequenas proporções econômicas, como a camponesa ou familiar.

As referidas mudanças tornam-se ainda mais evidentes com a construção ideológica criada em torno do agronegócio, numa tentativa de apagar os resquícios, quase feudais, do processo de latifundização do território e de exploração do homem e promover um discurso moderno que valoriza apenas suas virtudes e eficiência. Assim,

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta (FERNANDES, 2004, p. 1).

Essa mudança de comportamento não é apenas fruto da retórica de movimentos sociais que denunciam a política clientelista do Estado ou daqueles que lutam contra o agronegócio. Ela se consubstancia em exemplos concretos ocorridos em algumas localidades contempladas com perímetros de irrigação pública, que não conseguiram prosperar ou produzir resultados econômicos e sociais satisfatórios.

No Rio Grande do Norte, o represamento do rio Piranhas-Açu para a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, em 1983, possibilitou a elaboração de um projeto para a irrigação de 6.000 ha de terras, metade destinada à agricultura familiar e a outra parte repassada às empresas agrícolas do setor de agronegócios.

Com o passar dos anos, a especulação fundiária promovida pelas grandes empresas causou forte pressão sobre os pequenos produtores, o que aliado à falta de políticas igualitárias, praticamente obrigou-os a venderem suas terras, o que redundou numa forte concentração de terras. Outro fato que contribuiu para esse processo foi a política protecionista do governo norte rio-grandense aos grandes grupos agrícolas, “através de isenção de impostos, favorecimento político e melhoria de estradas, energia e perfuração de poços, o que encareceu o preço das terras, fomentando uma forte especulação fundiária que acabou por excluir uma grande massa de pequenos produtores.” (SANTOS, C., 2010, p. 4). Assim, incapazes de produzir ou de concorrer com as grandes empresas ou, em muitos casos, de se associar a outros de seu segmento, acabaram vendendo suas terras que passaram quase que totalmente ao “controle dos fruticultores exportadores cujas empresas possuem elevados índices de modernização e produtividade” (SANTOS, C., *op. cit.*, p. 3).

Outro exemplo acerca dos rumos dos projetos de irrigação encontra respaldo no estudo de Francisco Kennedy Silva dos Santos. Analisando os desdobramentos resultantes da implantação de um perímetro irrigado na cidade de Morada Nova, localizada na microrregião do Vale do Jaguaribe-CE, Santos, F. (2006) constatou que os órgãos governamentais responsáveis pela criação dos perímetros irrigados, primaram inicialmente pela irrigação pública, mas, a *posteriori*, em virtude dos projetos representarem uma possibilidade de mudança na estrutura fundiária do semiárido, através de desapropriações de terras, as forças conservadoras cearenses alegaram o alto custo de tais empreendimentos, o que forçou os governos estadual e federal a redirecionarem suas ações para a irrigação privada.

O caso cearense representa o retrato daquilo que ocorreu e ainda ocorre em todo semiárido nordestino. A instalação dos perímetros possibilitou o desenvolvimento de uma agricultura irrigada, capaz de proporcionar frutos para todos os segmentos do setor agrícola, minimizando os problemas que afetam o meio rural. Porém, a mudança nas diretrizes governamentais, além de motivar a exclusão de milhares de colonos irrigantes, reforça o redirecionamento das prioridades estatais em assentar as classes mais pobres atingidas pelas estiagens “para uma política voltada aos empresários agrícolas mais capitalizados e em condições de assumir os riscos que toda atividade agrícola moderna encerra.” (RAMOS, 2006, p. 159).

A seleção dos irrigantes é outro ponto de enfoque. Em muitos casos, os irrigantes encontrados, poucos anos após a seleção e aquisição dos lotes, não eram mais os mesmos que iniciaram suas atividades no perímetro. Sobre o tema, destacamos as lições de Muniz (2006), que ao estudar as relações de trabalho na agricultura do Baixo Jaguaribe, comprovou que muitos produtores que hoje atuam no Perímetro Jaguaribe-Apodi diferem daqueles que originalmente receberam os lotes. Como acentua a autora, o que se tem percebido é a atuação de:

[...] empresários agrícolas de outros Estados e até mesmo de outros países. Muitos desses, com atuação em diversos ramos de atividades, compraram os lotes de irrigantes endividados, se comprometeram a pagar a dívida e estão cultivando produtos de elevado valor comercial, mas usam mão de obra assalariada (MUNIZ, *op. cit.*, p. 273).

Semelhanças são encontradas, em caso já aqui descrito, na instalação do perímetro de Morada Nova-CE. Como acentua Santos, F. (2006), passada a fase do processo seletivo, procedeu-se ao assentamento dos irrigantes e funcionamento daquele perímetro. Entretanto, a omissão do Estado no que tange a possibilidade de autogestão do empreendimento pelos

próprios irrigantes, garantindo-lhes a coesão na tomada de decisões sobre problemas que os afetavam, provocaram uma individualização dos mesmos, dificultando sua capacitação e uma melhor gestão de seus lotes, além de impossibilitar a criação de vínculos que os fortalecessem enquanto grupo. Assim, explica o autor que,

[...] segundo Bursztyn (1985), os perímetros públicos de irrigação foram implantados e geridos sem a contribuição direta dos agricultores irrigantes. O paternalismo, que cria forte vínculo de dependência dos colonos ante o poder público, marcou a atuação do Dnocs quando do assentamento dos irrigantes em seus respectivos projetos de irrigação, e encontrou nos agricultores assentados, sem vínculos anteriores entre si, um terreno propício para a reprodução do capital. (SANTOS, F., 2006, p. 294).

Como resultado, testemunhamos a exclusão “dos produtores familiares e camponeses do processo produtivo, por não serem empreendedores tornando-se subordinados e submissos a essa monopolização do capital, da terra e de recursos.” (FARIAS, 2010, p. 38-9).

Participar do processo produtivo enquanto trabalhador assalariado, muitas vezes tem sido a única saída para os expropriados da terra. Quando o camponês ou o pequeno produtor perde suas terras e passa a servir de mão-de-obra para as empresas, estamos diante de uma verdadeira contradição nas relações de trabalho, pois as modernizações que atingem o setor agrícola são fortemente seletivas, requerendo profissionais qualificados que se adaptem aos processos exigidos por um modelo de produção empresarial. E nem todos estão aptos a essas novas funções.

A heterogeneidade das etapas de produção na agricultura assim como os ciclos de produção de cada espécie vegetal requerem tratamentos culturais em tempos precisos e segundo conhecimentos que extrapolam experiências vividas por muitos dos trabalhadores na agricultura de sequeiro ou em outras atividades profissionais. (CAVALCANTI, MOTA e SILVA, 2006, p. 132).

As transformações e contradições vão além de uma questão puramente economicista, afetando também o modo de vida dos “proibidos de produzir” para si e para suas famílias. Perda da autonomia produtiva e de uma identidade construída historicamente, se aliam a expulsão do homem do campo e a sua marginalização frente à sociedade. Essa visão se coaduna com o pensamento de Mota (2002), que assim se expressa:

A transformação dos agricultores em trabalhadores assalariados provocou profundas mudanças na reprodução social dos mesmos, pela desvinculação entre consumo e produção, entre lugar de trabalho e moradia, bem como, pela perda da autonomia na

organização de processos de produção, dentre outras consequências. (MOTA, *op. cit.*, p. 57).

E ainda há quem coloque a culpa nos próprios agricultores, criando falsos estereótipos, que os desmoralizam enquanto pessoas. Certamente isso serve como estratégia para encetar na população o ideário da modernização agrícola e da grande propriedade capitalista como sendo os únicos meios para se promover o crescimento do Brasil, de se gerar emprego e renda e de se alcançar maior captação de recursos para investimento em setores carentes do país. Assim, utilizando como exemplo aquilo que ocorreu no Platô de Neópolis-SE, percebeu-se que “[...] gerentes originários do sudeste do Brasil se veem como mais racionais que os trabalhadores locais e afirmam que ‘os nordestinos não gostam de trabalhar, têm muitas crendices e dias santos, tudo é motivo para faltar ao trabalho’.” (MOTA, 1999, p. 72, *apud* CAVALCANTI, MOTA e SILVA, *op. cit.*, p. 132).

Com tudo isso pode se perceber a manutenção das condições de dominação sobre a população rural, que antes se dava através dos grandes latifundiários, e hoje ocorre por meio dos grandes empresários locais e extralocais. Isso reitera o discurso já rebatido de que o novo reproduz o velho, neste caso, expressado através de uma “estrutura fundiária concentrada agora nas mãos de grandes empresas, os novos perímetros, que de novo trazem só o nome, mas a expropriação e exploração do trabalhador são antigas” (MUNIZ, 2006, p. 283).

Outro ponto nefasto da idealização de perímetros voltados ao agronegócio é a redução da produção voltada à subsistência. Conforme se aponta em pesquisa realizada por Elias (2006), no município de Quixeré-CE, constatou-se que no município houve redução na área plantada e na produção de alimentos voltados para o consumo local. A introdução de um modelo empresarial provocou a substituição de culturas básicas como o milho, o feijão e a mandioca, por frutas frescas para a exportação, como o abacaxi, a banana, a goiaba e, em especial, o melão, acarretando também mudanças no perfil do produtor, “pois quem domina a cadeia produtiva de frutas são as empresas agrícolas” (ELIAS, *op. cit.*, p. 52).

Uma última questão apontada concernente à instalação dos perímetros irrigados, diz respeito aos problemas ambientais provocados pela atividade agrícola. Desmatamento da vegetação nativa na área em que será construída a infraestrutura do perímetro, salinização dos solos, em face de métodos ineficientes de irrigação, e, em alguns casos, o uso de defensivos agrícolas que causam a contaminação das águas subterrâneas, representam os principais problemas ambientais ocasionados pelos projetos públicos de irrigação no Nordeste.

Logicamente, não podemos apontar apenas as contradições e aspectos negativos produzidos pela implementação de tais projetos. Embora poucos, ainda se registram casos



onde há a geração de oportunidades aos pequenos e médios produtores, através de um sistema de associativismo desses segmentos com empresas de maior dimensão, numa relação horizontal de cooperação que torna possível a ampliação da produção e a satisfação das partes envolvidas. Nesse sentido,

Já se observa na fruticultura do Rio Grande do Norte alguns efeitos multiplicadores para pequenos e médios proprietários. A terceirização, ou associação, de parte das atividades dessas empresas significa repasse de tecnologia e inserção destes agricultores num circuito produtivo e comercial que garante sustentação das suas atividades (CASTRO, 2008, p. 316).

Embora esse pareça ser apenas um exemplo em meio a tantas outras experiências malsucedidas, conclui-se que se houvesse maior atenção do poder público no planejamento e gestão dos projetos de irrigação e se não se primasse por um enfoque puramente produtivista, teríamos melhores resultados através da diminuição do desemprego e do êxodo rural, da redução no processo de concentração de terras que ainda impera no campo e o aumento na produtividade de gêneros destinados ao mercado interno. Acredito que somente assim, poderíamos vislumbrar a construção de um país socialmente mais justo e economicamente equilibrado.

### **1.3 Da “falsa consciência” ao vetor de modernidade – A reestruturação produtiva do campo frente às imposições ideológicas do agronegócio**

O mundo rural passa por profundas transformações, portanto, é fundamental analisar e questionar até que ponto os novos processos e dinâmicas interferem nos diferentes lugares e recantos do planeta. Em face do avanço do meio técnico-científico informacional (SANTOS e SILVEIRA, 2008) sobre os espaços, temos presenciado diversas alterações nas relações de trabalho e de produção do capital e esse processo histórico de construção e transformações tem repercutido no (re)ordenamento territorial e na redefinição dos atores sociais que disputam projetos de desenvolvimento para o campo. Enfim, essa conjuntura tem introduzido relações novas com o espaço, com implicações de ordem econômica, social e territorial, possibilitando novas interpretações à paisagem produtiva e novas redes de interesses.

A seletividade espacial do capital mundializado, ao surgir como mentor dessa era (FARIAS, 2010), tem promovido uma reestruturação do território, modificando seu significado e incrementando novos objetos, novas ações e novos conteúdos. No dizer de

Santos e Silveira (*op. cit.*, p. 52-3) “o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens.”

As imposições competitivas e a necessidade de rearranjos dos espaços, derivadas do processo de globalização, têm suscitado um novo olhar sobre o espaço rural e a produção agrícola no Brasil. No final dos anos 60 e início dos 70, nosso país assistiu a um processo de modernização de sua agricultura, acompanhada pelo desenvolvimento de uma agroindústria de forte presença no país. Esse processo que se assentou com base nas inovações tecnológicas decorrentes da Revolução Verde<sup>5</sup>, da posição do país no comércio internacional e da existência de um setor de bens de capital e insumos respeitável e cuja constituição foi, em grande parte, estimulada pelo apoio do Estado (MIRANDA COSTA, 2001), inseriu o país na posição de grande potência agrícola no cenário internacional.

A partir desse período, não só as discussões como as políticas adotadas foram pautadas no “modelo produtivista”, que priorizou a elevação da produção mediante a incorporação de tecnologias agroquímicas e mecânicas, corroborando para que a ideia do rural ficasse muito associada à produtividade. Assim,

o desenvolvimento rural era medido através do nível crescente da produtividade dos produtos agrícolas, do aumento do mercado exportador e da balança comercial. O modelo produtivista impunha uma fórmula e, para atendê-la, se convocava a ciência, a tecnologia e o capital. Os resultados econômicos e políticos prevaleciam em relação aos sociais (COUTO ROSA, 1999, p. 3).

Sobre esse processo, denominado de modernização conservadora<sup>6</sup>, Alves e Silveira (2006), denunciam que o Estado foi o suporte para o aumento da desigualdade socioeconômica no campo, com políticas de crédito e financiamento que beneficiaram as classes dominantes e, astuciosamente, em nada alterou a concentração fundiária no país. Essa mesma visão é retratada por Graziano da Silva (1996, p. 50), ao considerar que “a política de modernização conservadora não ocorreu por acaso. Apoiada por segmentos da burguesia brasileira e do capital internacional”, tal política teve como carro-chefe o crédito rural

<sup>5</sup> A Revolução Verde caracterizou-se pela modernização da atividade agrícola em países em desenvolvimento, através da utilização intensiva de máquinas, implementos, equipamentos e insumos, bem como o desenvolvimento de técnicas mais sofisticadas, experiências no campo da genética vegetal, tratamentos culturais modernos e eficientes e maior racionalização das atividades, objetivando o aumento da produção e produtividade agrícola no mundo (PESSÔA, 2001).

<sup>6</sup> Um exemplo das políticas conservadoras pode ser evidenciado durante as décadas de 1950 e 1960, no interregno de regimes autoritários e conservadores. Nesse período, a modernização da agricultura foi pensada como meio de aumentar e racionalizar a produção e ao mesmo tempo, serviu para cristalizar as injustiças sociais no campo, cujas raízes históricas remontam a própria intervenção dos europeus no território brasileiro como decorrência do mercantilismo dos séculos XV e XVI (CASTILHO, 2005).

subsidiado, beneficiando apenas aos produtores capitalizados que teriam garantias reais para o pagamento dos empréstimos tomados.

Saliente-se, nesse tocante, que um dos exemplos de amparo das políticas estatais aos “famélicos por capital” se deu na década de 1980, quando as lideranças rurais brasileiras passaram a solicitar maior apoio e incentivo do governo à atividade agrícola empresarial. Esse processo, que tem causado um processo de “balcanização do Estado”<sup>7</sup>, é visto por Graziano da Silva (*op. cit.*) como uma espécie de *lobby* promovido por grupos de pressão que capturam segmentos do aparelho estatal visando a consecução de benefícios em seu favorecimento.

Apoiada nessa política governamental direcionada a valorização da grande propriedade capitalista, que preserva as antigas estruturas socioeconômicas e políticas regionais por meio da modernização agrícola, passamos a ver um processo de desenvolvimento rural paradoxo, já que tal processo apresentou, até as últimas décadas:

um amplo enfoque de estratégia agrícola, que previa ocupação e colonização de novas terras, aberturas de fronteiras agrícolas, introdução de novos produtos para o mercado, projetos de irrigação, incentivo à agropecuária, à agroindústria, políticas agrícolas com base em produtos, etc. Este conceito de desenvolvimento rural partia da suposição - que predominou no país durante muitas décadas - de que a tecnologia, aliada ao capital, é que promove o desenvolvimento (COUTO ROSA, 1999, *ibid*).

Como fruto desse processo, nas últimas três décadas o campo passou a presenciar a reestruturação produtiva da agropecuária, estimulada pelo avanço do meio técnico-científico-informacional e da introdução do agronegócio em alguns lugares específicos da região Nordeste. A partir de uma lógica modernizadora que organiza o espaço a partir de imposições de caráter tecnológico e de mercado (CASTRO, 2008), estes espaços passaram “a receber vultosos investimentos de algumas importantes empresas do setor, difundindo-se a agricultura científica e o agronegócio” (ELIAS, 2006, p. 30-1).

O ideário desenvolvimentista que vem sendo pregado como solução para o crescimento do PIB e para a geração de emprego e renda no país, procura desvirtuar o modelo agrícola tradicionalmente desenvolvido. Para tanto, a ideologia de uma agricultura moderna, praticada em moldes empresariais, além de marcar as estratégias criadas pela elite agrária na sua luta histórica pela manutenção da posse da terra, “tem sido utilizada como a grande

---

<sup>7</sup> Cf. salienta Graziano da Silva (1996, p. 42), o processo de balcanização ou feudalização do Estado, trata-se da “apropriação privada do Estado por grupos particulares, não por delegação ou em nome de um setor ou fração de classe, mas em seu benefício próprio”. Complementa àquele autor que “a balcanização resulta não apenas no direcionamento das políticas em função de determinações particulares, mas numa verdadeira captura de segmentos do aparelho estatal vitais aos interesses desses grupos de pressão.”

bandeira dos empresários agrícolas para colocar o setor como um dos mais promissores da economia brasileira” (BEZERRA, 2009, p. 117).

O agronegócio desponta como uma realidade deste século, evidenciado pelas transformações nas relações capitalistas de produção. Fruto da modernidade ou contemporaneidade, surge superando as “amarras” que enquadravam a agricultura como atividade arcaica e atrelada ao setor primário da economia, remetendo-a, outrossim, a posição de destaque quando vista a partir de sua relação com a indústria.

Surgindo da tradução do termo *agrobusiness*, o agronegócio representa o novo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Desenvolvido pelos pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, em 1955, o conceito de agronegócio serve para representar a soma total de todas as operações relacionadas à produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção dentro das fazendas; e o armazenamento, processamento, transformação e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles.

No Brasil, a expressão agronegócio surge na década de 1990, em substituição ao termo “Complexo Agroindustrial”. Impulsionado desde a década de 1970 pelo desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, os CAI’s expandiram seus domínios para áreas antes consideradas improdutivas, através do uso de uma racionalidade que permitiu o melhor aproveitamento das condições naturais e humanas<sup>8</sup>. Elencamos, ainda, o aumento na demanda de produtos agropecuários no mercado mundial, o que vem permitindo ao país recordes de produtividade e o prognóstico de muitos especialistas do ramo como futuro celeiro agrícola global (CARLOS LOURENÇO e BARBOSA DE LIMA, 2009).

Embora o termo agronegócio apresente-se como recente, o conteúdo que o mesmo carrega remete a um processo histórico que se acentua “no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação.” (FERNANDES, 2004, p. 1). Como estratégia de mascarar as sucessivas formas de exploração da terra e do homem, o processo capitalista sempre fez uso de novas roupagens para esconder em suas entranhas velhos conteúdos. Assim, o termo agronegócio é compreendido como sendo “[...] uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. [...] a imagem da

---

<sup>8</sup> O Brasil tem despontado nos últimos anos com grande potência do setor agrário mundial, graças à existência de condições favoráveis, como: sua diversidade climática, que permite produzir uma infinidade de produtos; a grande extensão territorial do país, com solos abundantes e férteis em praticamente todas as regiões e a relativa abundância de água. Aos fatores naturais, soma-se a farta mão de obra disponível e uma conjuntura econômica até então favorável a exportação de grande quantidade de *commodities* agrícolas.

exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico” (*Ibid.*, p. 1).

O impulso dado ao agronegócio pelas políticas creditícias do Estado, que tem repassado somas vultosas de recursos públicos para o empresariado desse setor, tem culminado na expansão da fronteira agrícola no país. O agronegócio, sedento por novas áreas para o cultivo de *commodities* para a exportação, infunde a ideologia do espaço enquanto algo puramente submisso às exigências mercadológicas<sup>9</sup>. Nesse âmbito, a busca pela lucratividade ou reprodução do capital, despreza ou torna sem importância toda uma biodiversidade e uma pluralidade cultural construídas historicamente pela dinâmica social.

Para Marx, toda ideologia cumpre um papel fundamental na manutenção dos interesses de grupos sociais (BEZERRA, 2009, p. 115). Assim sendo, diante do ideário desenvolvimentista, torna-se perceptível o papel da ideologia como discurso e prática social na fundamentação e legitimação do agronegócio.

Associado as imagens acerca das vantagens dessa atividade, o discurso representa a manifestação das relações de poder de determinada classe sobre materialidades e imaterialidades presentes no espaço. Como nos ensina Foucault (2008, p. 171), analisar o discurso “é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência.”

O que temos visto na prática é o veemente amparo dado ao agronegócio, que tem encontrado suporte nas políticas de desenvolvimento, que tratam o seu território como algo sagrado, que não pode ser violado. Quase sempre respondendo aos interesses de grupos políticos e econômicos que buscam lograr os frutos da atividade, o agronegócio passa a ser visto a partir de sua amplitude, não mais como um latifúndio que concentra apenas terras, mas como atividade que também domina a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2004). Assim concebido, “o agronegócio vende a idéia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível” (*Ibid.*, p. 5).

---

<sup>9</sup> Salienta Bezerra (2009) que o ideário do agronegócio é fortalecido pelas políticas do Estado, através de seus vultosos investimentos repassados aos empresários do setor agropecuário e pela difusão de duas linhas discursivas para sua concretude no plano político, econômico e cultural, quais sejam: a) o agronegócio como carro-chefe da economia brasileira; e, b) o agronegócio como vetor da modernidade e do progresso no campo. Outrossim, cita o referido autor que alguns teóricos a exemplo de Leitão e Rosenbaum, ao considerarem essa atividade como a grande alavanca para o crescimento da economia do Brasil, chegam a compará-la com a produção de petróleo do Golfo Pérsico, ou seja, uma fonte de riquezas em potencial capaz de promover o desenvolvimento do país, “sem problemas de exaustão de reservas ou danos irreversíveis ao meio ambiente.” (LEITÃO e ROSENBAUM, 2006, p. 297-8 *apud* BEZERRA, *op. cit.*, p. 120).

Os discursos e as imagens que reproduzem política e ideologicamente a concepção do agronegócio são também tratados por Farias (2010), que mostra que:

[...] parte das ações políticas e econômicas para o desenvolvimento regional vão se concentrar principalmente no setor do agronegócio no semiárido, onde podemos citar exemplos tendo a irrigação como elemento comum e como palavra que desencadeia uma nova sequência tanto de discursos como de imagens, que, ora se confrontam com o discurso fundador das necessidades de outrora, ora se congratulam com os interesses de classe e permitem a sua reprodução política e ideológica (FARIAS, *op. cit.*, p. 29).

Outro aspecto que merece ser mencionado é o papel da mídia na difusão do agronegócio e na busca de sua aceitação pela sociedade. Romão (2006, p. 1), destaca que onde o agronegócio é desenvolvido exploram-se apenas as virtudes e benesses da atividade, enquanto procura se esconder o “banimento das relações que regem o mundo dos trabalhadores, abolindo outros sentidos que não aqueles dados pela voz do capital.”

Compreendendo que um dizer sempre encerra em si mesmo o banimento de outros modos de dizer, é possível inferir que o discurso do agronegócio constrói uma tessitura de sentidos de potência e riqueza como se eles fossem partilhados igualmente por todos, distribuídos de maneira homogênea e geradores de um bem-estar coletivo (ROMÃO, *op. cit.*, p. 2).

Ao figurar como elemento central para o fortalecimento/ruptura dos estereótipos criados, a mídia cumpre sua função ideológica de maquiatar as informações e atua como “falsa consciência”: ora perpassa a visão de um empresário abastado, bem sucedido e que por conta do agronegócio, contribui para o crescimento do país; ora deturpa as imagens acerca dos movimentos sociais no campo, que lutam por melhores condições de vida, associando-os a ideia de “sujeitos” preguiçosos, violentos e baderneiros, que a todo custo tentam tomar para si um pedaço de terras. Além disso, é visível a tentativa de acabar com a visão “melancólica” que se faz do meio rural enquanto ambiente arcaico, utilizando-se, para isso, de diversas estratégias, como o uso do marketing para encetar na população uma visão progressista do agronegócio, desmitificando a ideia do campo como locus de atraso e pobreza.

Utilizamos novamente as lições de Romão (2006), para demonstrar o depoimento do cantor Almir Sater, que assim sintetiza a tentativa de pregar no ideário popular a importância do agronegócio como atividade vital ao desenvolvimento do Brasil.

Eu começo a perceber que os tempos mudaram, que aqueles negócios de boi que tinha na mesma mangueira, o comprador de boi que tinha não sei onde, aquela rocinha de milho pequena, antigamente o caboclo plantava para a família dele, hoje

eu vejo um produtor planta para muita gente. Então, hoje em dia não se compra mais boizinho, hoje em dia se faz agronegócios, acho que tá na hora da gente pensar desse jeito para poder enriquecer um pouco mais, agregar um pouco mais de valor porque eu acho que a riqueza é que conserva, é a riqueza que mantém as nossas florestas exuberantes, o maior perigo para a ecologia, para a conservação do nosso Brasil é a pobreza [...] (ROMÃO, *op. cit.*, p. 3-4).

Todo esse ideário vem evidenciar o caráter depreciativo que se tem manifestado sobre a agricultura camponesa e sobre os pobres do meio rural, condenados também pelos inúmeros descabros que afetam e apagam nossa biodiversidade. Além das consequências de ordem social, o depoimento do cantor acima referenciado denota um fechar de olhos para o fato de que o agronegócio acompanha o ritmo da expansão da fronteira agrícola, o que tem sido a maior vilã pelo desmatamento da vegetação do cerrado e da floresta amazônica e pelo empobrecimento dos solos em diversas outras regiões do país.

Ao dizer que “a riqueza” conserva, preserva, resguarda e protege o meio ambiente, diz-se também que é “a pobreza” a causadora de depredações, destruições, desmatamentos, roubos, saques e devastações. O efeito de responsabilizar a pobreza é duplamente condenatório, visto que além de serem pobres, os pobres ainda são culpados pela sua ação nefasta em relação à natureza; ora, sabe-se muito bem que a poluição ambiental é o fruto perverso de práticas predatórias de empreiteiras, indústrias, transnacionais ansiosas por lucros otimizados e resultados imediatos (ROMÃO, *op. cit.*, p. 4).

Como se vê o agronegócio se apropria estrategicamente da mídia para esconder os resultados de suas atividades. Quer seja através da exploração dos recursos naturais e da devastação do meio ambiente, quer seja através do falseamento dos resultados da produção agropecuária<sup>10</sup>, retirando dos camponeses o título de segmento que mais produz no país, o agronegócio tem sido contraposto por diversos estudiosos e economistas que apontam seus danos a sustentabilidade ambiental e econômica do país.

Em virtude de tais aspectos, a conceituação do agronegócio não pode ser concebida apenas enquanto um termo de caráter instrumental, já que possui múltiplas significações socialmente construídas e revela em seu bojo contradições quanto ao seu processo de desenvolvimento (BEZERRA, 2009). Essas contradições refletem sua face obscura ou outro lado da moeda e, inegavelmente, indicam que o modelo empresarial moderno gera profundas desigualdades.

<sup>10</sup> Cf. nos ensina Fernandes (2004, p. 2-3), “estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola.”

Sobre esse assunto, salienta Elias (2006) que:

A difusão da agricultura científica e do agronegócio, com a territorialização do capital no campo, inclusive de importantes multinacionais, passa a dominar parte significativa da produção, da comercialização e do financiamento, mas não se associa à distribuição de terra, nem de renda para os pequenos produtores como insistem os *lobbies* dos ruralistas ou as propagandas do próprio Ministério da Agricultura (ELIAS, *op. cit.*, p. 34).

Embora saibamos da necessidade de escalas de produção que sejam competitivas nos mercados globalizados e que respondam pelas demandas externas, gerando maior entrada de fluxos no país, é imperioso destacar que diversos “empreendimentos agrícolas de grandes dimensões, com créditos oficiais subsidiados fracassaram devido a dificuldades na gestão, que desconsiderava a complexidade social e ambiental que interferem nas escalas de produção agrícola” (COUTO ROSA, 1999, p. 5).

Esse pensamento coaduna com o entendimento de Abramovay (1995, p. 20-21), ao afirmar que “a mudança da matriz em que se origina a concentração da renda na agricultura e o fortalecimento de unidades ao alcance do trabalho de uma família, na maior parte dos casos, pode apresentar resultados produtivos tão ou mais promissores que o de grandes fazendas.” Isso é ainda mais confirmado pela consciência de que “[...] possuímos pequenas propriedades prósperas, e grandes propriedades arruinadas [...]” (LEAL, 1997, p. 50), o que fortalece a importância da agricultura camponesa para o abastecimento do país.

Por outro lado, como sabiamente salienta Elias (2006), a maior parte das relações realizadas pelas grandes empresas do setor de agronegócios, não tem relação com o lugar onde está inserida. Para dar validade a sua reflexão, a referida autora tomou, como exemplo, a multinacional Del Monte, uma das principais empresas do setor de frutas no mundo, a qual explora a atividade no Vale do Açu-RN. Segundo pôde observar, a produção da empresa,

é quase totalmente verticalizada, pois todas as etapas desta estão sob sua realização. Além da terra e da mão-de-obra, poucas outras relações são estabelecidas nos lugares nos quais esta instalada, uma vez que pouco interage com os poderes locais; praticamente ignora por completo a legislação ambiental e, em parte, a trabalhista; traz de fora do país quase todo o pacote tecnológico utilizado na produção, assim como parte da mão-de-obra especializada; exporta quase toda a produção, e deixa para o mercado local somente o refugo, que não tem o padrão exigido pelo mercado externo (ELIAS, *op. cit.*, p. 39).

Além das consequências de ordem econômica, com o enfraquecimento, em muitos casos, das economias locais onde as atividades agrícolas modernas são exploradas, não nos esqueçamos dos resultados sociais gerados por esse processo, o qual tem sido viabilizado pelo



avanço do capital sobre o espaço através da prática do agronegócio. Tais resultados são evidenciados nas palavras de Mariano Neto (2004), que assim entende:

Com a mecanização, o uso de agrotóxicos, herbicidas, inseticidas, fungicidas, fertilizantes, o uso e valor da terra tomaram proporções completamente diferentes do que era visto anteriormente aos anos 50. O crescente aumento da produção, a melhoria das safras e a ampliação do espaço plantado, foram alguns dos indicadores do processo de modernização da agricultura no Brasil. Mas em contrapartida, o uso das máquinas pelos grandes produtores, fez diminuir o uso de mão-de-obra, fazendo com que milhões de trabalhadores rurais fossem obrigados a abandonar o campo, para buscar na cidade uma “nova” maneira de viver (MARIANO NETO, *op. cit.*, p. 1).

As teses acima explicitadas nos auxiliam na tentativa de compreender os desdobramentos resultantes da reestruturação do campo na atualidade, a partir da difusão de uma agricultura científicizada (SANTOS e SILVEIRA, 2008) e do agronegócio. Elias (2006), ao analisar as consequências decorrentes dos critérios de seletividade do capital sobre o espaço, enfatiza que “[...] os pontos escolhidos para receber investimentos transformam-se em pontos de modernização da economia e do território e todo o restante fica à margem desse processo” (ELIAS, *op. cit.*, p. 35).

Para a validação desse ideário de modernização, os grupos de pressão utilizam sua força e influência para tenta incutir no senso comum o processo de mundialização enquanto o pano de fundo utilizado para explicar as transformações no espaço rural. Assim,

Os atores desse enredo atribuído ao “mundo” são, na realidade, as empresas que dispõem de força suficiente para induzir os Estados a adotar comportamentos que respondam aos seus interesses privatistas, ainda que isso se dê a partir da ideia mais geral de globalização, tal como hoje ela é oficialmente entendida e aceita (SANTOS e SILVEIRA, *op. cit.*, p. 256).

Todo esse processo provocado pela subordinação do trabalho ao capital e pela reestruturação produtiva que não beneficia a maior parte da população rural, além de agravar algumas das mazelas sociais, como a baixa nos salários, superexploração dos empregados, a concentração fundiária, dos meios de produção, da renda e do poder político, o êxodo rural e seus resultados na dinâmica urbana, entre outras. Assim, torna-se indiscutível a noção de que a agricultura moderna “*tecnocientificizada*” esconde desequilíbrios inevitáveis e indesejáveis, já que o desenvolvimento capitalista se faz gerando profundas desigualdades, concentrando riquezas e agravando o quadro de miséria dos excluídos do processo de modernização. Isso fica evidenciado nas palavras de Silveira (2005), que ao analisar as consequências desse modelo assevera que:

Incapazes de acompanhar o passo do processo de modernização material e organizacional, certas pessoas e regiões são excluídas das benesses da modernização, sem todavia deixarem de ser resultado dela. Assim, a cada momento certas formas de trabalho são valorizadas e outras não, certas regiões passam a abrigar o trabalho que se valoriza e outras o perdem. Essa perda de valor é uma das causas centrais da pobreza e, como esta adquire conteúdos diferentes segundo os contextos regionais, falamos, conjuntamente, de desigualdades regionais (SILVEIRA, *op. cit.*, p. 142).

Nesse contexto, cabe questionar até que ponto essa produção de riquezas possibilitará não apenas o progresso econômico, mas o desenvolvimento social do campo e da cidade, tendo em vista que grande parte das empresas que exploram o setor tem suas sedes localizadas em outros países, para onde remetem parte considerável dos lucros obtidos com a concessão de terras e da exploração de uma atividade que pouco reverte em favor da localidade onde é praticada?

Embora não tenhamos resposta para esse questionamento, não existem contradições que as políticas governamentais de desenvolvimento do meio rural favorecem, quase que totalmente, a capitalização da grande propriedade. Assim, o modelo aceito como eficaz produtiva e economicamente passou a ser aquele que gera frutos em grande escala e que pode dar retorno as corporações econômicas e ao Estado, como grande financiador e incentivador do desenvolvimento agrário nacional.

O tão almejado sonho de promoção do desenvolvimento rural pautado na equidade e eliminação das injustiças sociais no campo tem restado apenas na retórica dos governantes e no olhar do camponês, uma vez que o Estado não vem cumprindo o seu papel de implementar medidas que permitam reduzir à hegemonia do capital. Isso torna mais irrefutável a consciência de que a “[...] eficiência dos grandes empreendimentos, muitas vezes é política e não econômica e só contribui para o aumento do déficit público e exclusão social de milhões de brasileiros” (LIMA, F. e OLIVEIRA, A., 2011, p. 6-7).

## **2 VÁRZEAS DE SOUSA-PB – TRANSFORMAÇÕES DE UM ESPAÇO PRODUTIVO TRADICIONAL A PÓLO AGRÍCOLA INTEGRADO A ECONOMIA GLOBALIZADA**

“A balança dos contentes pesa a sede dos magoados”  
(MARCUS VINICIUS, *apud* CARVALHO, 1986, p. 174).

O município de Sousa-PB está encravado em pleno sertão paraibano, ocupando uma área de 842,275 km<sup>2</sup>, e é o terceiro maior do Estado em extensão territorial. Reconhecido historicamente como tradicional pólo agropecuário, foi sinônimo de lócus de desenvolvimento e de geração de emprego e renda através de atividades tradicionais como a pecuária bovina e a cotonicultura.

A criação de gado, que tornou sua bacia leiteira uma das mais importantes do Estado, ao lado do plantio do “ouro branco” do sertão, além de simbolizar ostentação e riqueza de famílias tradicionais, colocaram o município como um dos mais importantes do Nordeste, e embora condições desfavoráveis tenham resultado em seu declínio, as terras hoje pertencentes às Várzeas de Sousa reafirmam sua potencialidade natural através de um projeto de irrigação, de conotações empresariais, que vem sendo desenvolvido na área com a produção de gêneros agrícolas para o mercado nacional e internacional.

Essa realidade, como veremos adiante, tem provocado mudanças nas relações de trabalho e de produção, bem como à reestruturação do espaço, o que tem incidido na formação de uma nova territorialidade na região.

### **2.1 As Várzeas de Sousa e sua vocação histórica à produção agropecuária**

#### **2.1.1 A pecuária enquanto razão econômica da interiorização**

Segundo a historiografia brasileira a expansão da atividade açucareira no litoral entre os séculos XVI e XVII deu início a um longo processo de degradação da Mata Atlântica que recobria toda zona úmida do litoral nordestino. A necessidade cada vez maior de obtenção de lenha para ser usada como combustível nos engenhos, impôs ao colonizador a necessidade de desbravar áreas interioranas em busca dessa fonte de energia.

A atividade pecuária contava com uma dupla finalidade: a de fornecer animais para o trabalho nos engenhos - transporte de lenha e de açúcar (animais de tiro) -, e como fonte de alimentação da população que habitava as áreas açucareiras, porém, com o passar do

tempo, em razão da expansão das áreas de plantio da cana-de-açúcar e, por consequência, da redução de áreas compatíveis com a bovinocultura, tornou-se impossível criar gado no litoral<sup>11</sup> (FURTADO, 1997).

O gado foi o elemento desbravador do sertão. Inicialmente oriundo de Salvador, a bovinocultura atingiu importantes áreas do litoral nordestino, como Olinda, Recife, João Pessoa e Natal, mas por conta do caráter extensivo da pecuária e dos danos provocados as plantações, a Carta Régia de 1701 obrigou os proprietários a se estabelecerem a pelo menos 10 léguas do litoral, o que permitiu o estabelecimento de criatórios no interior. Assim, a inserção do gado no sertão nordestino, foi responsável pelo desenvolvimento de núcleos de povoamento nessa nova área, conforme se pode observar no mapa abaixo.

Mapa 1 - Os caminhos das boiadas no interior do Nordeste



Fonte: ANDRADE e FREITAS (1982).

<sup>11</sup> Explica Moreira (1990, p. 05) que a conquista do sertão paraibano foi motivada pela necessidade de desenvolver a pecuária. Assim, elucida "o desenvolvimento da grande exploração na Zona da Mata foi responsável pela criação de um segundo sistema econômico dela dependente que se estendeu em direção ao interior e se difundiu rapidamente povoando o sertão da Paraíba: a criação de gado. Esta atividade desenvolveu-se em função do abastecimento de animais de tiro para os engenhos e do abastecimento da carne não apenas para os engenhos, como também para os centros urbanos do litoral" (MOREIRA, 1990, p. 05).

Os rios constituíram as principais vias de penetração no sertão. Na perspectiva econômica, essa subregião serviu como área complementar à agroexportação, na medida em que o gado criado nesse espaço era destinado à alimentação e a força motriz nos engenhos do litoral. Segundo Prado Júnior (2004), o gado não foi apenas o móvel, mas também a razão econômica da interiorização e mantenedor das relações sociais de produção do modo capitalista no sertão nordestino.

O sertão aos poucos vai se configurando como espaço alternativo propiciador de condições de vida melhores do que no litoral, principalmente para colonos empobrecidos, assim como atesta Holanda, *apud* Guedes (2006, p. 99) na tese da “válvula de segurança”, afirmando que a saturação das condições de existência de uma área de povoamento mais antiga impulsiona os homens a procurarem áreas virgens.

Porém, a criação de gado no sertão paraibano veio agravar a exaustivamente debatida concentração fundiária. As características naturais do clima semiárido, com uma breve estação chuvosa, em média de três a quatro meses do ano, combinada com um longo período de estiagem que alcança nove meses, refletindo por consequência na pobreza das pastagens naturais da caatinga e a falta de técnicas apuradas para a criação do gado, obrigava os criadores a buscarem grandes áreas para tal finalidade.

O município de Sousa-PB vivenciou a mesma realidade histórica ocorrida em várias outras cidades sertanejas que tiveram a pecuária como vetor econômico. Quase sempre praticada nos latifúndios sob os regimes de parceria ou arrendamento, ceifou a vida de muitas pessoas, ao mesmo tempo em que enriqueceu diversas outras. Enfim, tornou mais visível o processo de exploração dos grandes produtores sobre os descapitalizados de conhecimento, de terras e de recursos.

Figura 2 – Vaqueiro conduzindo o gado nas terras hoje pertencentes às Várzeas de Sousa-PB



Fonte: CARVALHO, 1986

Esse modelo exploratório e concentrador deixou sequelas no tempo e no espaço e ainda hoje interfere nos rumos das políticas de desenvolvimento rural da cidade. Tendo pertencido a famílias tradicionais, a exemplo da família Gadelha, as Várzeas se constituíam em grandes latifúndios onde, durante anos, a pecuária leiteira e de corte, ao lado do cultivo do algodão, promoveu a formação de abundantes patrimônios em prol dessas famílias.

Ao lado do prestígio econômico denotava-se também a influência que esses grupos oligárquicos tinham sobre a política da região, favorecendo-os, quer seja através de mandatos eletivos, quer seja através de ações governamentais que beneficiassem as terras dos grupos em questão.

Havendo declínio, retração ou qualquer outro infortúnio que prejudicasse as atividades desenvolvidas por essas elites agrárias locais, não haveria porque se instalar intenso clima de medo ou insegurança, já que o patrimônio construído aliado às benesses do Estado manteriam intangíveis as condições favoráveis às tradicionais famílias.

Por outro lado, as desventuras que acarretaram o enfraquecimento da pecuária na região repercutiram diretamente sobre a economia e comércio locais. Até cerca de duas décadas atrás, a cidade contava com uma unidade de beneficiamento de leite pertencente ao Grupo Betânia S.A., que comprava a matéria-prima de pequenos e grandes produtores das redondezas, a processava (pausterização, acondicionamento, fabrico de derivados), e destinava o produto final ao comércio local e regional. Comprada pela Parmalat, em 1995, a empresa deixa de atuar e, mesmo tendo parte de seu patrimônio original reintegrado em 2002,

após acordo judicial, não vê o ressurgimento da pecuária nos moldes anteriores, o que a fez encerrar definitivamente suas atividades na região.

A pecuária de corte, com a expansão da agroindústria de outros estados e sua consequente penetração na região, retraiu-se devido às condições rudimentares do processo produtivo sertanejo e a maior capacidade de adaptação ao mercado das grandes redes de frigoríficos.

Embora esses motivos justifiquem o declínio da atividade no município, a cidade de Sousa-PB continua com grande vocação para a pecuária, como vem demonstrando nos últimos tempos. Viabilizada por uma conjuntura econômica favorável, aliada a expansão do mercado consumidor, tem-se verificado um aumento dos investimentos no setor, com a implantação de indústrias, inserção de novas raças e a tecnificação da produção, possibilitando que alguns grandes fazendeiros capitalizados, ao lado de um pontilhado sem-número de pequenos e médios criadores, teimem em vencer as adversidades naturais e continuem a criar gado.

2.1.2 “Outro ciclo se abre e se fecha na flor do algodão” – Do apogeu da cotonicultura sertaneja ao fim do eldorado que se idealizou.

A partir do século XVIII, a produção colonial é reorganizada e redefinida a partir da ascensão de um novo produto no mercado internacional: o algodão.

De planta nativa a produto de exportação, ganha importância sobretudo com o desenvolvimento industrial têxtil da Inglaterra, o que promoveria o Brasil a condição de grande fornecedor. As virtuosidades naturais da região, como solo e clima propícios, aliados a fatores de ordem externa como a Guerra Civil Americana, prejudicando o setor algodoeiro daquele país, aumentaram a demanda externa e fizeram do Nordeste o principal centro produtor do Brasil, redefinindo seu papel na organização interna da Colônia.

A economia algodoeira tornou-se elemento propulsor do desenvolvimento do Nordeste, garantindo a geração de riquezas para os proprietários de terras que acreditaram na afirmação de um novo ciclo econômico, baseado no potencial do “ouro branco” do sertão.

Embora tenha vivido um período áureo em meados do século XIX, as décadas de cinquenta a oitenta do século XX, foram palco das inúmeras transformações promovidas pela cotonicultura na região. A produção da fibra de algodão em terras dos sertões da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Maranhão, contribuiu para a manutenção do homem no campo, bem

como para o desenvolvimento e autoafirmação das áreas onde essa matéria-prima era cultivada.

Na Paraíba, explica Prado Junior (1994), o algodão segue o mesmo itinerário de outros estados. Rebelde à umidade e condicionado a áreas de clima menos ameno, ocorre o deslocamento das plantações do litoral para o interior, chegando a ocupar o papel de principal produto da capitania paraibana, desbancando o açúcar.

Assim como aconteceu em outras áreas, na cidade de Sousa-PB, o algodão representou uma nova fonte de renda para os proprietários de terras que não viviam da pecuária ou da produção de outros gêneros agrícolas. Isso pode ser retratado nas imagens abaixo (fig. 3), que mostram a grande leva de trabalhadores empregados na atividade cotonicultora.

Figura 3 – Trabalhadores atuando no beneficiamento do algodão e no carregamento dos caminhões que destinavam a pluma aos portos da região Nordeste



Fonte: CARVALHO (1986).

Nessa época, costumeiramente, via-se grandes fazendeiros a desfilar publicamente em um de seus caminhões carregados da tão valiosa pluma branca (figura 4). A ostentação e o poder que caracterizavam os padrões daquele período contrastavam com a simplicidade e modéstia de uma cidade que, assim como muitas outras, tinha sua economia pautada na agropecuária. A cotonicultura, que aos poucos foi tomando conta de nossos campos, tornou-se o elemento propulsor da economia local e embora só tenha favorecido uma minoria, transformou o espaço rural e urbano e deu visibilidade ao município.



Figura 4 – Caminhão carregado de plumas de algodão



Fonte: DANTAS (2007, p. 47).

O algodão representou bem mais do que um simples produto agrícola de sucesso, mostrando-se como o fio condutor para que o sertão fosse visto como um local de cultura e agricultura de possibilidades concretas. Com o surgimento do sistema de exploração algodoeira, o volume de negócios entre as empresas e o pequeno produtor, a quantidade de promessas de compra e venda de gêneros variados e negociações à vista, feitas no comércio local, foram visíveis e crescentes.

Além da importância econômica da cotonicultura, que ampliou o volume de negócios e a arrecadação no município de Sousa-PB, denotou-se, do mesmo modo, o despertar da esperança no rosto dos agricultores e de suas famílias que sol a sol trabalhavam no sentido de obterem a recompensa pelo seu árduo labor, como se pode observar na imagem que se segue.

Figura 5 – Colheita manual do algodão



Fonte: DANTAS (2007, p. 48)

A fé por dias melhores, que move a população ao longo da história, porém, quase sempre se desfaz por conta das injustiças que afetam a estrutura agrária no país. Embora os trabalhadores assalariados da atividade cotonicultora fossem diretamente os responsáveis pela produção e beneficiamento da pluma, foram os grandes proprietários de terra e os usineiros que se perpetuaram como os senhores do poderio econômico e político na região, tendo seu prestígio reconhecido por todos, a exemplo da tradicional família Gadelha.

Entre os homens de influência de Sousa, André Avelino de Paiva Gadelha – popularmente conhecido como “Zabilo” Gadelha – se tornou o maior possuidor de fortuna em terras e dono de usinas de beneficiamento de algodão, além de ter facilmente transitado entre os principais cargos políticos até chegar a vice-governador do Estado da Paraíba, em 1961<sup>12</sup>.

A escassa historiografia sousense elenca figuras como Zabilo Gadelha e sua parentela, como também a presença de outras famílias tradicionais que hoje, coincidentemente ou não, são as mãos que traçam os destinos dos projetos voltados para agricultura seja no âmbito local ou regional. E quase que esquecidos, se não fossem os registros do documentário “*O País de São Saruê*”, de 1979, os camponeses teriam sua labuta ignorada pela sombra dos “grandes sousenses”.

O País de São Saruê conseguiu transmitir, o que seu diretor, Vladimir Carvalho, chama de “pauperismo descarnado” do sertão. Neste documentário, que foi transcrito na

<sup>12</sup> Zabilo Gadelha foi eleito prefeito de Sousa para o quadriênio 1959-1962, porém afastou-se do cargo no fim de 1960, para candidatar-se, vencer e assumir o cargo de vice-governador da Paraíba em 1961, ao lado de Pedro Gondim, eleito governador.

forma de livro e, devido à censura, só teve seu lançamento autorizado em 1986, Carvalho denuncia a exploração dos trabalhadores pelos donos de terras.

A parte do filme dedicado ao algodão baseia-se na denúncia documental das relações sociais de subjugação pautada nos modos de produção no sertão paraibano. A longa sequência de um colhedor de algodão não precisa de narração direta. As imagens denunciam tudo ao entendimento de qualquer espectador. O homem chega em casa, juntamente com sua mulher, carregando sacos de algodão apanhado. A mulher segue para a cozinha e o homem pega sua espingarda e sai em busca de alimento. Em ato contínuo, o homem aciona o gatilho e depois recolhe a caça abatida: um pássaro (CARVALHO, 1986). No documentário esta presente a narração de um poema de Jomar Moraes Souto, que nos faz viajar no tempo e fantasiar àquele cenário:

Mulher, depene este pássaro.  
Asse-o na trempe, depois.  
Dê ao menino um pedaço,  
a sobra dá pra nós dois.  
Amanhã vou para a rua  
vender plumas de algodão.  
Volto de noite com a lua  
e rapaduras na mão.  
Tenho fé na Santa Madre  
Maria da Conceição.  
Que na casa do compadre  
vai dar bom peso o algodão  
Não me incomodo com a estrada  
e os pedregulhos no chão.  
Eu sou um **José** na cangalha  
mas o céu me dá proteção.  
Nem me incomodo com a sede  
que vai me dar também, não.  
Faço fé que, na parede,  
quando eu pesar o algodão,  
São Miguel se compadeça  
e mate mesmo o dragão.  
E dê um jeito que desça  
aqui pra junto da gente  
aquela outra balança  
que ele sustenta na mão  
pra pesar com segurança  
minhas plumas de algodão  
São Miguel está na sala  
lanceteando um dragão...  
E a balança não resvala  
para quem dá duro não.  
Uma sagrada balança  
ele sustenta na mão  
Na outra uma lança  
lancetando um dragão  
Ele vai fazer mais justos  
os preços que a pluma dão.  
Afinal custaram custos

minhas ramas de algodão  
 E ele sabe é dura a lida  
 pra vive no sertão  
 onde é difícil a farinha  
 é difícil o feijão  
 Onde fácil é somente  
 encontrar rimas em **ão**  
 e aspereza e sol quente  
 e lembranças de dragão.

Fonte: SOUTO *apud* CARVALHO (*op. cit.*, p. 66-71).

No poema, feito após as imagens captadas pelo diretor, o eu-lírico toma a voz do pobre colhedor e salienta a luta pela necessidade de serem justos os preços de seu algodão. O cultivo era feito em regime de meiação ou de meia, em que a força de trabalho e o dono da propriedade dividem, em partes iguais, os produtos do amanhã do solo. O colhedor chega a um copiá de um rancho e entrega ao compadre seu algodão para ser pesado numa espécie de balança primitiva, em que os pesos são enormes pedras, que o compadre coloca nas bandejas feitas de madeira. Durante a pesagem, recostado a um canto, decerto imagina como seria diferente se sua safra desse algum lucro e não o deixasse escravo para o outro ano, sem possibilidades de carregar mais do que uma camisa em farrapos.

O poema retrata justamente esse comentário sobre as desigualdades dos meios de produção metaforicamente ilustrado por um quadro existente na parede da casa, do Arcanjo Miguel empunhando uma balança e uma espada, representando a revolta e a justiça ao mesmo tempo.

A favor do sertanejo, o que quase sempre conta é sua obstinação por dias melhores, mas as dificuldades em sobreviver em uma terra castigada pelas intempéries naturais e arruinada pela desigualdade social, faz despertar ou incutir no ideário popular a crença de uma terra atrasada por inatividade de seu povo<sup>13</sup>.

A fome de algodão provocada pela Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865), fez com que a preciosa pluma ganhasse o mercado internacional e no município de Sousa, as quatro grandes usinas geravam um faturamento anual de cerca de setecentos mil cruzeiros, cada uma, soma vultosa, se considerarmos todo o atraso e o empirismo dos meios de produção (CARVALHO, *ibid.*).

<sup>13</sup> Antônio Mariz, prefeito da cidade de Sousa-PB, durante o período das filmagens do documentário, na década de 1960, enfatizou que as populações rurais são vítimas da estrutura agrária concentradora e, por muitas vezes não tendo a quem recorrer, restava-lhes apenas pedir auxílio aos administradores públicos. Assim, Mariz entendia que “esse pedir permanente não revela ociosidade nem aversão ao trabalho como poderia parecer aos mais rigorosos ou intolerantes. É antes a imagem da pobreza regional que não decorre nem da natureza nem do temperamento, nem da formação do povo. Mas que é fruto de longos erros acumulados na forma de explorar a terra, na forma de criar e distribuir riquezas” (MARIZ *apud* CARVALHO, 1986, pp. 104-105).

Anos mais tarde, a derrocada da monocultura algodoeira não dar-se-ia, tão somente, pela “praga do bicudo”, mas em virtude da concorrência estrangeira e a consequente diminuição do preço da pluma e dos derivados do algodão no mercado internacional, além das mudanças nas políticas de crédito rural que se tornaram desfavoráveis aos pequenos produtores.

O sertão nordestino, enquanto grande área produtora e exportadora de algodão, viveu mais um problema de ordem econômica e social que afetou todas as classes envolvidas naquele ciclo. Até os poderosos donos de terra sucumbiram às estratégias das companhias que compravam o algodão aqui produzido. Utilizando-se de mecanismos típicos da “lei da oferta e da procura”, as grandes empresas estrangeiras iniciaram o processo de infiltração do imperialismo multinacional no sertão, passando a regular o preço pago pela pluma, ora aumentando-o e impedindo que as empresas locais a adquirissem, ora rebaixando-o, prejudicando e desvalorizando o trabalho dos plantadores de algodão.

Sem condições de continuar a labuta no campo, uma infinidade de agricultores trilhou a estrada para as cidades. Dezenas de núcleos urbanos nordestinos viveram a sina de ter sua arrecadação reduzida, em face da crise do setor algodoeiro<sup>14</sup>, e como prêmio ainda tiveram que absorver o contingente expulso das áreas rurais.

Esse processo ocorreu, do mesmo modo, na cidade de Sousa-PB que viu muitos de seus filhos “jogados a sua própria sorte”, seguindo a única rota que lhes restavam: o caminho da cidade. O resultado desse processo foi a favelização das áreas periféricas da cidade e consequente marginalização de um povo que durante décadas derramou seu suor e foi obrigado a esquecer seus sonhos, seus ideais. Sem muito a lhes restar, esses migrantes “barrados no baile” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 178), agora se viam fadados a enclausurarem sua vida na cidade e renegarem seu modo de vida campestre, já que este não teria serventia na nova realidade urbana em que se inseriam.

A falsa impressão de riqueza que se propagou durante a fase áurea do algodão na cidade de Sousa-PB, obscureceu o grave problema que historicamente se constituiu em torno da prática da monocultura: o sucesso e o posterior fracasso que acompanharam qualquer ciclo agrícola no país. Tal acontecimento, relacionado ao fato de que a economia brasileira durante muito tempo foi pensada em função das elites agrárias que priorizaram a monocultura,

---

<sup>14</sup> A crise no setor algodoeiro provocou um colapso sem precedentes, afetando diretamente as áreas produtoras e milhares de nordestinos que viam no algodão sua fonte de prosperidade. Esse processo, contudo, criou uma situação inusitada: “no início da década de setenta, nós éramos um dos maiores exportadores de pluma (considerada a melhor do mundo em todos os testes), vinte anos depois já importávamos esse produto de terras estrangeiras.” (DANTAS, 2006, p. 30).

constituiu um grave erro histórico, já que a cada oscilação do mercado surgia um clima de medo e insegurança em todos os setores da sociedade.

Do mesmo modo, é importante salientar que os esforços da classe política e empresarial nem sempre foram desmedidos, como tentam incutir na cabeça dos menos conhecedores da história. Até porque, tendo em vista o reconhecimento das potencialidades da região e da possibilidade de efetivação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, seria possível gerar maiores oportunidades para o habitante local e não apenas permitir que o capital e a busca pelo lucro ditem os rumos do campo e do que nele é produzido na atualidade.

A história desse país nos mostra as relações sociais presentes no campo e a situação de submissão camponesa no contexto dessas relações. Hoje existem milhares de trabalhadores rurais sem-terra, ao lado de tanto outros milhares com terras inviáveis para a produção ou sem crédito para fazê-lo. Expulsos do campo, ou afugentados para as cidades<sup>15</sup>, a grande maioria dessa massa já perdeu seus sonhos e, com eles, “os laços socioeconômicos e culturais com a terra.” (MARIANO NETO, 2004, p. 5).

### 2.1.3 O resplandecer da agropecuária na cidade de Sousa-PB.

Como vimos, o município de Sousa assistiu a implantação de atividades rurais pautadas no latifúndio e na produção para a exportação. A conjuntura econômica desfavorável em determinado período aliada a outros fatores, repercutiram no declínio dessas atividades e no conseqüente fim de um ciclo de prosperidade, particularmente para as oligarquias rurais da região.

A pecuária, que no passado colocou Sousa como um dos mais importantes criatórios do Estado, ao lado da cotonicultura que durante décadas foi considerada a “redenção do sertão”, nos últimos anos vem ressurgindo em face de novos investimentos que têm promovido a reestruturação produtiva do espaço.

Atualmente, um rebanho em torno de 23 mil cabeças, produzindo entre 50 e 60 mil litros de leite por dia faz da pecuária uma importante atividade econômica em Sousa, que possui a maior bacia leiteira do Estado. Embora o município não esteja entre os maiores

---

<sup>15</sup> Acerca da nova realidade vivida nas cidades, Mariano Neto (2004, p. 12) chega a conceber o espaço urbano como “terra de ninguém” e elucida que “os antigos moradores da zona rural, expulsos da terra, chegam para morar no espaço urbano e sem muito entender o ‘supetão das mudanças acordam na rua’, atordoados diante de tantas novidades que só o urbano pode oferecer, mas que nem todos podem absorver.”

produtores do país, novas práticas pecuaristas estão revolucionando a atividade em seu território, trazendo mais perspectivas.

O sucesso dessa nova realidade esta pautado no tripé estratégico desenvolvido por meio do projeto “Fazenda Eficiente” do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas - SEBRAE-PB. Integrar tecnologia de produção, com inseminação artificial e melhoramento genético, à alimentação adequada dos bovinos, tem proporcionado aos produtores da cidade avanços na produtividade do rebanho, que passou de uma média de 4,8 litros/dia por vaca, para quase 12 litros diários, embora alguns empreendedores da atividade tenham alcançado médias de 18,6 litros por vaca (DIÁRIO DO NORDESTE, 24/04/11), e existam, até aqueles que obtêm médias superiores a 50 litros por vaca, a exemplo daquilo que se sucede na fazenda Diamante, zona rural de Sousa.

Contudo, o grande gargalho do setor reside no fato de que os pequenos produtores ainda não estão inseridos no projeto. O apoio por parte do poder público a essa categoria, através de sua qualificação e da difusão das novas concepções produtivas, pode proporcionar um aumento significativo da produção leiteira da cidade, respondendo por toda a demanda das empresas do setor, que atualmente compram a matéria-prima de fora por insuficiência da produção na região.

Em Sousa funcionam quatro fábricas de laticínios (Belo Vale, Coleite, Dice e Santo Expedito) e duas de sorvetes (Mareni e Flor de Lis), sendo que a maior delas, a Laticínio Belo Vale, sozinha, consome quase a metade de todo o leite produzido na cidade diariamente, algo em torno de 24 mil litros de leite *in natura*.

Atuando a quase 20 anos no mercado, a Belo Vale fabrica produtos lácteos (iogurtes, coalhadas, bebidas lácteas, linha light e queijos) e sucos de frutas Ísis, que estão ganhando espaços nas gôndolas de supermercados e mercearias dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, além da própria Paraíba. A empresa emprega cerca de 240 funcionários diretos, mas devido à perspectiva de expansão de suas instalações e a conquista de novos mercados, é possível, brevemente, que este número se acentue.

O município de Sousa vem recebendo investimentos para a ampliação e o fortalecimento de seu parque industrial. Ligado à produção agrícola, o que tem permitido a agregação de valor ao que vem da terra, o Distrito Industrial (DI), conta com mais de 10 plantas associadas à cadeia do leite, do coco e de outros produtos, e ainda vê muito espaço para expansão.

A ampliação do parque fabril deve vir, principalmente, do beneficiamento do coco produzido por pequenos e grandes produtores de Sousa e cidades circunvizinhas. Hoje, duas

empresas da cidade (Brancoco e Francoc) produzem o fruto desidratado (mais conhecido como coco ralado), e outras trabalham com o envasamento da água, considerada por muitos, em virtude de seus padrões de qualidade, a melhor do país.

A cotonicultura tem sido revitalizada em Sousa e no sertão paraibano, a partir da produção de pequenos produtores e de grandes empresas agrícolas que têm investido na melhoria genética das sementes e utilizado tecnologias modernas na produção da variedade tradicional – algodão branco -, e também no desenvolvimento do algodão colorido.

Embora o plantio de algodão tenha se retraído no início da década de 1980, a atividade nunca deixou de ser praticada por camponeses e pequenos produtores da região. Contudo, em grande escala, a atividade vem sendo retomada, no alto sertão paraibano, após quase 30 anos de seu declínio, graças ao Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa – PIVAS.

Outros municípios, há alguns anos, fazem experimentos quanto à produção do algodão colorido, a exemplo de Patos e Campina Grande que através da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA, cultivam variedades do algodão colorido, com grande aceitação no mercado nacional e internacional.

A revitalização da cultura algodoeira em Sousa-PB tem sido uma iniciativa da empresa Santana. Com investimentos de mais de R\$ 2 milhões destinados a cotonicultura, a referida empresa colheu sua primeira safra no início deste ano<sup>16</sup>, “com produção destinada a recomposição dos bancos de sementes das EMATER dos estados nordestinos” (Entrevista com Jackson Kleber Almeida Galdino, engenheiro agrônomo da Santana Agroindustrial, em 27/04/12). Após isso, a produção é distribuída pelo órgão aos agricultores no início de cada período anual de plantio.

Diante desse novo dinamismo concentrado sobre a cidade de Sousa-PB, há quem diga que esta seria uma nova área atrativa ao capital agrícola no Nordeste. Porém, é importante que essa realidade seja analisada com reservas, haja vista que a tecnificação do território, aliado a uma ampliação de outros setores econômicos ligados a agropecuária, é no mínimo discreta e concentrada, com frutos ou resultados ainda não sentidos pela economia da cidade e pela população que sobrevive das atividades rurais.

---

<sup>16</sup> As atividades da empresa Santana e de outros segmentos que atuam no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, serão detalhadas no tópico a seguir.



## 2.2 PIVAS – Da idealização à sua materialização

A atual forma de gerenciamento do território, agora condicionada as determinações exógenas e aos novos signos contemporâneos (ELIAS, 2006), vem possibilitando a reestruturação produtiva da agropecuária em algumas manchas e pontos específicos do Nordeste. A exemplo daquilo que se desenvolve em outras áreas potenciais do país, na região “se difunde especializações produtivas agrícolas que passam a compor alguns importantes arranjos produtivos voltados à fruticultura tropical e a produção de grãos, especialmente para a exportação” (SANTOS, 2010, p. 1).

Se enquadrando na ótica dos espaços produtivos, transformados pelo avanço do meio técnico-científico-informacional e pela atuação do capital, o interior da Paraíba vem sendo palco da inserção de atividades agropecuárias, de caráter empresarial, o que tem promovido mudanças significativas no processo de territorialização do campo, com reflexos de ordem econômica e social nas localidades onde são introduzidas.

Resultado de um novo discurso sobre o aproveitamento dos recursos hídricos e da “inserção dos lugares de reserva à produção e consumo agropecuários globalizados” (ELIAS, *op. cit.*, p. 15), o Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa - PIVAS é uma iniciativa do Governo do Estado da Paraíba conjuntamente com o poder político local, objetivando impulsionar a região oeste do estado, particularmente nos municípios de Sousa e Aparecida, através de ações voltadas para o desenvolvimento de atividades agrícolas e agroindustriais.

Localizado geograficamente entre os paralelos 6° 19' e 7° 24' S e os meridianos 37° 55' e 38° 46' W Gr., com altitude média de 225 m e inserido na sub-bacia do Rio do Peixe e na Bacia do Rio Piranhas, o PIVAS abrange uma superfície de mais de 6.300 ha, compreendendo terras dos municípios de Sousa e Aparecida, na mesorregião do Sertão Paraibano. É delimitada ao sul pelo Rio Piranhas, ao norte pelo Rio do Peixe, a oeste com a cidade de Sousa e o Perímetro Irrigado de São Gonçalo e a leste com os municípios de Aparecida e São Domingos de Pombal.

Distante 425 km da cidade de João Pessoa, capital do Estado, o perímetro esta ligado a esta e aos principais centros populacionais e portos da região Nordeste, por meio de estradas pavimentadas. Uma ferrovia que cruza a área também oferece acesso às cidades de Campina Grande e ao porto de Cabedelo-PB. Do mesmo modo, liga Sousa-PB ao município de Lavras da Mangabeira-CE, que oferece ligação com a ferrovia Transnordestina.

Idealizado desde a década de 1950, como política de combate aos efeitos da seca, após uma série de estudos<sup>17</sup> realizados sobre a viabilidade da irrigação das terras pertencentes às Várzeas de Sousa, o PIVAS tomou forma em meio às discussões e ações do Governo Federal durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990.

Na Paraíba, durante o governo José Maranhão (1997-2002), a conclusão das obras do canal adutor (Canal da Redenção), em 1998, que faria parte de uma idealização maior denominada “Plano das Águas”, constituiu a primeira etapa desse grande empreendimento. Após a promulgação do Decreto nº 20.843 de 29 de dezembro de 1999, 6.335,74 hectares de terras são desapropriados pelo governo, visando à construção da infraestrutura e a distribuição de lotes para a produção de uma diversidade de gêneros alimentícios, sementes e matérias-primas oleaginosas voltadas para o mercado local, nacional e internacional.

O Canal da Redenção, que possui 37 km de extensão e capacidade de vazão de 4m<sup>3</sup>/s, inicia-se na tomada d’água da Barragem Coremas/Mãe D’água<sup>18</sup> no município de Coremas, o qual possui capacidade de reserva de 1,36 bilhão de metros cúbicos de água, possibilitando assim, a irrigação de uma área de aproximadamente 5.000 ha definida no projeto. A operação de manutenção do canal é de responsabilidade da Agência Estadual de Águas do Estado – AESA, de forma que o projeto de irrigação é um usuário dessas águas.

O projeto é composto da seguinte infraestrutura de irrigação: Canal da Redenção (canal condutor, com 37 km de extensão e várias obras de arte ao longo do canal, como túneis, sifões e galerias); reservatório de compensação; estação de bombeamento; subestação elétrica; adutoras de recalque e distribuição; reservatório de distribuição; rede de distribuição

---

<sup>17</sup> Cf. assinala Farias (2010), na década de 1950 foi planejada a transposição do Complexo Estevão Marinho/Mãe d’água para o açude de São Gonçalo onde havia o perímetro irrigado gerenciado pelo DNOCS. Em 1960, foram feitos todos os estudos preliminares pelo engenheiro Luis Sabóia e posteriormente, em 1963, a empresa norte-americana Bureau of Reclamation aprofunda os estudos acerca da viabilidade de irrigação das várzeas de Sousa (numa área de 2800 ha), porém o considera antieconômico e é deixado de lado. Nos anos 70, a empresa de Projetos Ltda. (Hidroservice) foi contratada pelo DNOCS para concluir os estudos e ao fim, elabora propostas de irrigação para uma área de mais de 6.500 ha. Mais uma vez engavetados, os estudos só seriam retomados em 1993, através da empresa Agrossolo Engenharia Ltda., que se baseando nos estudos anteriores elabora o documento ‘Reversão das Águas do Conjunto Coremas/Mãe D’água para as Várzeas de Sousa’, com a finalidade de irrigar uma área de cerca de 5.000 ha. Já em 1996, o Governo da Paraíba, por meio da Superintendência Estadual de Planejamento – SUPLAN realizou a licitação e deu início às obras de infraestrutura do canal adutor. Um ano mais tarde, cria a Coordenadoria de Irrigação e Drenagem, responsável pelos Estudos de Viabilidade e a conclusão do projeto básico para a irrigação de uma área de cerca de 5.600 ha. Por fim, com a edição do Decreto nº 20.843/99, 6.335,74 hectares de terras são desapropriados pelo Governo para a construção da infraestrutura do PIVAS.

<sup>18</sup> A água oriunda do sistema de açudes Coremas/Mãe D’água é conduzida pelo canal adutor até o reservatório de compensação, a partir do qual é recalçada pela estação de bombeamento e adutora principal até o reservatório de distribuição de onde é distribuída por gravidade para todo o perímetro através da rede de distribuição, formada pela linha principal e seus níveis subordinados, atendendo aos diversos setores hidráulicos. A rede de distribuição é constituída por linhas adutoras, sendo uma principal, quatro secundárias, doze terciárias e onze quaternárias (SEDAP-PB/GERÊNCIA EXECUTIVA DO PIVAS, 2010).

de água para irrigação (adutoras); rede de drenagem, rede viária, cercas do perímetro e das áreas de reserva legal, centro gerencial e material de irrigação parcelar (figura 6).

Figura 6 – Aparelhos que compõem a infraestrutura de irrigação do Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa



**Nota:** Os aparelhos estão representados na seguinte ordem: Canal Adutor, Reservatório de Compensação, Subestação Elétrica, Estação de Bombeamento, Adutora de Recalque e Distribuição, Rede viária, Rede de distribuição de água, Rede de drenagem e Material de irrigação Parcelar. Fonte: SEDAP-PB/Gerência Executiva de Irrigação do PIVAS, 2010.

Segundo dados do Ministério da Integração Nacional – MIN, o PIVAS foi orçado em 64.700.000,00 (anexo 1), mas de acordo com a Secretaria do Desenvolvimento

Agropecuário e Pesca – SEDAP-PB, o investimento realizado na obra aproxima-se dos R\$ 250 milhões, sem levar em conta os gastos com a revitalização<sup>19</sup> do projeto, haja vista que as obras ficaram paradas por um período superior a seis anos, provocando danos estruturais ao canal e ao maquinário (REVISTA PARAÍBA DA GENTE, dez./2009). Além disso, é importante destacar que nem toda infraestrutura esta concluída, sobretudo na área cedida ao INCRA para fins de viabilizar a irrigação e produção de gêneros agrícolas por parte das 141 famílias camponesas assentadas.

Os investimentos ou gastos financeiros realizados no projeto podem ser destacados na tabela abaixo.

Tabela 1 – Investimento financeiro realizado no PIVAS (em reais)

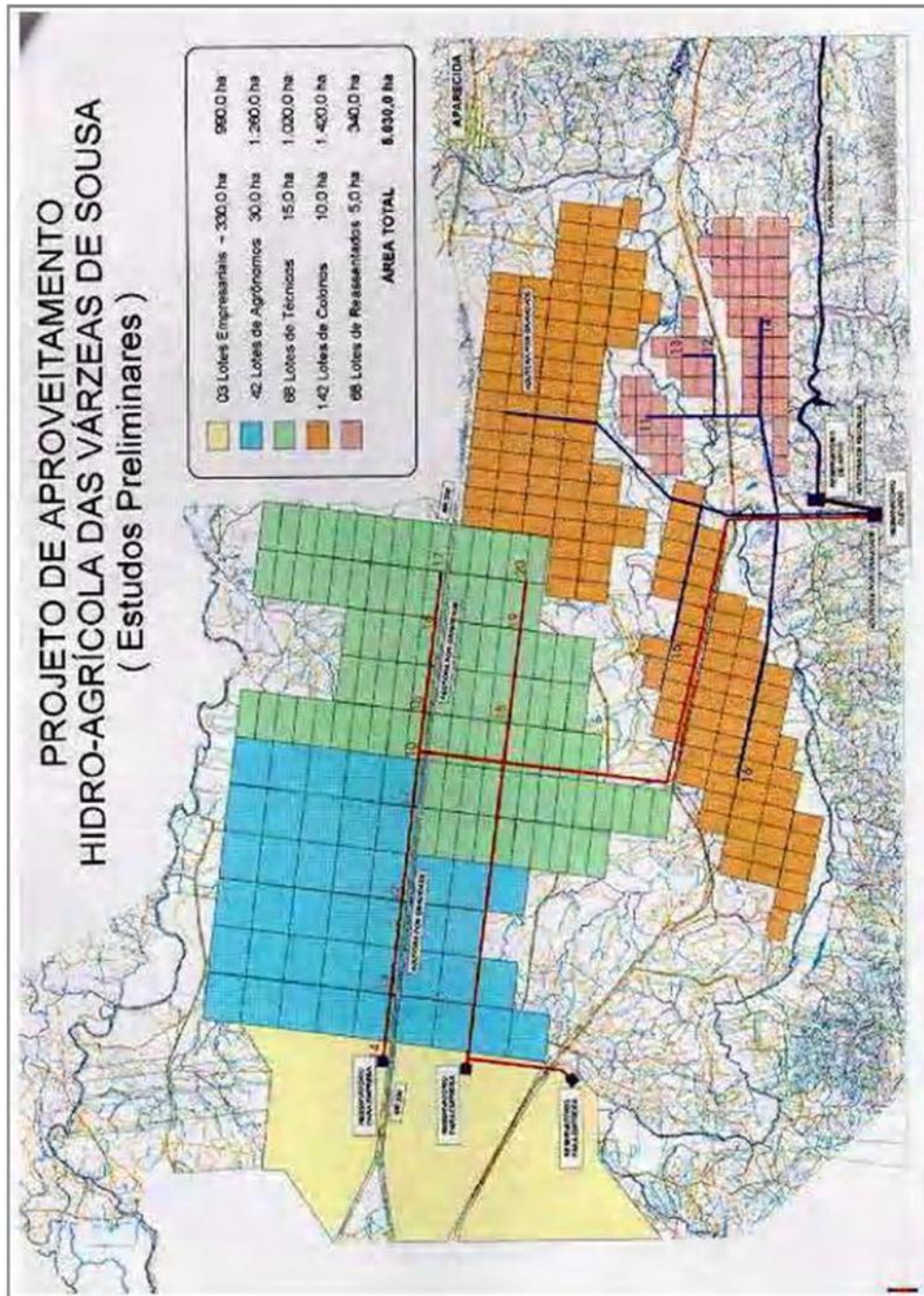
<b>AÇÕES</b>	<b>DESPESAS</b>
Desapropriação da área	R\$ 31.795.801,00
Estudos e projetos	R\$ 1.793.939,00
Infraestrutura de uso comum	R\$ 198.171.932
Benfeitorias (pequenos produtores)	R\$ 13.575.753,00
<b>INVESTIMENTO TOTAL REALIZADO</b>	<b>R\$ 245.337.425,00</b>

Fonte: SEDAP-PB/Gerência Executiva de Irrigação, 2010. Organizado por LIMA, F. V.

Conforme apontam estudos preliminares de 1997, que resultaram na proposta intitulada de “Projeto de Aproveitamento Hidro-Agrícola das Várzeas de Sousa”, a área concentrada em 5.030 ha, estaria dividida em 323 lotes, sendo 03 lotes de exploração empresarial, 42 lotes para agrônomos, 68 lotes para técnicos, 142 lotes para colonos irrigantes e 68 lotes para reassentados, conforme se pode inferir a partir da análise do mapa abaixo.

<sup>19</sup> Segundo alguns críticos do projeto, o valor gasto na revitalização chega aos R\$ 50 milhões.

Mapa 2 – Primeira planta dos estudos preliminares do PIVAS



A primeira proposta de divisão territorial da área onde seria instalado o PIVAS foi modificada em 2006. Na nova divisão, o perímetro passou a ter como finalidade a irrigação de uma área total de 4.390,79 ha com 178 lotes para pequenos produtores, 18 lotes empresariais, 11 lotes destinados a pesquisa/experimentação/extensão e 1 lote cedido ao INCRA para o assentamento de 141 famílias (tabela 2).

Tabela 2 – Divisão atual dos lotes no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa – PB

<b>Categoria</b>	<b>nº de lotes</b>	<b>área (ha)</b>
<b>1.0 – Pequeno Produtor</b>	<b>179</b>	<b>2.065,39</b>
1.1 – Pequenos produtores selecionados	178	992,53
1.2 – Assentamento do INCRA (141 famílias)	1	1.007,30
1.3 – Área de baixa aptidão para irrigação	--	65,56
<b>2.0 – Empresarial</b>	<b>18</b>	<b>2.309,16</b>
2.1 – Empresa Santana Algodoeira	7	1.025,51
2.2 – Empresa Mocó Agropecuária	2	324,17
2.3 – Empresa Agroveter	1	49,37
2.4 – Área disponível para licitação	8	910,11
<b>3.0 – Pesquisa/Experimentação/Extensão</b>	<b>11</b>	<b>81,80</b>
3.1 – EMEPA/PB	5	30,00
3.2 – Instituto Federal da Paraíba – Sousa/PB	2	10,00
3.3 – EMPASA/PB	3	14,64
3.4 – EMBRAPA (proposta a concretizar)	1	27,16
<b>4.0 – Áreas Ambientais</b>	<b>--</b>	<b>1.473,55</b>
4.1 – Reserva Legal	--	1.267,18
4.2 – Preservação Permanente	--	206,37
<b>5.0 – Área de infra-estrutura/corredores da fauna</b>	<b>--</b>	<b>405,84</b>
<b>ÁREA TOTAL DO PERÍMETRO</b>	<b>208</b>	<b>6.335,74</b>

Fonte: SEDAP-PB/Gerência Executiva de Irrigação, 2011. Organizado por LIMA, F. V.

As mudanças na proposta do PIVAS acompanharam a sucessão de governos que se alternaram na Paraíba. Assim, nas palavras de Lima (2009, p. 65),

A cada mudança de governo altera-se a proposta política de irrigação das Várzeas de Sousa e de uso da água do Canal da Redenção. Logo, o projeto anterior é modificado, dando lugar a um “novo” projeto, com uma “nova” configuração territorial, no geral mantendo e acentuando a divisão injusta de terras.

Fazendo um paralelo entre a proposta de divisão anterior e a proposta definitiva e atual, podemos verificar que houve um aumento da área destinada aos lotes empresariais, denominados de lotes âncoras, que teoricamente deveriam ter a dupla finalidade de fazer a transferência de tecnologia para os assentados e de abrir o mercado, e exclusão dos lotes destinados a agrônomos e técnicos agrícolas. Por outro lado, houve a definição de lotes com baixa aptidão para irrigação e áreas de infraestrutura e a destinação de lotes reservados a proteção da biodiversidade. Além disso, em virtude da luta dos movimentos do campo, houve aumento na área destinada a fins de reforma agrária (tabela 3).

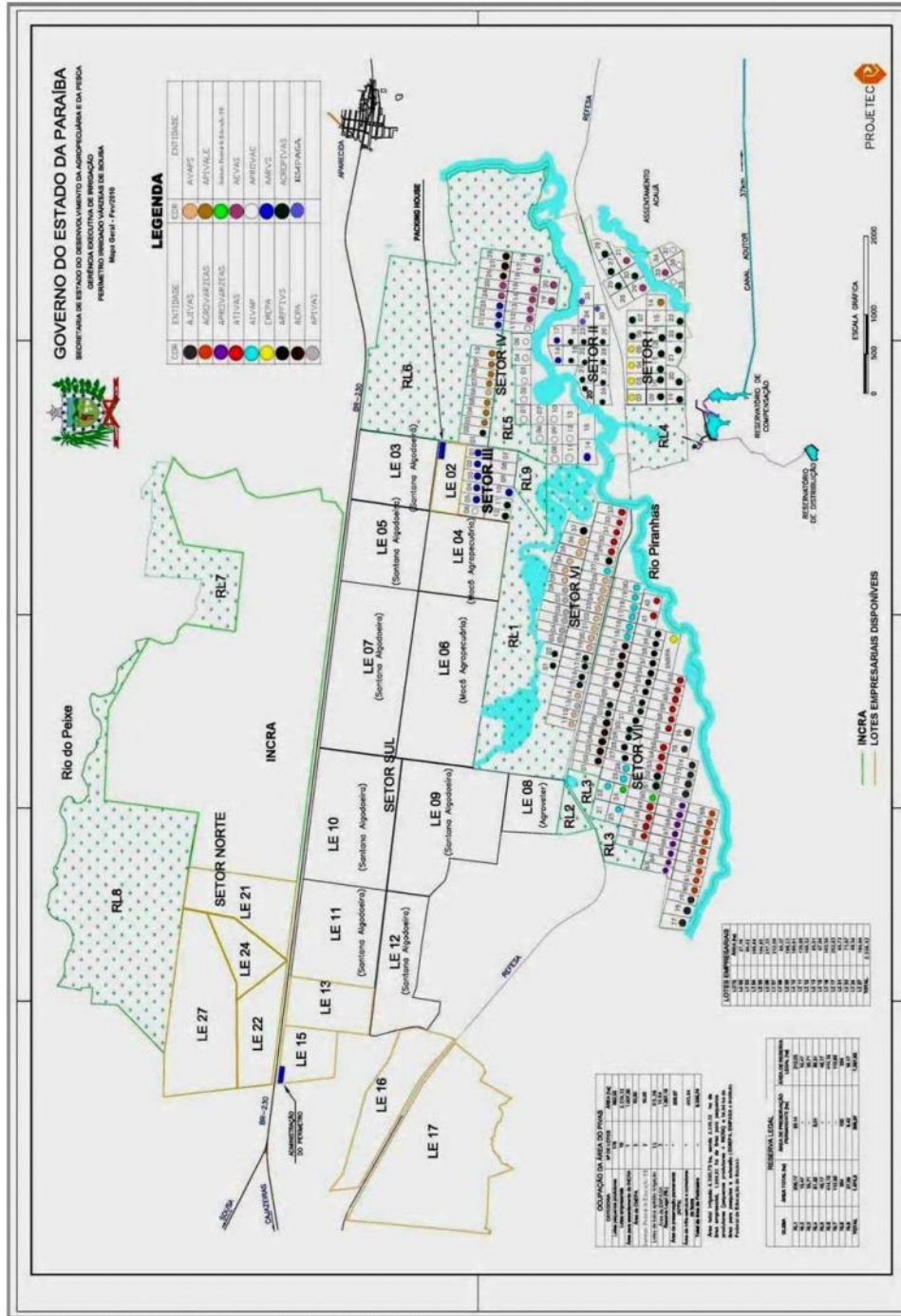
Tabela 3 – Paralelo entre a destinação das terras conforme proposta inicial e destinação atual

Categoria	Proposta anterior (1997)			Divisão atual		
	nº de lotes	Tamanho médio do lote (ha)	Área total (ha)	nº de lotes	Tamanho médio do lote (ha)	Área total (ha)
Lotes pequenos produtores	142	10	1.420	178	de 5 a 10	992,53
Lotes empresariais	03	330	990	18	de 27 a 293	2.309,16
Área de assentamento do INCRA	68	5	340	1	-	1.007,30
Área de pesquisa/experimentação	-	-	-	11	de 4,88 a 27,16	81,80
Lotes de baixa aptidão para irrigação	-	-	-	16	5	80,00
Lotes para agrônomos	42	30	1.260	-	-	-
Lotes para técnicos	68	15	1.020	-	-	-
Área de Reserva Legal	-	-	-	9	-	1.267,18
Área de Preservação Permanente	-	-	-	4	-	206,37
Área de infraestrutura e corredores da fauna	-	-	-	-	-	405,84
<b>TOTAL DA ÁREA DO PERÍMETRO</b>	-	-	5.030,00	-	-	6.335,74

Fonte: Organizado por LIMA. F. V., 2012, com base em dados da pesquisa.

O processo de seleção das parcelas territoriais do projeto foi executado em duas etapas, sendo a primeira concernente aos lotes para pequenos produtores e a segunda direcionada aos lotes para pessoas jurídicas (empresários), conforme se pode inferir no mapa 3, a seguir.

Mapa 3 – Distribuição das parcelas territoriais pertencentes aos segmentos que atuam no PIVAS

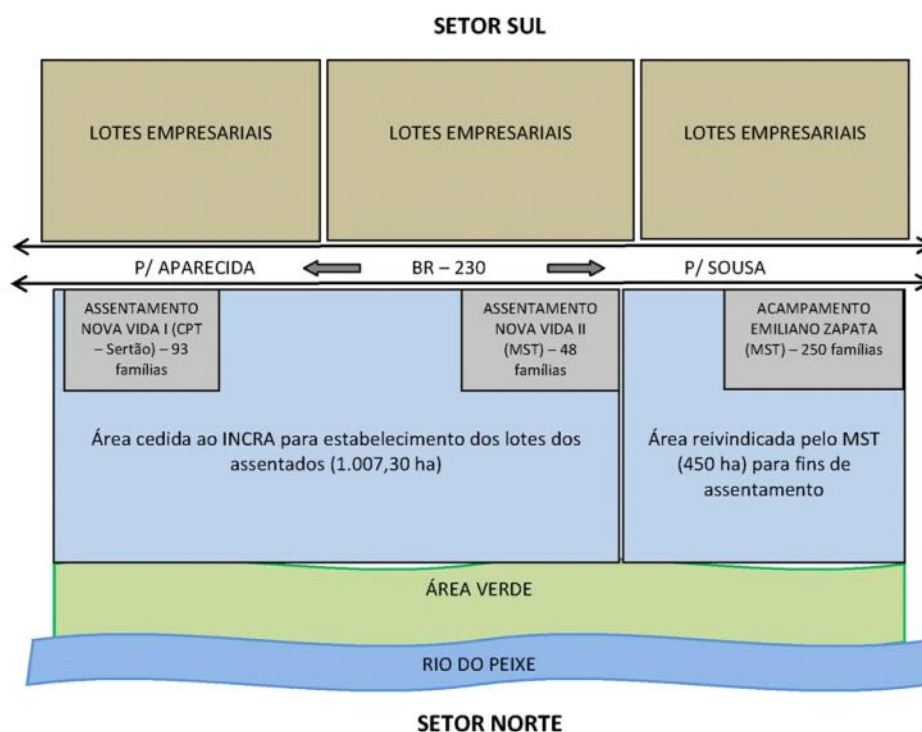


Fonte: SEMARH/Gerência Executiva do PIVAS, 2010.



Como se observa no mapa acima, os lotes empresariais e os lotes pertencentes aos colonos irrigantes estão todos situados no setor sul do projeto (margem direita da BR-230, sentido Sousa – João Pessoa-PB), enquanto a área de assentamento do INCRA se localiza no setor norte (margem esquerda da BR), como se infere a partir da análise da figura 7.

Figura 7 – Representação esquemática da posição dos assentamentos e acampamento dos sem terras as margens da BR-230



Fonte: Elaborado por LIMA, F. V., 2012.

O setor sul, onde tem se dado grande parte das atividades produtivas dentro do perímetro, concentra empresas do setor agroindustrial e da agricultura biodinâmica (orgânica), além de colonos irrigantes com lotes destinados à criação de caprinos e à produção de hortaliças e frutas. Alguns fatores são responsáveis por essa divisão. A proximidade do Canal da Redenção, que tem permitido maior facilidade na irrigação dos lotes; a infraestrutura, já praticamente concluída no setor sul; a passagem da linha férrea, que possibilita o escoamento da produção e, por fim; a maior capitalização dos produtores ou as facilidades de crédito e de

incentivos que os grandes e alguns pequenos empresários contam, se colocam como vantagens encontradas por esses segmentos situados no setor sul do perímetro irrigado.

Já o setor norte do projeto ainda não possui infraestrutura para desenvolver a irrigação. Embora a inauguração do canal adutor tenha sido realizada em 1998, as instalações ainda não foram totalmente implantadas, restando à realização de obras na área do assentamento do INCRA, visando garantir condições de produção as 141 famílias que residem há cerca de 8 (oito) anos as margens da BR-230. Enquanto isso não ocorre, os agricultores sem-terra assentados só podem praticar a agricultura de subsistência nos períodos chuvosos.

Em meio à contraposição de modelos produtivos encontrados no PIVAS, surgem grandes contradições oriundas do processo de capitalização do campo. Isso pode ser denotado quanto aos objetivos da criação do projeto: o de dinamizar as atividades agrícolas, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região. Porém, ao ser transformado em um perímetro irrigado para a produção de mercadorias para a exportação, “o Estado fortaleceu uma agricultura de caráter capitalista onde até a agricultura familiar assumiu o caráter empresarial” (MELO, *et. al.*, 2010, p. 10).

#### 2.2.1 A contraposição dos modelos produtivos no PIVAS

Os desafios resultantes da implantação do PIVAS são variados, particularmente no que diz respeito à efetivação de ações práticas que favoreçam a todos os atores envolvidos no processo. A contraposição de ideologias que buscam, cada qual, defender a superioridade de seu modelo produtivo, promovem um embate que há anos vem sendo travado em virtude da nova conotação que assumiu a agricultura empresarial, pautada no agronegócio.

A intencionalidade de cada ator político materializa-se no espaço por meio de comportamentos e estratégias que são realizadas com a finalidade de conquistar seus anseios. Observar as intenções ou a intencionalidade dos atores pode possibilitar a visualização empírica das contradições nas ações sociais destes. É preciso levar em consideração as referências culturais inerentes ao espaço de ocorrência do fenômeno, uma vez que algumas questões podem ser respondidas se esse aspecto for levado em consideração (LIMA, 2009, p. 18).

A tentativa de difundir no ideário popular o agronegócio como a redenção do país e “única via possível” (FERNANDES, 2004, p. 3) esbarra, porém, em diversos estudos realizados que mostram que a maior parte dos produtos da agropecuária brasileira provém da agricultura camponesa.

Embora muito se divulgue a importância da agricultura de base tecnológica, ao mesmo tempo em que se tenta desvirtuar os benefícios econômicos e sociais da pequena produção e da agricultura camponesa, os dados mostram que são esses os modelos produtivos que mais produzem alimentos no país<sup>20</sup> (FERNANDES, 2004; 2008). Isso tem sido possível em virtude da mudança na forma de produção das famílias associadas, o que permitiu-lhes “sepultar” ou acabar com a falsa concepção de improdutividade da agricultura ecológica, contrariando a concepção criada pelo agronegócio que relacionava a ideia de eficácia produtiva ao uso de agroquímicos e similares.

No que diz respeito ao PIVAS, a análise dos dados permitiu-nos constatar que a produtividade, por segmento, tem alcançado índices crescentes, mesmo com algumas dificuldades e problemas que se impõem como empecilhos ao desenvolvimento das atividades agrícolas.

Numa contraposição acerca da eficácia dos modelos produtivos desenvolvidos no PIVAS, levando-se em consideração apenas aquilo que é produzido pelas empresas e pelos pequenos produtores, vemos que esse segundo segmento alcançou índices significativos em comparação a produção das grandes empresas. Isso pode ser percebido através da análise das tabelas 4 e 5, abaixo.

Tabela 4 – Produtividade das empresas e dos pequenos produtores do PIVAS no ano de 2010

<b>PRODUÇÃO POR GRUPO DE PRODUTORES NO ANO DE 2010</b>				
<b>Produtores</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produção (t)</b>	<b>Valor bruto da produção (R\$)</b>	<b>% em R\$</b>
<b>Empresas</b>	1.012,0	2.040,0	1.766.333,00	19,58
<b>Pequenos produtores</b>	409,5	12.663,2	7.253.184,62	80,42
<b>Produção total</b>	1.421,5	14.703,2	9.019.517,62	100,00

Fonte: SEDAP-PB/Gerência Executiva de Irrigação, 2011. Organizado por LIMA, F. V.

<sup>20</sup> Conforme já foi discutido no capítulo anterior, o agronegócio produz apenas uma parte dos alimentos, enquanto a outra parte é produzida pela agricultura camponesa e pelos pequenos produtores. Numa forma de esconder essas diferenças, salienta Fernandes (2008), que os ideólogos do agronegócio construíram a imagem dessa atividade como totalidade e, nesta lógica, o campesinato seria parte do agronegócio. Embora concorde com o autor, nosso trabalho não reside em preterir algum dos modelos abordados, mas mostrar os modelos produtivos desenvolvidos no PIVAS e os índices de produtividade alcançados por cada um.

Tabela 5 – Estimativa de produção das empresas e dos pequenos produtores do PIVAS no ano de 2011

<b>ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO POR GRUPO DE PRODUTORES NO ANO DE 2011<sup>21</sup></b>				
<b>Produtores</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produção (t)</b>	<b>Valor bruto da produção (R\$)</b>	<b>% em R\$</b>
<b>Empresas</b>	1.770,0	5.592,5	5.674.375,00	33,63
<b>Pequenos produtores</b>	825,0	19.253,5	11.200.601,00	66,37
<b>Produção total</b>	2.595,0	24.846,0	16.874.976,00	100,00

Fonte: SEDAP-PB/Gerência Executiva de Irrigação, 2011. Organizado por LIMA, F. V.

Os dados aqui apresentados não levaram em consideração a produção dos assentamentos. A produção do ano de 2009 alcançou cerca de 160 toneladas de alimentos<sup>22</sup>, mesmo se levando em consideração a falta de crédito e de infraestrutura adequada a uma maior produtividade por parte dos camponeses.

No ano de 2011, segundo representantes dos acampamentos “Nova Vida” I e II, a produção foi bem maior. De acordo com Manoel Gouveia de Lima (Artur), líder do assentamento Nova Vida I, só a produção de algodão bateu as 30 toneladas, sendo que a produção de milho alcançou um patamar bem superior a esse valor. Já no assentamento Nova Vida II, informou sua representante, Ana Lúcia Tomaz, que a produção daquele assentamento foi em torno de 250 toneladas, sendo 200 t de milho e 50 t de feijão.

Os valores alcançados tiveram por base produtos como o algodão, o milho, e o feijão, mas se levarmos em consideração outros gêneros como a abóbora, o melão, a melancia e o gergelim, os índices foram realmente elevados, o que mostra que a agricultura camponesa é viável do ponto de vista produtivo e econômico, mesmo com as limitações que se imperam sobre a área dos assentamentos.

Após a análise dos resultados alcançados nos últimos anos por cada segmento, o que nos permitiu ter uma visão específica e global dos índices de produtividade, destacaremos os modelos produtivos que são desenvolvidos no Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa.

<sup>21</sup> Os dados referentes a 2011 foram estimados a partir de levantamentos feitos pela SEDAP-PB/Gerência Executiva de Irrigação, em setembro daquele ano.

<sup>22</sup> Dados obtidos através do ex-gerente do Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa, Demilson Lemos de Araújo, no início de 2011.

### 2.2.1.1 Agricultura empresarial científica e de base tecnológica

O PIVAS foi idealizado, inicialmente para a produção de gêneros alimentícios voltados ao mercado local e regional. Embora os autores que analisaram a criação do projeto apontem, como sendo seu objetivo a produção de frutas e grãos voltados a exportação, através de um modelo de agricultura científica e empresarial capaz de gerar grande produtividade, é importante que vejamos isso com cautela. Nos moldes em que se pensou o projeto em 1997, a maior parte dos lotes seria destinada a agrônomos e técnicos agrícolas, que a meu ver, não dispunham de meios econômicos e de recursos tecnológicos que os permitissem, naquele momento, desenvolverem um modelo de produção de maiores proporções.

As mudanças na planta original do projeto favoreceram o aumento da área destinada aos lotes empresariais e isso foi um atrativo para que empresas de outras partes do país se inscrevessem no processo de licitação para aquisição das terras.

A seleção das grandes empresas foi dividida em duas etapas: a primeira realizada em 2006, e a segunda em 2007. Na primeira etapa da licitação dos lotes empresariais, três empresas adquiriram cerca de 1.400 ha. São elas: Grupo Santana (lotes 03, 05, 07, 09, 10, 11 e 12), que atua na produção de sementes (algodão, milho, sorgo e girassol); a Mocó Agropecuária Ltda. (lotes 04 e 06), que produz ovinos orgânicos, romã e arroz preto e vermelho para a exportação; e, a Agroveter (lote 08), que ainda não está produzindo. Mesmo com a republicação do edital de licitação em 2007, nenhum outro lote foi adquirido<sup>23</sup>, restando assim, 8 lotes a serem licitados (lotes 13, 15, 16, 17, 21, 22, 24 e 27), totalizando 910,11 ha (tabela 6).

---

<sup>23</sup> Uma constatação feita na presente pesquisa esta relacionada ao fato de que no mapa da SEDAP-PB, de fevereiro de 2009, os lotes de nº 13, 15, 16 e 17 estavam assinalados como sendo de propriedade do Grupo Santana S.A. Contudo, na representação do mapa atualizado em fevereiro de 2010, os lotes aparecem na condição de “lotes a serem licitados”, o que demonstra falta de clareza quanto as ações que se materializam na formação do PIVAS.

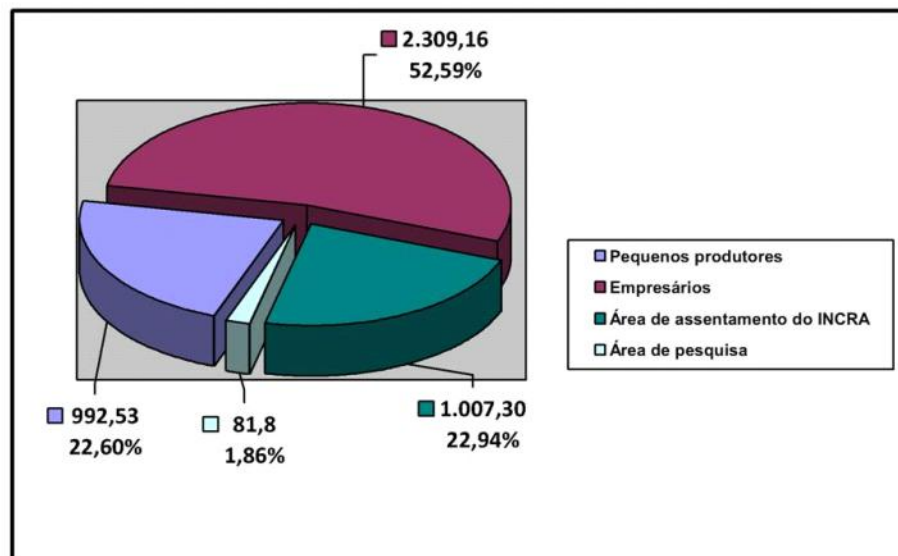
Tabela 6 – Divisão dos lotes empresariais no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa

EMPRESAS	LOTES	TAMANHO DOS LOTES (em ha)
<b>Grupo Santana</b>	03	86,42
	05	104,85
	07	212,00
	09	198,13
	10	180,61
	11	136,98
	12	106,52
	-	<b>1.025,51</b>
<b>Mocó Agropecuária Ltda.</b>	04	106,84
	06	217,33
	-	<b>324,17</b>
<b>Agroveter</b>	08	49,37
	-	<b>49,37</b>
<b>Lotes disponíveis</b>	13	65,51
	15	47,94
	16	103,50
	17	292,63
	21	95,72
	22	71,67
	24	48,54
	27	184,59
--	<b>910,11</b>	
<b>Área total dos lotes empresariais</b>		<b>2.309,16</b>

Fonte: SEDAP-PB/Gerência Executiva de Irrigação, 2011. Organizado por LIMA, F. V.

Embora apenas três empresas tenham adquirido os 10 lotes para pessoas jurídicas, ressaltamos que a área destinada aos lotes empresariais, num todo, responde por quase 53% da área irrigável prevista no projeto, que é de 4.390,79 ha, como se observa no gráfico abaixo que retrata o percentual de terras destinado a cada segmento.

Gráfico 1- Divisão da área irrigável no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (em %).



Fonte: Elaborado por LIMA, F. V., 2012, com base em dados da pesquisa.

Dentre as empresas que atualmente exploram a agricultura científica e de base tecnológica no PIVAS, destaca-se a Santana Agroindustrial, pertencente ao Grupo Santana S/A<sup>24</sup>. Com matriz em Natal-RN, a referida empresa atua nas Várzeas de Sousa numa área de 1.025,51 ha na produção de grãos como o milho, o sorgo, o algodão e o girassol.

Ainda em fase de testes, no ano de 2008, a empresa colhe sua primeira safra de girassol, em regime de sequeiro (figura 8), já que a época o sistema de irrigação, via pivô central, ainda não tinha sido instalado. Considerando ter obtido boa produtividade com essa cultura e em outros cultivos que o sucederam, o gerente de campo da Santana Agroindustrial avaliou a fertilidade das terras das Várzeas de Sousa, enfatizando que “aqui produz tudo” (Entrevista realizada com Leodécio Luis de Medeiros, em 27/04/12).

<sup>24</sup> O Grupo Santana S/A possui filiais espalhadas pelo Nordeste, a exemplo de Assu (RN), Sousa e São Mamede (PB) e em SE e AL. Tem sob seu comando o empresário Ivanilson Araújo, que atua no mercado há 18 anos, trabalhando com sementes, grãos, algodão, óleos vegetais, pecuária e fruticultura. Conforme informações de seu Gerente de Campo, Leodécio Luis de Medeiros, a empresa pretende, em breve, plantar 20.000 mudas de coco em uma área de 200 ha, com vistas à industrialização da água em escala comercial.

Figura 8 – Plantio de girassóis da Santana Agroindustrial



Fonte: FARIAS (2010, p. 48).

Nos últimos dois anos, a empresa vem voltando suas atenções para a produção de milho e do algodão. No ano de 2011, o cultivo de milho atingiu 45 sacas por ha. Analisando os referidos índices produtivos, o engenheiro agrônomo da Santana Agroindustrial, admite que essa média tende a aumentar, “já que antes parte da produção era feita em regime de sequeiro e agora, com a introdução de todos os pivôs centrais<sup>25</sup>, a gente pode garantir o potencial máximo por ha que está em torno de 80 sacas. Essa é uma estimativa pra este ano.” (Entrevista com Jackson Kleber Almeida Galdino, engenheiro agrônomo da Santana Agroindustrial, em 27/04/2012).

Quanto à cotonicultura, a empresa tem trabalhado no sentido de revitalizar a atividade no Estado, a partir do plantio do algodão branco.

A produção em grande escala só foi conseguida no início deste ano (entre janeiro e fevereiro), numa área de 475 hectares pertencente a Santana. Através de uma parceria com a Bayer, empresa alemã que atua nos setores de saúde e ciências agrícolas, foram investidos mais de R\$ 2 milhões no plantio de uma semente geneticamente modificada, objetivando sua multiplicação para comercialização aos produtores dos estados do Mato Grosso, Bahia e Goiás, os maiores do país. Já a pluma foi beneficiada pelo Grupo Santana, na cidade de Alto dos Rodrigues-RN, e comercializada com as indústrias têxteis do Nordeste.

---

<sup>25</sup> Atualmente, a empresa tem operado com 9 (nove) pivôs centrais que irrigam quase toda a área destinada ao plantio.



Embora os estudos técnicos apontem uma produtividade elevada para a área, com metas de produção do algodão atingindo 6.750 quilos por hectares (450 arrobas), para os próximos anos, neste primeiro ano, a safra atingiu aproximadamente 2.400 quilos por hectare (160 arrobas), mesmo em meio a uma perda elevada na ordem de 40%, devido as condições climáticas que não foram favoráveis<sup>26</sup> e as ondulações do terreno, que não permitiram que a colheitadeira coletasse todo o algodão. Assim, restou a pluma que precisava ser recolhida manualmente. De acordo com Leodécio Luís de Medeiros, gerente de campo da empresa, atualmente estão empregados 50 funcionários, com carteira assinada, mas em algumas épocas, como na colheita manual do algodão, a necessidade de trabalhadores chega a 400. Contudo, salienta que mesmo com a divulgação das ofertas de emprego, não apareceram pessoas dispostas ao trabalho.

Isso parece ir na contramão dos desdobramentos atuais, os quais mostram que a mecanização tem redundado na diminuição dos postos de trabalho e no aumento do desemprego. Embora, nas novas áreas de modernização agrícola haja a necessidade de pessoal qualificado, ou de um trabalhador “múltiplo”, capaz de realizar diferentes funções (CAVALCANTI, MOTA e SILVA, 2006), no caso da colheita manual do algodão nas Várzeas de Sousa, parece existir uma contradição já que a falta de trabalhadores para executar tarefas consideradas simples, tem sido um empecilho à atividade, o que vem justificar as lamúrias dos empresários que reclamam a falta de pessoal.

A Paraíba é o lugar que possui as melhores condições geográficas, solos férteis e clima propício para o desenvolvimento do algodão. A planta colhida nas Várzeas de Sousa (figura 9) se destaca pela capacidade de resistência às pragas, ciclo produtivo menor (de até 120 dias) e, sobretudo, pela alta produtividade, alcançando médias de produção somente vistas nas regiões do Oeste Baiano e Centro-Oeste. Como destaca o engenheiro agrônomo da empresa, Jackson Kleber, “este é o primeiro ano que trabalhamos no lugar, e mesmo assim obtivemos um algodão de qualidade exportação, que atende ao mercado internacional.” (Entrevista concedida ao Secom-PB, em 18/01/12).

---

<sup>26</sup> Dados fornecidos por Jackson Kleber Almeida Galdino, responsável pela execução técnica do projeto. De acordo com o engenheiro, embora a área apresente condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento de vários tipos de culturas, existem alguns condicionantes que tem dificultado às atividades da empresa, sobretudo nos meses de agosto a dezembro, como a insolação excessiva e a elevada evapotranspiração. Apesar da Santana S/A ser usuária das águas do Canal da Redenção, salienta Jackson Kleber que o órgão responsável pelo gerenciamento das águas no perímetro outorgou um determinado volume, porém, só são disponibilizados cerca de 50% do total. Contudo, “a culpa não é do governo, é a falta de água mesmo na região”, conclui o engenheiro (Entrevista em 27/04/12).

Figura 9 – Colheita do algodão realizada pela Santana Agroindustrial nas Várzeas de Sousa-PB.



Fonte: LIMA, F. V., 2012.

Enquanto empresa âncora, a Santana pode estimular outros produtores interessados no cultivo do algodão, expandindo sua área de atuação. Isso pode ser feito através de parcerias com órgãos do setor agrícola, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária – EMEPA, o SEBRAE e, sobretudo, com os produtores rurais da região, para a expansão da atividade. O grupo pretende formar parcerias com agricultores que tiverem acima de 100 hectares<sup>27</sup>, fornecendo sementes e as estruturas necessárias aos produtores, como máquinas, além de

<sup>27</sup> Como o PIVAS estabeleceu poucos lotes com áreas acima de 100 ha e estes estão sob o uso da referida empresa, estamos diante de um verdadeiro contrasenso, tendo em vista que os pequenos produtores, a quem as parcerias beneficiariam, só dispõem de lotes que variam de 5 a 10 ha.

capacitação técnica para que eles se adequem as novas tecnologias de produção agrícola e possam desenvolver a atividade algodoeira. Após a colheita, a própria Santana S/A se responsabilizará em comprar toda a produção, tendo em vista que seu interesse maior é pelas sementes.

Nosso objetivo é desenvolver a região, ajudar as famílias. Em outras regiões, a Santana desenvolve parcerias com os pequenos produtores, mas em Sousa elas ainda não existem. Isso é um pensamento da empresa, no futuro, através da transferência de tecnologias, fornecimento de sementes, orientação no processo produtivo e compra da produção. (Entrevista com Jackson Kleber Almeida Galdino, engenheiro agrônomo da Santana Agroindustrial, em 27/04/2012).

Contudo, a respeito das dificuldades de formar parcerias com os pequenos produtores, o engenheiro agrônomo da Santana Agroindustrial enfatizou que o principal obstáculo reside na falta de conhecimento dos produtores quanto a esse sistema de produção agrícola.

[...] isso é um negócio altamente promissor e pode formar parcerias com micros e pequenos empresários (pequenos agricultores), para que eles se tornem multiplicadores 'nossos', fazendo com que a gente aumente nossa produção e a renda para eles, numa forma que o Grupo Santana já vem trabalhando há muito tempo em Sergipe e Alagoas. Esse modelo a gente quer trazer prá cá, mas infelizmente temos contratempos da conscientização e da adaptatividade do povo. (Entrevista com Jackson Kleber Almeida Galdino, engenheiro agrônomo da Santana Agroindustrial, em 27/04/2012).

O Grupo Santana já tem feito investimentos na ordem de R\$ 15 milhões na área das Várzeas de Sousa. Além disso, esta em montagem o primeiro de dois silos (cada um com capacidade para 5 milhões de quilos) e uma UBS (usina de beneficiamento de sementes), para garantir um melhor acondicionamento da produção colhida. Há a perspectiva de geração de mais de 400 empregos, mas para que possa funcionar com a capacidade total, segundo Ivanilson Araújo, proprietário do Grupo, "é necessário ter produto." (Entrevista concedida ao Secom-PB, em 18/01/12).

Além da Santana Agroindustrial, outra empresa que tem operado nas Várzeas de Sousa é a Mocó Agropecuária Ltda. Pertencente a Pierre Landolt<sup>28</sup>, que mora na região há mais de 30 anos, a empresa tem sede instalada no município de Santa Terezinha, onde através da Fazenda Tamanduá produz alimentos orgânicos certificados, como queijos nobres (a partir do leite de vaca e de cabra), mel biodinâmico, arroz integral e frutas, a exemplo do melão e da minimelancia sem caroço, conforme se verifica no portfólio da empresa mostrado abaixo.

<sup>28</sup> Pierre Landolt reside na cidade de Patos-PB, é dono da empresa de defensivos Sandoz e empresário do ramo da fruticultura irrigada na região. Adepto do modelo de produção agroecológica, seus produtos receberam selo de certificação orgânica da Demeter, viabilizando sua exportação para vários mercados mundiais.

Figura 10 – Portfólio da Fazenda Tamanduá, pertencente a Mocó Agropecuária Ltda.



Fonte: Demeter/Fazenda Tamanduá, 2012.

O empresário Pierre Landolt também é dono dos lotes 04 e 06 nas Várzeas de Sousa e através da agricultura biodinâmica têm produzido frutas como a romã (figura 11), melão e minimelancia, além de arroz orgânico (preto e vermelho) para a venda na região e para exportação.

Figura 11 – Plantio de romã nas Várzeas de Sousa pertencente a Mocó Agropecuária Ltda.



Fonte: LIMA, F. V., 2012.

Conforme apontam estudos de Farias (2010), os resultados da primeira safra foram obtidos em outubro de 2007, com a produção de 25 (vinte e cinco) toneladas de melão sem caroço e minimelancia. Cultivadas no modelo agroecológico, a produção foi escoada pelo porto de Cabedelo, de onde partiu acondicionada em câmaras frigoríficas com destino ao mercado europeu.

As imagens abaixo mostram duas etapas do processo produtivo utilizado no cultivo do melão pela empresa Mocó Agropecuária.

Figura 12 – Produção de melão da Mocó Agropecuária Ltda.



Fonte: Coordenação do PIVAS, 2008.

A terceira empresa a adquirir terras nas Várzeas de Sousa foi a Agroveter – Comércio de Produtos Agropecuários e Representações Ltda. Pertencente ao senhor Geraldo de Almeida Braga, é originária da cidade e atua no comércio local na venda de produtos agropecuários e de implementos agrícolas (ferramentas, motores, material de irrigação, defensivos etc.), conforme se verifica nas imagens abaixo.

Figura 13 – Empresa Agroveter - Comércio de Produtos Agropecuários e Representações Ltda.



Fonte: LIMA, F. V., 2012.

Embora possua um lote com área de 49,37 ha, seu proprietário ainda não realizou nenhum investimento, pois falta um projeto assinado por um agrônomo cadastrado junto ao Banco do Nordeste, de modo a lhe garantir o acesso ao financiamento para poder iniciar a produção. Atualmente, o lote se encontra subutilizado com a criação, em regime extensivo, de algumas cabeças de gado.

Com a pretensão de conseguir a aprovação do projeto e investir R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em sua terra, no próximo ano, o empresário espera que o projeto resulte em “prosperidade, geração de empregos para as pessoas do campo e maior nome e visibilidade para a cidade de Sousa, atraindo novas empresas e novos investimentos.” (Entrevista realizada com Geraldo de Almeida Braga, proprietário da Agroveter, em 26/04/12).

#### 2.2.1.2 Pequena produção qualificada

A seleção dos pequenos produtores, também chamados de colonos irrigantes, antecedeu a licitação dos lotes empresariais tendo sido, portanto, a primeira categoria a ter o direito de produzir na área a eles destinada.

O processo de seleção dos irrigantes deu-se no fim de 2004, tendo sido conduzida pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Pesca – SEDAP-PB e apoiada pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.

No processo seletivo, a SEDAP-PB organizou uma comissão especial<sup>29</sup> que se encarregou da publicação e divulgação de uma cartilha, direcionada ao público, contendo as normas do processo de seleção. Os preceitos e procedimentos legais que regulariam a seleção dos irrigantes se fundamentaram no Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário e nas Normas de Classificação de Irrigantes Qualificados, adotadas pelo Ministério da Integração Nacional (LIMA, 2009).

Do total de 485 inscritos, 178 irrigantes foram contemplados<sup>30</sup> com lotes nos setores I a IV do PIVAS, numa área de 992.53 ha, sendo-lhes garantida a concessão pelo direito real de uso das terras. A área esta subdividida como 156 lote de 5 ha, utilizados para a fruticultura, e 22 lotes de 10 ha, para o desenvolvimento da ovinocultura. Cada produtor selecionado foi contemplado com infraestrutura em seu lote, como construção de casa de alvenaria, instalação de uma tomada d'água (figura 14) e eletrificação. Além disso, foram realizados cursos de capacitação destinados aos produtores, como comercialização da produção e agricultura orgânica.

Figura 14 – Infraestrutura dos lotes pertencentes aos pequenos produtores



Fonte: LIMA, F. V., 2012.

<sup>29</sup> Comissão criada pela Portaria 150/04 de 23 de outubro de 2004.

<sup>30</sup> A regularização fundiária na área dos 178 lotes destinados aos colonos irrigantes foi estabelecida pela Lei Estadual n.º 8.683/08. A referida lei dispõe sobre a doação dos lotes com cláusula resolúvel, ou seja, ante a existência de condições impostas aos pequenos produtores, caso houvesse o descumprimento de alguma regra, por parte destes, ao Estado caberia o direito de retomar o lote. Essa regulamentação visa evitar, assim, a venda dos lotes por produtores desinteressados em explorá-los ou o arrendamento ou utilização do sistema morador, conforme ficou definido no contrato que assinaram.

Numa tentativa de superarem as dificuldades individuais e lutarem em conjunto visando a captação de recursos para fins sociais e melhoria das condições de produção e comercialização dos produtos, os 178 pequenos produtores se organizaram em 14 associações, abaixo elencadas.

Tabela 7 – Associações dos pequenos produtores do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa

ASSOCIAÇÃO	SÓCIOS
ATIVAS – Associação dos Téc. Irrigantes das Várzeas de Sousa	20
AJIVAS – Associação dos Jovens Irrigantes das Várzeas de Sousa	9
APROVÁRZEAS – Associação dos Produtores das Várzeas de Sousa	8
AGROVÁRZEAS – Associação dos Agricultores das Várzeas de Sousa	9
AIVAP – Associação dos Irrigantes do Vale do Piranhas	11
APIVAS – Associação dos Prod. Irrigantes das Várzeas de Sousa	8
ARPFIVS – Associação Rural dos Prod. de Frut. Irrig. das V. de Sousa	12
APROVAC – Associação de Produtores da Várzea do Cantinho	17
ACPA – Associação Comunitária do Patrimônio Acauã II	12
AVAPS – Associação das Várzeas Vale do Piranhas	16
AARVS – Associação de Atividades Rurais das Várzeas de Sousa	12
APIVALE – Associação dos Peq. Prod. Irrigantes do Vale do Piranhas	8
AEVAS – Associação dos Empreendedores das Várzeas de Sousa	12
ACROPIVAS – Associação dos Criadores de Ovinos do PIVAS	22
<b>TOTAL DE AGRICULTORES</b>	<b>176</b>
2 agricultores estão sem Associação	

Fonte: SEDAP-PB/Gerência Executiva de Irrigação, abril de 2010. Organizado por LIMA, F. V.

A formação de associações é uma estratégia para o fortalecimento dos pequenos produtores e esta vinculada “a defesa dos seus interesses quanto à comercialização, financiamentos, conquistas de novos mercados, melhoria dos padrões de gestão, redirecionamento de políticas públicas, entre outros aspectos.” (CAVALCANTI, MOTA e SILVA, 2006, p. 127).

Conforme dados levantados, a partir das pesquisas de campo e entrevistas, constatamos que a quase totalidade dos lotes, até mesmo aqueles destinados a ovinocultura,



estão produzindo frutas como o coco, a banana, a manga, a goiaba, o maracujá, a melancia e o abacaxi, sendo alguns poucos que se dedicam a produção de hortaliças (figuras 15 e 16).

Figura 15 – Produção de frutas nos lotes dos pequenos produtores – banana, goiaba e maracujá



Fonte: LIMA, F. V., 2012

Figura 16 – Cultivo de hortaliças nos lotes dos pequenos produtores e comercialização da produção nas redes de supermercado da região



Nota: Nas imagens, propriedade do Sr. Ednaldo José do Nascimento que produz frutas e verduras no modelo agroecológico. Fonte: SEDAP-PB/Gerência Executiva de Irrigação do PIVAS, abril de 2010.

As mudanças nos fins para os quais foram criados os lotes destinados a ovinocultura, se deve ao fato dos criadores não terem conseguido o direito ao financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

Essa dificuldade esta ocorrendo com os produtores que não se enquadram no perfil do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF<sup>31</sup> e, por isso não receberam o Documento de Aptidão do PRONAF – DAP. De acordo com Emanuel Pordeus Silva, gerente de negócios do PRONAF na cidade de Sousa-PB, o financiamento só tem sido feito aos clientes produtores possuidores desse documento, que pode ser emitido pelo INCRA, pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e também pela EMATER.

Para se conseguir o documento de aptidão, alguns critérios devem ser respeitados<sup>32</sup>, sendo os principais: a constatação de que o cliente produtor viva exclusivamente da atividade agropecuária e a obrigatoriedade de que ele more na propriedade ou em suas proximidades. Alguns produtores não foram contemplados por possuir emprego, outros por trabalhar o dia inteiro no lote e retornar a noite para suas casas nas cidades de Aparecida-PB e de Sousa-PB, e ainda há aqueles que só são encontrados no lote nos fins de semana. Qualquer um dessas situações descaracteriza o enquadramento do produtor no perfil exigido pelo PRONAF.

Nós temos o conhecimento de produtores que passam o dia inteiro no lote, chegando às 5h da manhã e saindo às 6h da noite, mas pelo fato de não dormirem no lote, o INCRA não emitiu a DAP desse pessoal. Ainda hoje a gente tá com esse problema e esses casos deveriam ser revistos. Já no caso dos proprietários que só são encontrados nos fins de semana, nesse caso, o INCRA tem razão. Esta estabelecido na instrução normativa n.º 70. Existe uma relação que o INCRA mandou dos produtores de fins de semana e 18 produtores estão nessa situação. Pra esses aí não têm condições. (Entrevista com Emanuel Pordeus Silva, gerente de negócios do PRONAF em Sousa-PB, em 19/06/12).

<sup>31</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, foi criado em 1995 na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, como estratégia de melhor direcionar os recursos escassos, destinados à política agrícola, a um “setor que mostrava dinamismo e viabilidade econômica, a agricultura familiar.” (ABRAMOVAY, 1995, p. 23). Ao criar o referido programa o governo teve como fim “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.” (BRASIL, 1996, p. 01).

<sup>32</sup> Segundo Mattei (2005) o PRONAF atende, especificamente, aos agricultores familiares, que são caracterizados a partir dos seguintes critérios: a) produtores que possuem 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; b) produtores que detêm ou exploram estabelecimentos com área de até 4 módulos fiscais; c) produtores que exploram a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) produtores que utilizam mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; e) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo e possuir uma renda anual máxima de até R\$ 27.500,00. Esses critérios elencados por Mattei, contudo, se contrapõem aqueles indicados pelo gerente de negócios do PRONAF em Sousa-PB, Emanuel Pordeus, ou seja, a necessidade de que o produtor sobreviva exclusivamente da agropecuária e que more no lote ou em suas proximidades.

Além disso, outro problema enfrentado pelos pequenos produtores tem sido a dificuldade de escrituração das terras. De acordo com o engenheiro agrônomo José Antunes de Oliveira, que por 15 anos (de 1996 a 2011) foi o gerente executivo de Irrigação das Várzeas de Sousa, os irrigantes do projeto estão impedidos de escriturar suas áreas, devido à falta do georreferenciamento das glebas de terras e o desmembramento dos lotes, “o que tem impedido o acesso ao crédito por parte dos produtores” (OLIVEIRA *apud* NÓBREGA, 2012).

Em virtude de tais fatos, conforme informações do gerente de negócios do PRONAF, dos 178 pequenos produtores, apenas 24% deles tiveram acesso ao financiamento, pelo fato da grande maioria não conseguir a documentação necessária.

Esse documento é declaratório, mas o órgão emissor é obrigado a cadastrar no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, onde tem o registro de todas as DAP emitidas no Brasil, para evitar alguma fraude de crédito, pois antigamente bastava ter a declaração, e mesmo sem o registro se podia fazer o empréstimo. Hoje tem que ter esse registro para dar validade ao documento. (Entrevista com Emanuel Pordeus Silva, gerente de negócios do PRONAF em Sousa-PB, em 19/06/12).

O valor médio financiado é de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), sendo R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para investimentos diretos e R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para o custeio da assistência técnica. O prazo de carência é de 4 (quatro) anos, tendo o produtor até 10 (dez) anos para liquidar o financiamento enquanto as taxas de juros, variam de 0,5% a 1,25% a.a.

Além das dificuldades de financiamento, os pequenos produtores reclamam da falta de apoio técnico, já que a assessoria naquela área é praticamente inexistente.

O Poder Público hoje está ausente. Só passou um kit de irrigação que foi entregue aos irrigantes. Sem assistência, sem a presença da EMATER. Quando a gente vai lá é até bem recebido, faz tudo que a gente quiser, mas lá dentro do projeto não tem, olhando uma cultura ou outra, dando uma assessoria. O quadro técnico é pequeno. (Entrevista com Edgar Marques de Abrantes, colono irrigante pertencente a ACROPIVAS, em 01/05/12).

No objetivo de conseguirem acesso ao crédito para fazer as instalações e iniciar a criação, os colonos irrigantes, a exemplo de Edgar Marques<sup>33</sup>, esperam uma maior flexibilidade nos critérios exigidos pelo Banco.

---

<sup>33</sup> Edgar Marques de Abrantes está instalado nas Várzeas de Sousa desde 2005, tendo conseguido a escritura de seu lote no ano seguinte. Pertencente a Associação de Criadores de Ovinos do Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa – ACROPIVAS, mora na cidade de Sousa-PB, onde trabalha em uma empresa particular. Esse motivo o impediu de conseguir o financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil para implantar o criatório de ovinos. Para o lote “não ficar parado”, o referido produtor vem desenvolvendo os cultivos de coco (que ainda não esta produzindo) e, principalmente, banana. A produção dessa fruta, estimada em 20 milheiros por mês,

Contudo, estamos de acordo com as exigências feitas pelos órgãos reguladores, para evitar desvio de finalidades, fraudes ou a especulação imobiliária na área onde foram instalados os lotes dos pequenos produtores. Até porque muitos lotes estão abandonados, inoperantes ou subutilizados (figura 17), e isso possibilita aos mais astuciosos ou mandriões a sua venda, o que não é permitido por lei.

Figura 17 – Lotes de pequenos produtores, abandonados ou subutilizados nas Várzeas de Sousa-PB



Fonte: LIMA, F. V., 2012.

### 2.2.1.3 Agricultura camponesa

O processo de reestruturação produtiva nas Várzeas de Sousa-PB provocou grandes impactos sobre a vida de centenas de famílias camponesas que habitavam a área onde foi implantado o PIVAS.

Diversas famílias expropriadas de suas terras, sem restar-lhes outra alternativa, foram engrossar as fileiras dos excluídos<sup>34</sup> nas cidades de Sousa-PB e Aparecida-PB. Contudo,

---

nas variedades prata e maça, é destinada ao comércio local e para o vizinho estado do Rio Grande do Norte. Já os 10 mil kg/mês de banana nanica (casca verde), são vendidos para a fábrica de doce INDAMEL, localizada nesta cidade. No desenvolvimento das atividades supracitadas, o produtor emprega entre 3 e 4 trabalhadores diaristas, que são coordenados pelo seu pai, enquanto o mesmo não se dedica integralmente a atividade produtiva.

<sup>34</sup> Quanto à questão social, destacamos que a desapropriação das terras de dezenas de famílias das Várzeas de Sousa, obrigou-as a fazer uma dura escolha: permanecer na luta pela reconquista da terra, ou tomarem o rumo e tentarem construir uma nova vida nas cidades de Sousa e Aparecida-PB. Embora saibamos das dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais rurais que lutam pela terra, a vida nos pequenos e médios centros urbanos é sabidamente difícil, principalmente para pessoas quase sempre destituídas de recursos financeiros e carentes de educação formal. Migrar para as cidades obrigou muitos ex-camponeses a reeducar seu “modus

muitos deles, não aceitando a nova realidade imposta, entraram na luta para retornar a terra<sup>35</sup>, representados pelos movimentos sociais do campo, como o MST e a CPT-Sertão. Em meio a inúmeras negociações, promessas e cansaço que já duram mais de 8 anos, alguns objetivos foram conquistados, como a área de 1.007 ha cedida pelo governo ao INCRA objetivando assentar as 141 famílias instaladas as margens da BR-230 (figura 18).

Figura 18 – Assentamentos Nova Vida I e II, localizados as margens da BR-230



Fonte: LIMA, F. V., 2012.

Mesmo com a falta de infraestrutura nos lotes destinados aos camponeses, a classe se mantém firme, renovando seu espírito de luta e produzindo sua subsistência diária. Praticando a agricultura de sequeiro, nos períodos chuvosos, e com o uso apenas de defensivos naturais, conseguem produzir gêneros básicos, como feijão, milho, batata, abóbora, entre outros, usados no consumo das próprias famílias e a produção de espécies voltadas à comercialização, como o algodão.

A maioria é pra gente consumir, mas vendemos o algodão. Nós plantamos o algodão colorido (algodão mocó), ele foi exportado pra o Japão, intermediado por Maísa, esposa de um médico dos Gadelha em Campina Grande. Além do algodão, nós produzimos milho, feijão, gergelim, abóbora, essas coisas de agricultor, só no período de chuva. Esse ano nós tiremos muito milho ainda, mas a maioria perdeu, sabe? Aqueles que fizeram aquela primeira planta, colheram (quem plantou no

---

*vivendi*” e a renegarem um estilo de vida historicamente construído no meio rural. Perda de identidade e até mesmo problemas de saúde resultantes da não adaptação à nova realidade imposta, são algumas das trágicas consequências desse processo de afastamento do camponês da terra e de seu “meio de vida”.

<sup>35</sup> Esse processo de expropriação e exclusão do homem do campo, bem como a luta camponesa para retornar a terra, será objeto de análise pormenorizada no capítulo subsequente.

seco). Já quem perdeu a primeira chuva, perdeu a roça. Aqui só colheu uns 30% de milho, o resto perdeu (Entrevista com Manoel Gouveia de Lima – “Artur”, líder do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12).

A carência de muitas famílias aliada ao descaso do poder público são fatores que se somam as intempéries naturais e dificultam a vida dos camponeses, mas que não destroem a obstinação nem apagam os sonhos dessa classe em busca de uma vida mais digna no campo.

Compreendemos assim, que o desenvolvimento do espaço rural vai além de um economicismo produtivista, englobando outros aspectos representativos da vida humana (MACHADO, 2009). Não há que se falar em desenvolvimento quando se exclui desse conceito aspectos ligados a melhoria de vida das classes rurais, até porque se persistir o enfoque meramente produtivista nas políticas agrícolas, os camponeses e pequenos produtores tenderão a ficar cada vez mais marginalizados da órbita produtiva (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Acredita-se, como premissa, que para se enfrentar os desafios do desenvolvimento local sustentável deve-se centrar esforços na participação dos produtores e na descentralização sistemática dos aparelhos decisórios. As políticas específicas devem variar em função das peculiaridades regionais e locais, e da promoção prioritária de atividades geradoras de empregos, capazes de assimilar e incorporar tecnologias e conhecimentos que maximizem o aproveitamento de todos os recursos, desde energéticos a naturais e humanos, devolvendo novos produtos para os mercados internos e externos. O princípio da participação e descentralização tem como base ações de valorização do papel ativo dos diversos atores sociais locais, representativos na formulação, implementação e monitoramento das ações de desenvolvimento (COUTO ROSA, 1999, p. 1-2).

A solução para muitos dos problemas provocados pelo direcionamento das políticas públicas para o meio rural esta ligada, portanto, a descentralização dos aparelhos decisórios. A adoção de medidas como essa possibilitará a participação ativa de todos os segmentos sociais na elaboração de medidas que primem pelos interesses das populações locais e não nos interesses exógenos de grupos e empresas que crescentemente se aproveitam da complacência do Estado.

### 2.2.2 Do imaginário redentor as contradições do projeto

O imaginário redentor que se criou em face do PIVAS parece não se harmonizar com a realidade que o acompanha atualmente. O discurso progressista que se proferiu outrora ficou apenas na retórica, já que uma diversidade de problemas maculam o projeto desde sua idealização, culminando em contradições e incertezas quanto aos seus rumos, particularmente

no que tange a redução da pobreza rural, geração de oportunidades para o homem do campo e para o desenvolvimento econômico e social da região.

É imperioso destacar, inicialmente, que há mais de 60 anos a irrigação das Várzeas de Sousa já era pensada e estudada e teve sua viabilidade técnica e econômica aprovada por organismos nacionais e internacionais de pesquisa nessa área, como lembra o engenheiro José Antunes de Oliveira, ex-gerente executivo do PIVAS (NÓBREGA, 2012).

Contudo, o projeto inicial de retirada de águas do complexo de açudes Coremas – Mãe D'água previa a construção de um canal com trajeto passando mais a oeste de onde se encontra atualmente, cortando terras da cidade de São José de Lagoa Tapada-PB e desaguando no açude de São Gonçalo, que abastece a cidade de Sousa e Marizópolis. O objetivo seria o de dar suporte hídrico ao perímetro irrigado de São Gonçalo, promover a irrigação das Várzeas de Sousa e evitar o risco de desabastecimento dessas áreas em anos de escassez, o que garantiria a sustentabilidade hídrica da região como um todo.

Reformulando a idealização inicial, um novo projeto criado na década de 1990, de fins escusos e até hoje não esclarecidos, beneficiou as terras de latifundiários da elite sousense, que anos antes assistiram o apogeu e a decadência de atividades tradicionalmente desenvolvidas. Essa mudança significou a desapropriação de alguns milhares de hectares de terras para a construção da infraestrutura do PIVAS, com a consequente indenização de seus proprietários (e a expulsão de seus moradores) e de algumas famílias camponesas, donas de terras, que também habitavam a área. É oportuno ressaltar que grande parte das terras pertencentes às tradicionais famílias sousenses já se encontravam ociosas ou praticamente abandonadas por seus donos ou herdeiros.

Dessa forma, embora simbolize as esperanças de toda uma região, diversos acontecimentos interferiram e ainda interferem na operacionalização e efetividade do projeto. Esses entraves podem assim ser elencados:

#### **a) Índícios de favorecimento no processo de licitação dos lotes empresariais**

De acordo com levantamentos realizados nessa pesquisa, constatamos a existência de indícios de favorecimento, por parte do Estado, no processo de licitação dos lotes empresariais.

Segundo as denúncias<sup>36</sup>, o processo de licitação, que deveria ser aberto à participação de quaisquer interessados (pessoas físicas e jurídicas), foi direcionado exclusivamente as empresas, já que pelo fato dos lotes empresariais apresentarem grandes dimensões, após diversas mudanças que eliminaram as áreas destinadas a médios proprietários, tornou-se praticamente impossível à aquisição de terras por parte desses produtores.

Outro problema denunciado é o fato do governo não ter respeitado as normas e leis que regulam a avaliação de terras públicas. A avaliação abrangeu apenas uma parte da área a ser licitada e não fixou um valor específico para cada lote a ser alienado, embora existam diferenças entre os solos das Várzeas de Sousa, o que incidiria em preços variados, na venda, de acordo com as características e capacidade de produção de cada área.

A constatação de beneficiamento das grandes empresas foi, do mesmo modo, feita por Lima (2009), que em sua dissertação de mestrado intitulada de “Gestão dos recursos hídricos: Conflitos e negociação da água do Canal da Redenção – Sertão da Paraíba”, destacou as denúncias feitas pelo deputado estadual Jeová Campos (PT), na edição de 14 de novembro de 2007 do Jornal Correio da Paraíba (figura 19).

Figura 19 – Jornais denunciando irregularidades no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa.



Fonte: JORNAL CORREIO DA PARAIBA *apud* LIMA (2009, p. 162-163).

<sup>36</sup> As denúncias foram feitas por Fernando Perissé, representante da ONG Via Sertaneja, em programa radiofônico da cidade de Sousa, em 23/03/09 e divulgadas em seu blog nos dias 16 de abril e 11 de maio de 2011. Para maiores informações, consultar <http://fperisse.blogspot.com.br/search?q=V%C3%A1rzeas+de+Sousa#axzz23RvGvr2R>.



Segundo o deputado, as ações do Governo do Estado foram direcionadas para beneficiar os grandes empresários instalados nas Várzeas de Sousa. Num projeto com mais de R\$ 200 milhões investidos pelo governo, com recursos majoritariamente federais, o que dá cerca de R\$ 40.000 mil/ha, é um absurdo que cada hectare daquelas terras tenha sido repassado ao preço de R\$ 1.500 à empresa Santana Sementes. Isso mostra um evidente favorecimento político à referida empresa.

Dessa forma, objetivando tornar a região um significativo pólo de agricultura comercial, o Governo da Paraíba instituiu políticas de favorecimento à obtenção de terras a preços “simbólicos”, já que o valor fixado para a compra das parcelas territoriais (preço por ha) ficou muito aquém do valor médio pago nas desapropriações pelo Estado. Isso foi mais um atrativo aos grupos empresariais, que encontraram terreno fértil para se apropriarem das maiores e melhores terras pertencentes ao projeto Várzeas de Sousa.

A respeito desse estímulo, salienta Elias (2006, p. 44), que “o baixo preço da terra esta entre os fatores inicialmente atrativos dos novos arranjos territoriais produtivos agrícolas.” O pensamento da referida autora, que denota o disparate que ocorreu nas várzeas de Sousa, se coaduna com aquilo que é pensado por McMichael (1994) e Bonanno (1999) *apud* Cavalcanti, Mota e Silva (2006, p. 118), quando afirmam que o “projeto de modernização dessas regiões esta pautado num modelo de gestão que assegura às empresas privadas um lugar especial na condução da transformação dos espaços locais no intuito de estabelecer elos com novas cadeias agroalimentares [...]”

O direcionamento das ações estatais no atendimento aos interesses políticos e empresariais, marca a reprodução de todo um processo secular da concentração de terras nas mãos de uma minoria de produtores. Isso pode ser explicado pelo fato do PIVAS ser um território que desperta a cobiça de grupos empresariais, principalmente pelas características ambientais favoráveis a produção de grãos e à fruticultura irrigada, e por ser um dos pontos fortes da política de desenvolvimento econômico local e instrumento de manipulação política (FARIAS, 2010).

#### **b) Indícios de ilegalidade na seleção dos colonos irrigantes**

O processo de seleção dos pequenos produtores é outro alvo de polêmicas. Conforme alhures apontamos, a seleção dos candidatos foi feita pela SEDAP-PB, que conduziu o procedimento seletivo. Há indícios de ilegalidade nesse processo, já que muitas pessoas

selecionadas não apresentavam o perfil exigido pelo PRONAF<sup>37</sup>, e mesmo assim foram beneficiadas ao adquirirem lotes no projeto. Além disso, parte dos Sem Terras VIPs<sup>38</sup> ainda não mora definitivamente nos lotes, não desenvolve nenhuma atividade agrícola com suas famílias e nas poucas áreas exploradas se utilizam de meeiros, moradores ou caseiros, o que é proibido pelo contrato que assinaram.

No processo de seleção dos lotes, relata Edgar Marques de Abrantes que um dos critérios que garantia vantagem naquele processo era a “identificação” dos inscritos com as terras do projeto, ou seja, quem fosse natural ou residente antigo das várzeas de Sousa entraria a frente dos demais concorrentes no processo seletivo.

Como a gente nasceu na Varjota, que era o coração das Várzeas de Sousa, a gente tinha terras lá, e no processo de seleção dos irrigantes tinha uma regra: Quem morasse no perímetro, quem nasceu lá, na inscrição já entrava com 20 pontos na frente de qualquer outro concorrente (Entrevista com Edgar Marques de Abrantes, colono irrigante pertencente à ACROPIVAS, em 01/05/12).

Os critérios foram muito questionados na época, até porque vários contemplados sequer residiam nas Várzeas ou em suas proximidades, outros são empresários bem sucedidos na cidade de Sousa-PB e, após a conquista da propriedade só a tem utilizado para lazer nos fins de semana ou a veraneio.

A ilegalidade na seleção dos 178 irrigantes, já denunciada por Fernando Perissé, é também exposta por Manoel Gouveia – Artur, líder do assentamento Nova Vida I.

Na escolha das pessoas que teriam direito aos lotes de pequeno produtor, tem muita gente que não tem identidade com a terra, como farmacêutico, fazendeiro. É coisa que comprou e ta lá dentro. Ele não precisa e não tem o perfil para ser dono de um lote ali, porque ele não precisa. Tem eles, tem filho, tem sobrinho, a família de 3, 4. E outra coisa, coincidência: os lotes tão colados, chega lá e pergunta de quem é esse aqui? É de fulano, do filho, do pai... (Entrevista com Manoel Gouveia de Lima – “Artur”, coordenador do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12).

Outros exemplos de favorecimento a determinadas pessoas foram constatados, bem como da exclusão dos sem-terra do processo seletivo, muitos deles ex-moradores das Várzeas de Sousa-PB.

O processo inicial começou no governo anterior de José Maranhão, nada foi implantado, só a desapropriação e só agora no governo de Cássio Cunha Lima, e que

<sup>37</sup> Já apontados no presente trabalho.

<sup>38</sup> Sem Terras VIPs se refere a uma expressão criada por Fernando Perissé para designar os pequenos produtores selecionados pelo projeto e formado por empresários e membros da classe média de Sousa que pouco ou nada tem haver com a agricultura familiar.

ele começou a encarar essa empreitada para explorar efetivamente essas terras. Houve uma seleção, eu me escrevi na linha crédito fundiária a “Nossa Primeira Terra”, porque eu tenho curso técnico agrícola e sou funcionário da EMATER, eu fui classificado na seleção com um lote de 5 hectare para produção preferencialmente orgânica. Houve muitos questionamentos sobre esse processo de seleção. A CPT, o sindicato dos trabalhadores rurais da região e os ambientalistas reivindicaram a entradas dos sem-terra que estão nas margens da BR, no PIVAS. Eu ainda não estou produzindo nada lá não, mais eu aposto que esse projeto vai dar certo. (Entrevista com Benedito Ferreira *apud* LIMA, 2009, p. 66-7).

A todos esses exemplos, soma-se o fato de que muitos ex-donos de terras que “foram indenizados pelo governo estadual para a implantação do projeto, continuam sendo donos de lotes nas várzeas e que alguns contemplados não necessitam da terra para sobreviver” (LIMA, *op. cit.*, p. 68).

Conforme se percebe nos relatos expostos, muitos dos contemplados com lotes no PIVAS não apresentam qualquer identidade ou vínculo com a terra, existindo até mesmo proprietários que a ostentam simplesmente como mero símbolo de *status*.

Esse modelo de criação de perímetros irrigados onde se verifica a forte presença do Estado, foi também verificada no Baixo Jaguaribe e em Juazeiro/Petrolina. Em estudo realizado por Elias (2006), sobre a difusão do agronegócio nessas regiões, ficou constatado na formação desses dois arranjos territoriais produtivos, pautados na agricultura irrigada, que em ambos:

[...] é nítida a presença do Estado no papel de maestro na construção e gestão dos sistemas técnicos agrícolas inerentes aos recursos hídricos, no processo de desapropriação para a construção dos perímetros irrigados, na seleção dos agricultores para a distribuição dos lotes etc. Entre as mais fortes especificidades da presença do Estado esta sua condição de proprietário da terra dos perímetros (ELIAS, *op. cit.*, p. 41).

É importante destacar que o poder público em muitos casos é assaltado ou capturado pelas elites locais, o que o faz transmutar sua postura apresentando-se ora enquanto refém, ora enquanto aliado.

Toda a realidade vista a olho nu em Sousa-PB, é o reflexo daquilo que se passa em outros perímetros irrigados do Nordeste, onde os critérios de seleção são escusos e nitidamente direcionados a determinados atores, excluindo, em contrapartida, pessoas que tem identificação e um histórico de lutas pela conquista da terra.

Na desapropriação da área necessária à implantação de perímetros irrigados não existiu uma garantia de retorno para os pequenos produtores desapropriados, pois estes tiveram de competir em igualdade de condições com os outros candidatos,

aptos a preencher melhor os critérios do processo seletivo (SILVA et. al. *apud* SANTOS, 2006, p. 295).

As ações orientadas do governo no processo de seleção dos produtores e a falta de capital de muitos deles, ou impossibilidade de adquiri-lo, têm deixado-os a mercê dos especuladores.

Com a desenvolvimento do projeto, a partir de sua estruturação e usos, tem ocorrido a valorização das terras e a especulação imobiliária sobre as mesmas. O grande risco que se corre é a venda dos lotes<sup>39</sup> por alguns colonos irrigantes, a exemplo do que aconteceu com os colonos do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (CE/RN) e do Vale do Baixo Açu (RN).

Naqueles lugares, vários irrigantes endividados venderam seus lotes a empresários agrícolas de outros estados e até mesmo de outros países, que se comprometeram a pagar a dívida e hoje estão cultivando produtos de elevado valor comercial, usando mão-de-obra assalariada (MUNIZ, 2006). O resultado desse processo tem sido visto nas estatísticas que mostram o crescimento da força de trabalho que se coloca a disposição do capital como trabalhadores rurais, ou como dizem alguns especialistas, na forma de “proletários agrícolas”.

Por outro lado, temo que também exista o risco de vermos transformadas várias unidades familiares em pequenos produtores capitalistas, num processo estimulado pelo Estado e chamado de “farmerização do campesinato”, ou seja, a produção moderna em base familiar como no modelo de *farmer's* americanos. Essa possibilidade, longe de ser descartada, deve ser posta em discussão tendo em vista que muitos irrigantes, ao buscar se inserirem numa ótica produtiva exigida pelo capital, têm sido gradativamente impelidos a adotar um modelo produtivo e o uso de “um pacote tecnológico baseado na utilização massiva de insumos artificiais, produzidos industrialmente, sujeitando a renda da terra produzida por estes à sua lógica”<sup>40</sup> (MUNIZ, *op. cit.*, p. 270).

---

<sup>39</sup> É digno que se registre que existem cláusulas que proíbem a venda dos lotes por parte dos pequenos produtores nas Várzeas de Sousa, porém há indícios que esse processo esteja ocorrendo. De acordo com Edgar Marques de Abrantes, nem todos os colonos contemplados estão instalados e, em virtude das dificuldades de acesso a financiamento, alguns proprietários acabaram vendendo seus lotes. “Eu sempre ando no projeto nos fins de semana, porque eu gosto de dar uma visualizada e já tem alguns lotes que foram repassados mesmo, e na minha opinião eu não acho que seja errado não. Porque se você não quer, passe para outra pessoa que quer produzir.” (Entrevista com Edgar Marques de Abrantes, colono irrigante pertencente a ACROPIVAS, em 01/05/12).

<sup>40</sup> Esta evidenciado nas palavras de Elias (2006) que, de uma forma ou de outra, quer seja pela venda de sua força de trabalho, quer seja pela parceria com os empresários de maior monta, os pequenos produtores e os camponeses inseridos em projetos de irrigação, tornam-se submissos a essa relação. Ou seja, através do repasse de tecnologias e controle técnico da produção, assistência técnica, compra da produção por parte das empresas de maior monta etc., os irrigantes tendem a abandonar seu modo de produzir e passam a obedecer a uma lógica do capital que se imperializa sobre o campo.

Em meio a esse emaranhado de situações, embora pareça não existir saídas para as consequências advindas da territorialização do capital sobre os espaços, torna-se indispensável que os camponeses e pequenos produtores se engajem na busca por políticas que os permitam produzir.

É preciso valorizar as virtudes desse modelo produtivo, que hoje apresenta expressiva participação na produção de alimentos, matérias-primas e geração de emprego e renda, bem como garantir-lhes o direcionamento de suas ações para uma maior qualidade dos bens produzidos e agregação de valor a esses produtos, promovendo assim uma consequente melhoria em sua condição de vida e a minimização do alarmante quadro de desigualdade social que impera no espaço rural paraibano e brasileiro.

Padecer pela falta de apoio financeiro e de assistência técnica seria sacrificar, social e economicamente, milhões de trabalhadores que sobrevivem dessa atividade e que muito contribuem para o abastecimento do país. Torná-la efetiva não seria impossível, só demandaria esforços e investimentos para adequá-la as exigências da contemporaneidade. Eis aí um grande desafio!

#### **e) Deterioração da infraestrutura do perímetro em virtude da falta de obras de conservação**

Ao lado de problemas relacionados à desapropriação das terras, critérios de seleção dos empresários e dos colonos irrigantes e a expropriação das populações que moravam na área das Várzeas antes da materialização do projeto, existem outros relativos à sua operacionalização, já que são visíveis os danos na infraestrutura, sobretudo, do Canal da Redenção.

A respeito desse problema, o engenheiro José Antunes de Oliveira salienta que o canal esta:

com placas de concreto quebradas, assoreado em vários pontos, recobertos de vegetação e sem estrada de acesso e ainda, com vários pontos de captação clandestina de água, ao longo de toda a sua extensão. Com isso, no momento, os irrigantes do projeto Várzeas de Sousa estão prejudicados pela falta de água para irrigação, não tendo segurança hídrica para planejar novos investimentos (OLIVEIRA *apud* NÓBREGA, 2012).

A pesquisa de campo nos permitiu verificar de perto as condições em que se encontram alguns equipamentos do projeto e o que percebemos foi o risco iminente de completa desestruturação por abandono, o que pode ser verificado nas imagens abaixo.

Figura 20 – Danos estruturais a parede do canal adutor e processo de assoreamento



Fonte: LIMA, F. V., 2010.

Figura 21 – Vegetação avançando sobre o canal e precariedade das vias que dão acesso aos lotes dos colonos – estradas e passagens molhadas



Fonte: LIMA, F. V., 2010.

Figura 22 – Problemas com drenos e tomadas d'água e danos a parede do reservatório de captação - barragem de compensação



Fonte: LIMA, F. V., 2010.

Embora a inauguração da obra do canal adutor tenha sido realizada em 1998 e a infraestrutura de irrigação das Várzeas de Sousa ainda não esteja totalmente implantada, a deterioração de alguns equipamentos compromete o funcionamento do projeto e mesmo com as contínuas obras de revitalização realizadas entre 2004 e 2009, as quais consumiram a vultosa soma de R\$ 50 milhões, os problemas ainda subsistem.

Conforme ficou registrado em relatório do TCU de 21 de setembro de 2005 (anexo 2), houve recuperação das estradas no ano de 2004. Porém, a falta de um plano de ação visando a manutenção permanente dessas vias, tem dificultado o acesso há alguns locais do projeto, tendo em vista sua precária conservação e a falta de aparelhamento das mesmas, principalmente nas áreas onde existem trechos inundáveis (pontes e passagens molhadas).

Já quanto as ações de manutenção do Canal da Redenção, estas necessitam também ser contínuas, pois em virtude das intempéries climáticas (períodos chuvosos e períodos de alta insolação), alguns problemas voltam rapidamente a se apresentar, tais como placas de concreto que já apresentam danos, bem como a vegetação que começa a tomar conta de alguns trechos das margens do mesmo e as péssimas condições das estradas que lhe dão acesso.

Em contrapartida, presenciamos no semblante de vários produtores a frustração pela expectativa de não alcançar os frutos que se idealizaram antes da materialização do projeto. Isso pode se percebido nas palavras de alguns produtores como Francisco Cordeiro (Neguinho) que afirmou estar “faltando no projeto alguém que administre e dê condições de produção aos colonos, já que falta habitação em vários lotes, rodagens, mas tem também

muita gente que não tem mais coragem de trabalhar” (Entrevista com Francisco Cordeiro, “Neguinho”, colono irrigante, em 09/07/12).

Em suma, a realidade evidenciada no PIVAS é o retrato de muitos outros exemplos que se sucedem Brasil afora que mostram quão eficientes são as políticas de desenvolvimento rural. Mudar o discurso e as ações na consecução desse objetivo, nos parece ser o primeiro desafio a ser enfrentado para a redução do crítico quadro de concentração de terras e da pobreza no campo que ainda impera em nosso país.

#### **d) O uso ilegal e o conflito pelas águas do Canal da Redenção**

Como relatam vários trabalhos (LIMA, 2009; MELO *et. al.*, 2010; MOREIRA, LIMA e TARGINO, 2008), um dos primeiros problemas surgidos na área que constitui o PIVAS foi à disputa por água<sup>41</sup>. O Canal da Redenção, que permite a irrigação do projeto, corta 11 km das terras pertencentes ao Assentamento Acauã<sup>42</sup>, porém, durante algum tempo, seus moradores se viram privados do usufruto desse bem, enquanto fazendeiros da área usavam-na sem qualquer cobertura legal, nem fiscalização por parte do poder público. A proibição das águas do canal da Redenção foi “motivo de tensão, conflito e de ações tanto por parte do Estado como dos assentados na busca de soluções” (MELO *et. al.*, *op. cit.*, p. 9).

O desvio clandestino de água, cuja conduta Elias (2006) concebe como uma forma de “violência não criminalizada”, também foi denunciado por vários produtores do perímetro<sup>43</sup>. Segundo os colonos irrigantes, esse uso ilegal das águas é uma prática que já vem se realizando há muito tempo em todo o curso do Canal da Redenção, e tem servido para irrigar culturas de subsistência no referido assentamento e para a irrigação de culturas

<sup>41</sup> Sobre o conflito no uso das águas do Canal da Redenção, ver importante trabalho de LIMA (2009).

<sup>42</sup> O Assentamento Acauã foi fundado em 14 de outubro de 1996, numa área de 2.825 ha da fazenda Acauã, município de Aparecida-PB. Localizado no setor I do PIVAS, o referido assentamento foi concebido nas terras pertencentes a uma das mais tradicionais famílias da Paraíba, a família Gadelha. Conforme registros, a construção do Canal da Redenção e a conseqüente valorização das terras da fazenda Acauã, parecem que já era de conhecimento da família Gadelha. Isso restou comprovado em estudo de campo realizado por Lima (2009), que ao entrevistar um dos camponeses que se instalaram naquela área, teve conhecimento que “durante a luta sempre havia tentativas de reintegração de posse da terra dos antigos proprietários, porque essas terras aqui de Acauã eram de uma família muito conhecida, é dos primos de Marcondes Gadelha (Deputado Federal) que na época era Secretário de Agricultura do Estado, e tem uma grande influência política. Eles já sabiam que o Canal da Redenção ia passar aqui, através de Marcondes Gadelha, daí essa persistência de não ceder às terras para nós agricultores, então houve todo esse processo de luta, foram sete despejos, sete prisões” (Entrevista realizada com Alex Gouveia em fevereiro de 2006 *apud* LIMA, 2009, p. 79-80). Contudo, mesmo diante da luta que se instaurou, os camponeses conseguiram o direito de permanecer definitivamente na área criando, assim, o “Acauã”, registrado como o primeiro assentamento fruto da reforma agrária realizada sobre terras privadas no alto sertão da Paraíba.

<sup>43</sup> As denúncias constam de matéria veiculada no site Diário do Sertão, publicada em 05/01/12. Para maiores informações, consultar: [www.diariodosertao.com.br/artigo.php?id\\_artigo=20120105180321](http://www.diariodosertao.com.br/artigo.php?id_artigo=20120105180321).



comerciais em grandes propriedades localizadas as margens do mesmo<sup>44</sup>, mas que não fazem parte do perímetro irrigado.

Nesse contexto, Oliveira *apud* Nóbrega (2012) denuncia que vários lotes foram invadidos e, sem nenhum tipo de fiscalização, tornou-se fácil desviar água das adutoras, sem que o governo tomasse qualquer providência para solucionar o problema. A notícia foi alvo de matéria veiculada pela imprensa local que flagrou trabalhadores colocando tubulações dentro do canal da redenção com vistas a “puxar” água para as propriedades localizadas ao longo do canal (figura 23).

Figura 23 – Desvio ilegal das águas do Canal da Redenção



Fontes: Blog do Perissé, 2012/Diário do Sertão, 2012.

Enquanto isso, do outro lado do perímetro irrigado (setor norte), os antigos sem-terra<sup>45</sup> padecem pela falta de água, já que a infraestrutura destinada a levar água para aquele setor só foi instalada nos 4 (quatro) lotes empresariais a serem licitados. A falta do líquido que dificulta as atividades produtivas e a vida diária nos assentamentos Nova Vida I e II, é vista

<sup>44</sup> “Durante anos, o Canal da Redenção representou o único meio de acesso à água que o assentamento possuía em períodos de estiagem. Com a construção das cisternas de placa, através do programa de “Um milhão de Cisternas”, parceria do governo Federal com a Articulação do Semi-Árido (ASA), os assentados passaram a ter durante os meses de estiagem acentuada, água de qualidade para beber. Porém, alguns agricultores relataram que a água da cisterna só é utilizada para beber e cozinhar. Para realizar as demais atividades domésticas, algumas famílias utilizam a água do canal ou procuram outras fontes de água, que geralmente são os rios temporários situados próximos ao assentamento Acauã. A maioria dos camponeses que possuem lote nas margens do Canal da Redenção também utiliza as águas do canal para desenvolver a irrigação por gravidade/inundação.” (MOREIRA, LIMA e TARGINO, 2008, p. 79).

<sup>45</sup> Agora concebidos como “os sem-água”.

por seus representantes, ao lado da falta de estradas de acesso aos lotes do assentamento e das péssimas condições de habitação, como um desrespeito à vida humana.

Assim, em meio a essa respeitável insatisfação, denunciam<sup>46</sup>:

Chega um caminhão de água aqui, é só meia hora. Só tem uma cisterna e vai ficar ai uns 8 dias pra vir outro caminhão d'água doce, que a gente fala. Água salgada tem, mas água doce só vem de 8 em 8 dias porque o prefeito de Aparecida ainda tem essa boa vontade de fazer isso pra gente. Porque o de Sousa, eu digo a você, pra nós, é nosso prefeito, ele é prefeito de todo mundo, mas no lugar dele ajudar ele tá nos atrasando. Ele tá atrapalhando nós, porque a água ali do canal, tem um sifão d'água irrigando a propriedade dele, nas terras que foram de Mané Raquel. Nós passamos lá, nós temos fotos, tem tudo dele lá, tá lá com os canos d'água a céu aberto pra todo mundo ver, quem passar lá. Quer dizer, ele como prefeito do município, como autoridade de uma cidade, não deve fazer isso não e nós documentamos, falemos com o governador em João Pessoa há uns 20 dias atrás, no Abril Vermelho. Nós tivemos 16 dias em João Pessoa e tudo ficou relatado. (Entrevista com Manoel Gouveia de Lima – “Artur”, coordenador do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12).

Outro fato que chama a atenção quanto ao uso das águas do canal adutor, diz respeito à indefinição quanto à cobrança das tarifas de água K1 e K2<sup>47</sup>.

Após inúmeras negociações entre o Governo do Estado, o Ministério da Integração Nacional, o INCRA e os representantes dos assentamentos, ficou estabelecido que competiria ao INCRA a elaboração de um projeto que pudesse aliar a agricultura familiar e a irrigação comercial, como recomendado pelo MIN, bem como a responsabilidade pelo cumprimento da legislação ambiental vigente para a instalação do assentamento, pela infraestrutura de irrigação e também pelo futuro pagamento das tarifas de irrigação K1 e K2.

Um dos pontos de divergências entre os entes envolvidos, diz respeito a falta de acordo quanto ao órgão garantidor do pagamento das tarifas de água K1 e K2, em caso de

<sup>46</sup> Em matéria veiculada em 14 de abril deste ano, o deputado estadual Frei Anastácio (PT), denunciou aquilo que já fora constatado pelos camponeses e colonos irrigantes do projeto Várzeas de Sousa: o desvio de águas feito no Canal da Redenção para irrigar lavouras nas terras do atual prefeito de Sousa-PB, Fabio Tyrone. Para maiores informações, consultar: <http://fperisse.blogspot.com.br/2012/04/frei-anastacio-tyrone-esta-roubando.html#axzz22uGoGDp>.

<sup>47</sup> As tarifas K1 e K2 “são taxas de uso da água em projetos de irrigação pública, são regulamentadas pela Lei de Irrigação, Lei nº 89.496 de 1984. Discriminadamente, a K1 refere-se ao ressarcimento dos investimentos do perímetro em obras estruturais e é calculado anualmente e a K2 às cobranças dos custos de manutenção de uso comum, considerados despesas administrativas e um valor estipulado como taxa fixa por hectare. Existem várias metodologias para o cálculo da K2, dentre elas, os custos por m3, por hectare e por irrigante. A inadimplência da cobrança dessas tarifas é expressiva. Segundo o Tribunal de Contas da União, as causas da inadimplência são: sistema de cobrança deficiente, a arrecadação feita pelas organizações dos próprios irrigantes, falta de ações coercitivas com os inadimplentes, falta de capacidade de pagamento dos irrigantes pela não exploração do lote com culturas mais rentáveis e baixo índice de ocupação do mesmo. Na prática, a tarifa de K1 é paga ao organismo federal patrocinador, enquanto o componente K2 é geralmente pago diretamente ao distrito usuário da água. No caso do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, a tarifa K1, além de servir para o ressarcimento dos investimentos, é considerada para o cálculo os custos de captação da água do Canal da Redenção que abastece os lotes, enquanto que a tarifa K2 é referente ao uso comum ou ao gasto pessoal registrado no hidrômetro de cada irrigante” (FARIAS, 2010, p. 57).

inadimplência do INCRA. Como esse órgão não tinha a rubrica financeira para arcar com o pagamento das referidas taxas, ficou acertado, no final de 2008, que tal responsabilidade passaria para o governo do Estado, para o não comprometimento e sustentabilidade do perímetro. Entretanto, registramos que, até o momento, esse acerto é alvo de polêmicas e discussões, tendo em vista a incerteza quanto à assunção, por parte do Governo Estadual, das responsabilidades a ele condicionadas<sup>48</sup>.

Cabe destacar que os impasses quanto à instalação de um distrito de irrigação na área destinada aos assentados<sup>49</sup>, bem como do pagamento das tarifas de água<sup>50</sup> nos lotes empresariais e nos lotes dos pequenos produtores ainda subsistem, o que mostra o total descaso e falta de gerenciamento governamental, bem como o risco de fracasso do projeto, tendo em vista que a disponibilidade de água<sup>51</sup>, já escassa na região, é condição *sine qua non* para sua sustentabilidade.

Na nossa visão, sensatos e bem intencionados são aqueles que afirmam que a água do Canal da Redenção deve servir também para o abastecimento humano e não apenas limitar-se à irrigação<sup>52</sup>. Isso é o que pensa Lima (2009), quando afirma que:

Durante anos prevaleceu a idéia de que a água do Canal da Redenção serviria apenas para irrigar o PIVAS, e se houvesse sobra de água, ela seria aproveitada para outros

<sup>48</sup> Consideramos que esse ajuste não é matéria incontroversa, tendo em vista que no acerto entre os órgãos que atuaram no planejamento para a estruturação da área pertencente aos assentados, apenas ficou condicionada a possibilidade do Estado da Paraíba atuar como garantidor do pagamento das tarifas de água, em caso de inadimplência do INCRA. Contudo, essa nova exigência deveria ser objeto de discussões entre o Governo do Estado, INCRA e MIN, o que, nos parece, ainda não ocorreu.

<sup>49</sup> Tendo em vista que a água é um dos fatores limitadores para o sucesso do PIVAS, é oportuno destacar o enorme contrasenso existente na área. Enquanto os donos dos lotes empresariais e os pequenos produtores usam a água sem pagar, a infraestrutura hídrica ainda não foi instalada no lote do INCRA. Os assentados sobrevivem graças a ajuda do prefeito da cidade de Aparecida-PB que disponibiliza água, semanalmente, através de carros-pipa aos dois assentamentos.

<sup>50</sup> Até o presente momento, não registramos nenhum tipo de cobrança quanto ao uso da água, até porque o pagamento das referidas tarifas de água esta condicionado a futura atuação de uma empresa terceirizada que irá fazer o levantamento dos irrigantes e iniciar a auferir as medições relativas ao consumo de água em cada lote.

<sup>51</sup> Jose Antunes de Oliveira, ex-gerente executivo do PIVAS, ressalta o risco de insegurança hídrica na área onde se assenta o projeto. A possível redução nos volumes hídricos destinados ao perímetro irrigado, decorrente da irregularidade dos períodos chuvosos e dos inúmeros desvios encontrados no percurso do Canal da Redenção, é apontada por todos os segmentos como um dos principais riscos para o insucesso do projeto. Há inquietações de todos, já que as empresas reclamam da indisponibilidade de água em quantidades ideais, os camponeses padecem pela falta da mesma e os pequenos produtores temem o risco dela escassear e provocar, quando da efetivação do sistema de cobrança das tarifas de uso, um aumento que os impossibilitem de continuar produzindo.

<sup>52</sup> A promulgação da Lei 9.433/97 foi responsável pela criação da nova Política Nacional de Recursos Hídricos. Definiu-se então a água como um bem de domínio público, cujos usos prioritários devem ser o abastecimento humano e a dessedentação animal, e cuja gestão deveria se dar de maneira descentralizada e participativa. Contudo, as situações de conflito entre os usuários – que precisam enfrentar a redução da quantidade ou da qualidade da água disponível – continuam ocorrendo, principalmente em virtude do crescimento populacional e das atividades econômicas, que tem implicado numa maior demanda por água. Por isso, soluções práticas se fazem necessárias (MENDES e LORENTZ, 2008).

usos. Planejar obras de transposição de água em regiões áridas ou semi-áridas priorizando o fornecimento da água para um único uso, desconsiderando a existência, ao longo de seu trajeto, de populações que necessitam desse recurso para outros usos, torna maior a possibilidade de ocorrência de conflitos entre os usuários previstos no sistema de transposição, os gestores do sistema e a população desconsiderada que se encontra fixada ao longo do sistema de transposição. (LIMA, *op. cit.*, p. 48).

Diante essas considerações, não nos resta dúvidas de que grande parte das disparidades no campo esta associada às ações diretas do Estado, que contribuíram para a cristalização de uma lógica secular de apropriação de terras e hoje se revertem nas novas formas de disputa pelos recursos naturais, a exemplo da água.

#### **e) Os desvios de conduta nas ações do governo e a paralisação das obras do PIVAS**

A Revista Paraíba da Gente, edição de dezembro de 2009, destaca em sua coluna Economia, “A Redenção do Sertão”, título atribuído às Várzeas de Sousa após a retomada das obras que permaneceram paradas por mais de seis anos. A paralisação se deu em virtude das consecutivas disputas judiciais que envolveram o Governo do Estado, entre José Targino Maranhão e Cássio da Cunha Lima e em face de denúncias de desvios de conduta do governo, quanto ao uso do dinheiro público.

As rivalidades políticas, ocorridas no interregno de 2003 a 2009, resultaram no atraso do projeto e na divulgação infundada de seu término e funcionamento, com a produção de gêneros agrícolas para o abastecimento local e de outros centros, conforme foi amplamente divulgado pela mídia televisiva. Como já mencionamos, em cada mudança de governo alterava-se a proposta inicial do projeto de irrigação Várzeas de Sousa, visando atender determinados interesses, o que causou o retardamento nos procedimentos e etapas destinadas a estruturar a área do perímetro, selecionar os produtores por categorias e, por fim, dirimir os conflitos resultantes da desapropriação das famílias que habitavam aquele local.

O desenrolar dos fatos serviu para mostrar a disputa na esfera discursiva, onde cada representante do Governo Estadual, ao assumir a administração, se vangloriava como sendo uma espécie de benfeitor e “pai do projeto”. Na verdade, tudo isso serviu como pano de fundo para ocultar a omissão e descaso dos governantes para com um empreendimento de gastos exorbitantes, inoperante e sem funcionalidade alguma, que carecia de ações realmente concretas para torná-lo efetivo e eficaz do ponto de vista econômico e social.

Porém, antes disso, em 2002, os desvios de conduta já eram apontados como o maior motivo para a paralisação do projeto<sup>53</sup>. Diversas irregularidades, como superfaturamento e licitações fraudulentas, foram apontadas e julgadas pelos ministros do Tribunal de Contas da União – TCU (anexo 3).

Levantamento de Auditoria realizado nas obras de Implantação do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa-PB (TC 004.203/2003-6) e do Canal Adutor Coremas – Mãe D' água, fonte hídrica do projeto de irrigação (TC 004.202/2003-9), apontaram diversos indícios de irregularidades que culminaram na suspensão das obras em 01 de agosto de 2002.

Entre as principais ocorrências apontadas pelo Ministro Relator Benjamin Zymler e discutidas na Ata n.º 19, de 28 de maio de 2003, na Sessão Ordinária do Plenário, destacamos:

- Constatação da existência de sobrepreço na compra de material tubular (tubos de 300, 400, 500 e 600 mm);
- Alterações indevidas de projetos e especificações (alteração dos quantitativos e a inclusão de diversos itens novos), violando o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e o art. 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal, visto que não foram observados os princípios da *vinculação* ao instrumento convocatório, já que o objeto a ser executado é totalmente diferente daquele inicialmente licitado; e o da *isonomia*, tendo em vista que foi dado direito à vencedora da licitação de apresentar um novo projeto completamente distinto do licitado, oportunidade essa que não foi oferecida aos demais licitantes; nem foi assegurada a obtenção de proposta mais vantajosa para a administração pública, visto que os quantitativos foram excessivamente alterados e foi incluído um grande número de itens novos não licitados com indícios de sobrepreço (grifos nossos);
- Termo aditivo superior aos limites legais, objetivando adequar o Projeto Básico ao Projeto Executivo, com a inclusão de serviços novos, acréscimos e supressões de outros serviços constantes da planilha contratual, resultando num acréscimo financeiro ao contrato no valor de R\$ 869.291,92, alterando-se o valor Contratual para R\$

<sup>53</sup> Cf. elucida FARIAS (2010, p. 47), “as obras do perímetro foram paralisadas por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), em 2002, após a comprovação de irregularidades, como a existência de superfaturamento e de fluxo de transferências durante o governo do então Governador do Estado, José Targino Maranhão – PMDB (no intervalo de 1995-2002).”

51.401.528,47, ultrapassando o limite legal de 25% estabelecido no art. 65, § 1º e 2º da Lei nº 8.666/93;

- Falhas de manutenção em obras concluídas ou paralisadas. Conforme decisão nº 781/2002TCU-Plenário, em seu item 8.1, ficou determinado à Secretaria do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais do Estado da Paraíba – SEMARH/PB que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adotasse as providências para que fosse iniciado o Plano de Ação para a Manutenção e Conservação do Canal Adutor do Sistema Coremas – Mãe D'água. No entanto, embora tenham sido licitados os serviços relativos à recuperação do canal, objeto do contrato nº 03/2002, celebrado com a empresa CRE - Engenharia Ltda., os serviços encontram-se paralisados desde novembro de 2002 por falta de recursos. A paralisação dos serviços e a ausência de manutenção do canal comprometeram a vazão da água, que em diversos trechos apresentava-se com excesso de algas e lodos. Restou registrado que a SEMARH/PB ficou protelando o cumprimento de todas as decisões anteriores que lhe determinaram a execução do referido Plano de Ação para Manutenção do canal;
- Outras irregularidades como impropriedades na celebração do Contrato n.º 007/98 (Não cadastramento do n.º do contrato no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, em cumprimento ao disposto no art. 18 da Lei nº 10.524/2002); e na celebração do Convênio 353321 (Convênio com prazo de vigência expirado em 01/03/2003, sem a celebração de termo aditivo de prorrogação de prazo pelo Ministério da Integração Nacional – MIN).

Contudo, em face das providências não tomadas no sentido de sanar as irregularidades acima apontadas, as mesmas ocorrências foram novamente indicadas e discutidas na Ata n.º 37, de 21 de setembro de 2005. Um novo levantamento de Auditoria foi realizado quanto à análise do cumprimento das ações para a Manutenção e Conservação do Canal Adutor do Sistema Coremas – Mãe D'água (atualmente, Canal Adutor Governador Antônio Mariz), além da assinatura de novo termo de convênio pelo Ministério da Integração Nacional.

A nova auditoria reiterou a obrigação de cumprimento da decisão n.º 781/2002, ou seja, o início do Plano para a Manutenção e Conservação do Canal Adutor do Sistema Coremas – Mãe D'água, assim que se concluíssem os serviços de recuperação do referido canal.

Com base naquilo que se verificou *in loco* por uma inspeção devidamente autorizada pelo Ministro Relator Benjamin Zymler, em 27/04/2004, ficou comprovado o abandono da obra pelo Governo do Estado da Paraíba, conforme trecho do respectivo Relatório abaixo transcrito:

4. Quanto à determinação à Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e Minerais do Estado da Paraíba, contida no subitem 9.1, verificamos que os serviços de manutenção e recuperação do Canal Coremas/Mãe D'água encontram-se paralisados. 5. Obtivemos a informação junto ao Coordenador da Coordenadoria de Gestão e Recursos Hídricos - COGERH daquela Secretaria, de que seria iniciada imediatamente uma recuperação emergencial, por conta do próprio Estado. Contudo, ainda encontra-se em vigor, mas suspenso por falta de recursos orçamentários desde 08/11/2002, com a CRE Engenharia um contrato (nº 003/2002) relativo a recuperação do canal. Segundo a mesma fonte, devido à defasagem temporal e por questões técnicas, seria providenciada uma nova licitação, em outros termos, para contratar uma nova empresa para realizar os serviços de recuperação. [...]. (ZYMLER, TCU, Ata n.º 37, de 21/09/05, p. 105).

Conforme exposição do referido relator, o objeto em análise foi alvo de matéria jornalística na edição de 31 de março de 2004 do Jornal da Paraíba. A matéria destacou o Canal da Redenção e os riscos de rachaduras em sua estrutura, devido aos deslizamentos de barreiras e o impedimento a passagem das águas vindas do reservatório Coremas/Mãe D'água. Isso também foi comprovado em nossas visitas de campo e expostas, em material fotográfico, no interior deste capítulo.

Após análise da matéria em julgamento, foi proposta à recuperação emergencial do Canal Coremas/Mãe D'Água, prevista para ser iniciada no mês de maio de 2004, sendo fixado o prazo de 90 (noventa) dias para que a SEMARH-PB realizasse o estudo técnico acerca da atual condição de funcionamento do referido canal e adotasse as providências cabíveis para a recuperação e a manutenção indispensáveis ao seu bom uso. Essa medida deveria ter caráter emergencial tendo em vista o risco de comprometimento de um empreendimento maior, dele dependente, ou seja, o Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa.

Não obstante a apreciação das irregularidades pelos membros do TCU e as determinações para que a SEMARH-PB adotasse as providências necessárias, o descaso e descompromisso do Estado para com o projeto e para quem dele depende, ficaram evidentes no parecer técnico da SECEX-PB, relatado na sessão ordinária de 28 de maio de 2003.

No Parecer Técnico de fls. 93 a 98 do vol. principal, o Diretor Técnico assim manifestou-se, *verbis*: “16. Fica-se, então, diante de um dilema. A União repassa milhões de reais para uma obra, realizada em convênio com o Estado da Paraíba, face ao interesse recíproco no objeto, mas o Estado, a quem compete dar continuidade ao programa governamental e que fica com a propriedade e a

conseqüente gestão e manutenção dos bens construídos, alega que não tem recursos financeiros para tal. 17. Outro fato que reclama a atenção do Poder Público Federal, já mencionado, é que a obra do Canal Adutor de Coremas – Mãe D'água, já concluída e que não vem recebendo a devida recuperação/manutenção pelo Poder Público Estadual, é imprescindível ao sucesso de outro empreendimento, ainda em curso, ao qual também já foram alocadas pela União vultosas verbas (mais de R\$ 8,5 milhões, entre 1998 e 1999) e cuja conclusão exigirá o aporte de mais R\$ 15 milhões do erário federal, sendo que R\$ 11 milhões já constam do orçamento da União em 2004, razão pela qual a obra figurou no Fiscobras 2004 (TC nº 004.169/2004-0). [...]” (Parecer técnico da SECEX-PB).

O Estado impõe uma nova retórica quanto aos rumos da recuperação das obras do Canal da Redenção, assumindo o compromisso de iniciar de imediato os serviços no canal, o que representou uma mudança na posição até então assumida pelo Governo Estadual, que sempre alegou a indisponibilidade financeira para realizá-los.

As mudanças no secretariado do Governo da Paraíba em 2004, porém, provocaram o adiamento das referidas obras. Segundo o secretário da SEMARH-PB daquela época, as medidas para a solução definitiva das pendências constatadas no tocante à manutenção e à recuperação do Canal Adutor Coremas Mãe D'água, já estavam sendo adotadas, embora o atraso no atendimento as diligências da Corte do TCU, tenha ocorrido em virtude de modificações em algumas pastas do primeiro escalão do Governo da Paraíba, a exemplo da SEMARH, onde Francisco Xavier Monteiro da Franca foi substituído por Marilo Costa, em 01/6/2004.

Somente em 14/06/2004, o Governador do Estado teria decidido realizar as obras em caráter emergencial, em virtude dos prejuízos causados pela estação chuvosa, tendo sido celebrado o contrato nº 7/2004, com a empresa CONSTRUMAQ – Construções Civas e Locação de Máquinas Ltda., que estipulou realizar as obras no prazo de 150 (cento e cinquenta), com prazo de término em novembro daquele ano.

A análise da unidade técnica do TCU, quanto ao novo compromisso assumido pela SEMARH, registrou alguns avanços, porém, conseguidos de forma parcial.

[...]; b) o Relatório de Atividades das Obras de Limpeza e Recuperação do Canal, emitido em 17/8/2004 e juntado às fls. 121 a 148 do vol. principal, contém os dados do contrato celebrado para os serviços de limpeza e recuperação do canal, a ficha técnica do empreendimento e a relação das atividades desenvolvidas entre junho e julho de 2004; c) dentre os serviços realizados, merecem destaque: “instalações e limpeza do canteiro de obras; desmatamento da área da faixa de domínio do canal com 8 metros de largura, atingindo 17 km de sua extensão; esgotamento da seção interna do canal; serviços de limpeza e escavação de material na seção interna do canal; demolição e recuperação de placas de concreto da seção do canal; aplicação de juntas betuminosas e desobstrução e recuperação de bueiros e calhas de drenagem.”; d) além dessas informações, o relatório traz o cronograma físico-financeiro, o qual contém a previsão de conclusão dos serviços (novembro de 2004) e um acervo fotográfico da obra; e) as informações prestadas pelo Estado da Paraíba



demonstram estarem em curso as obras de limpeza e recuperação do canal, o que atende em parte a determinação desta Corte; [...]. (Parecer técnico da SECEX-PB).

No início de agosto de 2005, ou seja, 9 (nove) meses após o prazo previsto para a conclusão das obras de manutenção e recuperação do Canal Adutor, uma nova inspeção foi realizada e constatou o seguinte:

a) a equipe de inspeção relatou que as determinações desta Corte (Acórdão nº 599/2003 - Plenário) foram cumpridas pelo Estado da Paraíba. De fato, os serviços relativos à recuperação do canal adutor, envolvendo a troca de placas danificadas, desobstrução e limpeza do canal, correção de juntas de dilatação e limpeza da estrada de acesso e da área vizinha foram realizados, mas não integralmente; b) foi detectada a necessidade de pequenos serviços atinentes à manutenção do canal, os quais estão sendo providenciados pelo Estado; c) relativamente ao novο repasse federal da ordem de R\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil reais), a equipe noticiou que se trata de verba destinada à realização de serviços para a recuperação e drenagem do Canal (passagens molhadas/*overchutes*), cuja ausência vem causando deterioração da estrada de acesso e de parte do canal. A execução desses serviços vinha sendo feita no âmbito do Contrato nº 3/2002, firmado com a CRE Engenharia Ltda., tendo sido determinada sua paralisação por ato unilateral da Administração, em 3/11/2002, sob alegação de insuficiência de recursos financeiros (fl. 224); d) em 2005, o Estado da Paraíba, após receber o repasse federal no valor acima indicado, ao invés de dar continuidade ao referido contrato, decidiu, baseado em novo parecer técnico que indicava a necessidade de se promover modificações nos serviços contratados (fls. 275 e 276), manter o referido contrato suspenso e realizar nova licitação para objeto parcialmente coincidente àquele do contrato em vigor, apenas com volumes e soluções tecnológicas distintas; e) essa licitação, em virtude da alegação de sobreposição de serviços, foi suspensa liminarmente por decisão judicial. Neste Tribunal, a empresa CRE Engenharia ofereceu representação, com proposta de cautelar, pedindo a anulação do certame (TC nº 011.975/2005-0); f) em suma, o Canal Adutor Governador Antônio Mariz não foi devidamente recuperado nem está sofrendo a manutenção devida, especialmente em virtude da falta de serviços de drenagem, o que permite a deterioração da estrada de acesso e de placas em certos pontos da obra. Diante disso, conclui-se não ter sido cumprida a contento a determinação desta Corte quanto à conclusão dos serviços de recuperação do Canal e quanto à respectiva manutenção; [...]. (Parecer técnico da SECEX-PB, 2005). (grifos nossos).

Assim, decorridos mais de três anos da constatação de denúncias de irregularidades que ensejaram a intervenção do TCU, restou apurado àquela Corte que, além da ineficácia do Plano de Ação para a Manutenção do Canal da Redenção, outras anormalidades continuavam emperrando a viabilidade do projeto e comprometendo o futuro de toda uma região, que esperava ansiosa o surgimento de um *oásis* em pleno sertão paraibano, “com a previsão de produção de 50 mil ton. de frutas por ano e geração de 5000 empregos diretos” (ZYMLER, TCU, Ata n.º 19, de 28/05/03, p. 283) e outros tantos indiretos.

Embora o TCU tenha agido na sua função inequívoca de fiscalizar a execução do orçamento e julgar as contas dos responsáveis por dinheiros e outros bens públicos, e bem assim de apreciar a legalidade de certos atos, no caso em tela, mesmo em meio a

comprovação de irregularidades praticadas pelos gestores que estiveram a frente do Governo da Paraíba, ou de seus comandados, nenhuma punição foi incumbida a qualquer (ir)responsável.

*Data venia*, o parecer do digno Relator do processo, o Sr. Benjamim Zymler, que entende ser oportuna e conveniente a continuidade das ações de monitoramento quanto a realização das obras no Canal da Redenção, nos permite acreditar que “tentar flagrar o gato roubando o peixe que esta à mesa seja mais fácil do que fechar a porta para que o mesmo não consiga entrar”.

#### **f) Outros problemas – O uso das “Áreas Verdes” e as denúncias do emprego ilegal de agrotóxicos**

Além dos problemas anteriormente elencados, mencionamos outros que não são menos importantes e por isso merecem enfoque como a falta de fiscalização nas áreas de proteção da biodiversidade<sup>54</sup> (figura 24) e as denúncias e manifestações feitas pelos assentados contra o uso de agrotóxicos pela empresa Santana<sup>55</sup>, que tem colocado em risco a saúde de centenas de camponeses que sobrevivem a poucos metros da área de plantio daquela empresa.

---

<sup>54</sup> De acordo com Oliveira *apud* Nóbrega (2012), as áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (PP) estão sendo exploradas com bovinos e degradadas por invasores, sem se observar nenhuma ação para controlar esses problemas.

<sup>55</sup> A empresa Santana esta instalada nas Várzeas de Sousa-PB desde 2007 e segundo informações de seu Gerente de Campo, Leodécio Medeiros, já investiu cerca de R\$ 15 milhões na produção. Símbolo de modernidade, gera cerca de 50 empregos diretos e muitos outros indiretos na época da colheita, porém é acusada de não cumprir com todas as obrigações ambientais, sobretudo àquela que diz respeito a proibição do uso de defensivos agrícolas em suas lavouras.

Figura 24 – Gado solto nas áreas de proteção da biodiversidade



Fonte: LIMA, F. V., 2012.

De acordo com Oliveira *apud* Nóbrega (2012), as áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (PP) estão sendo exploradas com bovinos e degradadas por invasores, sem se observar nenhuma ação para controlar esse problema. Embora exista regulamentação sobre a disposição de áreas ambientais dentro do perímetro, alguns criadores, despreocupadamente, soltam seu gado nessas áreas, graças à inércia ou inexistência de órgãos fiscalizadores que coíbam a prática desse crime.

O uso de agrotóxicos nas Várzeas de Sousa<sup>56</sup> tem sido constantemente denunciado pelos camponeses, que relatam a ocorrência de inúmeros problemas de saúde nos assentados decorrentes da exposição ao veneno que é utilizado nas lavouras da Santana Agroindustrial. Quanto ao uso de produtos nocivos no processo produtivo do setor agropecuário, Couto Rosa (1999), alerta que nos dias de hoje,

A tomada de consciência ambiental passou a se impor, principalmente, pela preocupação da população com o risco de se consumir produtos agrícolas com alta concentração de agrotóxicos, a crescente conscientização dos riscos desses produtos à saúde humana e a exigência de qualidade dos alimentos. (COUTO ROSA, *op. cit.*, p. 6).

<sup>56</sup> A problemática relacionada à luta camponesa contra o uso de agrotóxicos nas Várzeas de Sousa será analisada, com maior enfoque, no capítulo seguinte.

Todos esses fatos têm provocado a indignação dos camponeses que consideram o uso de agrotóxicos mais uma afronta promovida pelo modelo agroindustrial, que parece ver a agricultura camponesa como uma ameaça ao seu contínuo processo de dominação e por isso tenta, a todo custo, enfraquecer a classe camponesa em sua luta pela terra e contra o agronegócio.

O apoio do Estado ao modelo de agricultura tecnocientificada mostra um comportamento condescendente para com os grandes grupos empresariais do setor agrícola. Basta ver o incentivo dado a esse modelo produtivo, através do *marketing* e propaganda que apontam apenas suas virtudes econômicas e sociais, da disponibilidade de infraestrutura para o desenvolvimento de suas atividades, das isenções fiscais concedidas, das facilidades de consecução de crédito e da inexistência ou debilidade dos órgãos de fiscalização ambiental. Tudo isso corrobora para o entendimento de que parece não existir fronteiras ou limites a atuação dessas empresas.

No caso do PIVAS, entendemos existirem todas as condições acima elencadas possibilitando a atuação da Santana Agroindustrial. Em contrapartida, a leitura feita acerca das circunstâncias em que se deu a idealização e materialização do projeto de irrigação, mostra suas contradições e as objeções que são diuturnamente impostas aos camponeses em sua permanente luta pela terra.

A busca pela cidadania e o respeito aos direitos dos camponeses é missão árdua, mas tem sido possível conquistar as primeiras vitórias graças a uma maior consciência e ao poder de articulação dessa classe. O movimento dos trabalhadores rurais está imbuído num processo de modernização do discurso, das propostas e da maneira de se apresentar para a sociedade. E é sob a égide dessa bandeira que os camponeses têm lutado para conseguir seu espaço no PIVAS.

Ainda existem muitos desafios no âmbito político-institucional, na construção de novas alianças entre os grupos sociais e na reforma das instituições públicas, visando obter a base de sustentação e consenso para as mudanças (COUTO ROSA, 1999), porém uma nova postura, pautada na sua participação como agentes políticos e não mais no seu modelamento passivo e aberto a manipulações por agentes externos (NEVES, 1985), tem marcado o início de uma nova trajetória na vida dos camponeses das Várzeas de Sousa.

### **2.3 PIVAS – Ponto luminoso ou lampejo de modernidade?**

Como temos tentado demonstrar até aqui, o despertar de uma nova consciência acerca das virtualidades do Nordeste, atrelado ao planejamento e efetivação de importantes programas e ações, tem resultado no fortalecimento da estrutura produtiva e no desenvolvimento econômico e social da região. A passagem do meio natural para o meio técnico-científico-informacional promoveu a valorização de determinadas áreas, antes marginalizadas, e ampliou o uso agrícola do semiárido nordestino com o surgimento de novas dinâmicas e uma reconfiguração de seu espaço e de seus agentes transformadores.

Para Elias (2006), a difusão do agronegócio tem promovido processos de (re)produção dos espaços agrícolas do semiárido e dos cerrados nordestinos, recentemente incorporados aos circuitos produtivos da agropecuária globalizada. A modernização do campo nordestino, caracterizada por uma agricultura que incorpora ciência e tecnologia, tem permitido a reestruturação da base produtiva regional, fazendo surgir espaços que se destacam por características peculiares capazes de atender determinadas demandas ou nichos de mercado.

Sobre esse aspecto, a discussão sobre a mundialização da economia passa a ser considerado o ponto-chave para o entendimento acerca das novas dinâmicas que integram a escala local a mundial e redefinem os territórios a partir de seus atributos e funcionalidades. Dessa forma,

Com a globalização são instalados numerosos nexos extravertidos, na medida em que, havendo a política econômica deixado de privilegiar o mercado interno, a necessidade de exportar conduz a uma lógica competitiva que vai privilegiar relações externas comandadas pelas empresas globais responsáveis pela demanda (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 254).

As exigências de um modelo agroexportador que responda as demandas alienígenas, valoriza e modela determinados territórios capazes de cumprir as expectativas mercadológicas. Assim, essas áreas subservientes as imperiosidades do capital, passam a ser dotadas de novas práticas agrícolas que colaboram para concentrar equipamentos, serviços, agroindústrias, além de fluxos financeiros e populacionais, alavancando o seu desenvolvimento e irradiando a luz de suas atividades por toda uma região.

Esses espaços denominados de “focos de modernidade”, “frentes de expansão” e de “pólos dinâmicos” por Araújo (1997); “pontos luminosos” por Elias e Pequeno (2006) e por Santos e Silveira (2008), são reflexos de uma maior ação dos agentes públicos e privados que confluem esforços na tentativa de promoverem o desenvolvimento de determinadas áreas

ou setores, com vistas a abrandar a segregação que durante décadas se fez recair sobre o Nordeste.

Ao destacar a imperiosidade das ações no sentido de alavancar a região, destaca Araújo (1997) que esse processo foi impulsionado por importantes movimentos da economia brasileira que tiveram fortes repercussões no Nordeste nos anos recentes. Assim, no seu entender:

[...] Tendências da acumulação privada reforçadas pela ação estatal, quando não comandadas pelo Estado brasileiro, fizeram surgir e se desenvolver no Nordeste diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo em grande parte responsáveis pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas atividades econômicas na região [...] (ARAÚJO, *op. cit.*, 13).

Os espaços luminosos seriam aqueles dotados de forte densidade nos campos da técnica, da ciência e da informação. Em dado espaço esses elementos atuam em conformidade para fortalecer o território de materialidades e conteúdos, organizando-o e promovendo a formação de especializações territoriais produtivas capazes de atrair múltiplas atividades que se correlacionam, mas, quase sempre, se subordinam a uma atividade que é hegemônica sobre as demais.

Os espaços luminosos, na abordagem de Santos e Silveira (2008), são vistos como aqueles,

[...] que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações. Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas (SANTOS e SILVEIRA, *op. cit.*, p. 264).

No interior do Nordeste, as transformações decorrentes dessas especializações territoriais produtivas atingem, sobretudo, o setor agropecuário. O agronegócio enquanto luz que redefine os processos e os fluxos de capital, de ciência e tecnologia empregados sobre o espaço, induz a atração de empresários de outras regiões do país, bem como “de investidores internacionais que têm seus negócios consolidados nessa atividade, inclusive com um mercado consumidor em ascensão em outros países” (FARIAS, 2010, p. 16). Nesses moldes, a inserção dos lugares de reserva à produção e consumo globalizados (figura 25), só vem justificar a tese de que os territórios do agronegócio são fortemente articulados com a escala

internacional, organizando-se a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado (ELIAS, 2006).

Figura 25 – Organograma representativo do rearranjo territorial decorrente da inserção dos lugares de reserva nos circuitos espaciais do agronegócio.



Fonte: Elaborado por LIMA, F. V., 2012.

Embora a palavra luz seja utilizada no presente contexto para se referir a desenvolvimento ou progresso, a região polarizada pela cidade de Sousa-PB, mesmo com a efetivação, já há algum tempo, da irrigação de suas várzeas e de uma produção que começa a mostrar seus primeiros frutos, ainda não tem apresentado resultados significativos, por isso acreditamos, ser mais coerente acentuarmos que na área em estudo, não visualizamos “a luz do desenvolvimento”, mas tão somente um “lampejo de modernidade”.

Como salienta Elias (2006, p. 62), “as cidades do agronegócio agrícola moderno tem-se desenvolvido atreladas as atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão, em grande parte, de forma globalizada”.

Relacionando essa análise com aquilo que se opera em Sousa-PB, destacamos que esta cidade não pode receber (pelo menos por enquanto) o título de cidade do agronegócio. Embora a região possua um bom aparato científico através do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, que possui além do Curso Técnico em Agropecuária, o

Mestrado em Agroecologia e do Curso Superior em Agronomia promovido pela Universidade Federal de Campina Grande, na vizinha cidade de Pombal-PB, que mostram os investimentos do Governo Federal na área técnico-científica, contudo, não visualizamos a formação, ainda, de um ponto luminoso ou um foco de modernidade porque as atividades subsidiárias ou agregadas ao setor agropecuário ou ao agronegócio que se desenvolve em seu território inexistem ou, quando existem, não exercem grande representatividade na economia da cidade, como estabelecimentos comerciais para venda de insumos e implementos agrícolas (figura 26), indústrias processadoras, redes de frigoríficos, entre outras.

Figura 26 – Estabelecimentos comerciais para venda de insumos e implementos agrícolas.



Fonte: LIMA, F. V., 2012.

Assim como acontece com uma infinidade de cidades situadas no interior nordestino, o comércio tem sido à base de sua economia ao lado do repasse de salários, aposentadorias e pensões pagas pelos órgãos públicos aos seus munícipes. Ou seja, o setor agrícola vinculado ao PIVAS, ainda emprega um contingente de pessoas relativamente pequeno e isso tem sido agravado devido aos inúmeros problemas que o projeto vem



apresentando, como retardamento no processo de estruturação da área destinada aos camponeses, permitindo a produção por parte daquela classe e indícios de fraudes nas licitações beneficiando apenas a uma minoria de empresas de fora, que exploram as terras e a mão-de-obra local, pouco revertendo para a economia da cidade.

Os espaços luminosos provenientes da territorialização do capital promovem profundos impactos socioespaciais, com implicações tanto no campo como nas cidades. Além do desemprego e do êxodo rural que promovem o inchaço urbano, a agricultura tecnocientificizada produz uma nova dinamiza no setor terciário, a partir das exigências geradas por uma maior demanda por mão-de-obra especializada, insumos e maquinário agrícola, etc. Além de ser a cidade o lugar onde se dá a regulação, a gestão e a normatização das atividades, onde se instalam as sedes das empresas agropecuárias, os laboratórios de pesquisas, as empresas de marketing, as empresas distribuidoras e outras atreladas ao agronegócio.

São estes espaços, desse modo, aqueles onde melhor se materializam os territórios da exclusão. Diga-se, uma exclusão não mais provocada por fatores naturais, que priva o homem de produzir em sua terra, pela falta de água ou de bons solos, mas uma exclusão comandada pelo capital, que ao se territorializar em determinado espaço, expropria e exclui a grande maioria das populações dessas áreas que, desprovidas de conhecimento ou de capital, não tem condições de continuar no campo.

Diante dessas considerações, que enfocam o novo dinamismo concentrado sobre a cidade de Sousa-PB, há quem diga que esta seria uma nova área atrativa ao capital agrícola no Nordeste. Porém, é importante que essa realidade seja analisada com reservas, haja vista que a tecnificação do território, aliada a uma ampliação de outros setores econômicos ligados a agropecuária é, no mínimo, discreta e concentrada, com frutos ou resultados ainda não sentidos pela economia da cidade e pela população que sobrevive dessa atividade ou do comércio a ela vinculada.

### **3 A RESISTÊNCIA CAMPONESA E A TENTATIVA DE MANUTENÇÃO DE SUA IDENTIDADE EM MEIO À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PROMOVIDA PELO AGRONEGÓCIO NAS VÁRZEAS DE SOUSA-PB**

“[...] uma terra fértil e generosa que poderia sê-lo para sempre se não fosse as negações do homem para com o homem, o que deveria ser e não é” (CARVALHO, 1986, p. 26).

Como abordamos nos capítulos anteriores, as inúmeras transformações que historicamente ocorreram no Nordeste e possibilitaram a formação de espaços agrícolas inseridos nos circuitos produtivos da agropecuária globalizada, são reflexos de um processo contínuo de seletividade, modernização e reestruturação do espaço rural.

Esse processo tem sido possibilitado graças às condições naturais favoráveis, aliadas aos investimentos públicos e privados que têm equipado o território, dotando-o de um aparato científico e tecnológico capaz de vitalizar e transformar lugares, antes considerados improdutivos, em novos *lôcus* de oportunidades. Isso tem sido engendrado para a atuação de grandes grupos empresariais dispostos a se instalarem na região e investirem com vistas ao seu desenvolvimento.

Contudo, tomando como base os exemplos já analisados em diversas áreas do Nordeste, constatou-se que os resultados do processo de modernização nem sempre são positivos, já que promove o desfavorecimento e conseqüente processo de enfraquecimento/desaparecimento da agricultura camponesa. Em contrapartida, tem-se assistido a uma luta constante dos camponeses que buscam espaços no território ocupado pela atividade empresarial.

Como destacaremos nesse capítulo, a luta camponesa contra a expansão do agronegócio na área em que se assenta o Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, tem como foco a valorização e manutenção da autonomia e da identidade dos camponeses, possibilitando aos sujeitos sociais em questão, a busca de sua autoafirmação e sua atuação como protagonistas e não apenas como meros espectadores ou coadjuvantes no processo que norteia a formação daquele perímetro irrigado.

### **3.1 Entre lutas, promessas e contradições - Assim surge um novo camponês, assim surge um novo sonhador...**

Para se falar nos camponeses das Várzeas de Sousa e nas relações que esses atores desenvolvem no processo de reestruturação produtiva daquele espaço, é necessário, inicialmente, uma abordagem sobre as condições em que se encontra essa classe enquanto categoria de análise para a geografia agrária.

Durante décadas, havia no âmbito das ciências que trabalham as questões rurais, uma indissociabilidade entre os atores que atuam no campo. O campesinato era usado genericamente para se referir a todas as atividades desenvolvidas no meio rural, envolvendo todas as pessoas – proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes. Ou seja, elevava-se a mesma categoria camponeses, pequenos produtores e agricultores familiares.

Essa visão que tratava o camponês como generalização fora rebatida por Shanin (2005), que ao analisar os estudos traçados sobre as sociedades camponesas européias, elaborados por autores a exemplo de Redfield e Fei, constatou haver um sentimento equivocado, porém, ampla e indiscutivelmente difundido, por muito tempo, entre a maioria daqueles que estudam o camponês de modo sistemático e comparativo. Mesmo com tal compreensão, assevera que “tais intuições não devem ser menosprezadas, pois refletem muitas vezes um conhecimento tácito, enraizado na experiência. Entretanto, podem igualmente representar uma visão profissional distorcida de ‘camponesólogos’.” (SHANIN, *op. cit.* p. 2).

Como salienta Muniz (2006), a partir da década de 1970, período que inaugura o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, há uma tentativa de dar uma nova roupagem a agricultura camponesa. O termo camponês passa a ser substituído por outras categorias capazes de melhor definir o campesinato dentro do modo capitalista de produção. Assim no dizer da autora:

Como sabemos, na década de 1970, diante da nova realidade criada a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, o conceito de pequena produção passou a ser usado como alternativa ao de camponês e notadamente, na década de 1990, foi o conceito de agricultura familiar que passou a substituir o de camponês. Entretanto, essa busca por novas formas de expressar o termo camponês não se deu por acaso, mas na medida em que se buscava a compreensão do campesinato no interior das relações capitalistas no campo, porquanto um grande número de produtores familiares passava a utilizar de forma crescente recursos técnicos e a se integrar cada vez mais ao mercado (MUNIZ, *op. cit.*, p. 267).

A diferenciação<sup>57</sup> do ponto de vista conceitual, encontra respaldo na análise quanto a maior ou menor inserção/integração dos camponeses e dos agricultores familiares à economia de mercado. Bombardi (2003), em artigo que trata sobre o papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar, analisa as teorias de importantes expoentes do assunto, como Lamarche e Abramovay. Segundo ela, a classificação de camponês ou agricultor familiar segundo o seu grau de integração ao mercado é imprecisa e não contempla a essência enraizada em cada um dos tipos de atores analisados.

A exploração camponesa é familiar [...] mas nem todas as explorações familiares são camponesas [...]. O leitor atento terá percebido que nossa reflexão acerca da exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração na economia de mercado. É claro que concebemos esta integração em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico, quanto no plano sócio-cultural (LAMARCHE, *apud* BOMBARDI, 2003, p. 119).

Esses diferentes aspectos a respeito da integração ao mercado são percebidos na teoria de Abramovay e, do mesmo modo, tratados por Muniz (2006), que assim relata:

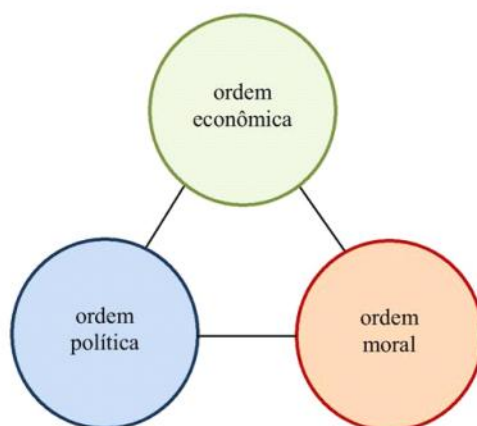
Para Abramovay (1992), enquanto o campesinato apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o agricultor familiar moderno representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado e ao desenvolvimento capitalista. O autor salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea da produção familiar. (MUNIZ, *op. cit.*, p. 268).

Ao rejeitar a classificação proposta pelos referidos autores, Bombardi acolhe os posicionamentos de Shanin, Martins e Oliveira, que buscam entender o camponês inserido no modo capitalista de produção, o que nos faz conceber o campesinato enquanto classe social. Para isso, toma por base três aspectos elementares na compreensão do ser camponês (figura 27): o primeiro deles, diz respeito ao *plano econômico*, já que o campesinato deve ser entendido como uma classe social pertencente ao modo de produção capitalista e que por ele é continuamente reproduzida; o segundo se refere ao *plano político*, vislumbrado a partir da luta camponesa por uma reforma agrária capaz de lhes garantir melhor condições de sobrevivência

<sup>57</sup> Em importante trabalho intitulado de “Diferenciação socioeconômica do campesinato”, Delma Pessanha Neves aborda a variação/desigualdade socioeconômica existente no campesinato, categorizando os produtores agrícolas em emburguesados ou capitalistas, e proletários ou semi-proletários, ou seja, de acordo com o acesso ou não dos produtores aos meios de produção. Além dessa classificação, a autora elucida a existência de outro tipo de diferenciação – não assumida explicitamente -, de comportamentos ou racionalidades dos vários estratos de camponeses: “Os ricos sempre perseguem a acumulação econômica e a ampliação do poder político. Os médios sempre tentam reordenar suas unidades de produção visando se adequar às novas forças sociais impostas. Os pobres são sempre impotentes às novas alternativas, só lhe restando o caminho da proletarização” (NEVES, 1985, p. 229).

(terra e na nossa concepção, também água e condições de produtividade) e, com isso o controle de seu processo de reprodução; e o terceiro, diz respeito ao *plano moral*, ao qual ela denomina de ordem moral camponesa. Este terceiro aspecto, salienta a autora, se associa a construção de uma sociedade onde seus membros façam parte de um todo e, este todo esta intrinsecamente ligado pelas mútuas relações desenvolvidas no seio dessa sociedade.

Figura 27 – Aspectos elementares na compreensão do ser camponês, embasado nas ideias de Bombardi.



Fonte: Elaborado por LIMA, F. V., 2012.

Nesse âmbito, esclarecedor é o comentário feito por Medeiros (2006) à obra de Bombardi, reforçando suas ideias acerca da diferenciação dos camponeses enquanto classe pertencente ao modo de produção capitalista.

Segundo Bombardi (2003) o conceito de camponês está relacionado com o modo de vida do agricultor, seus valores culturais e morais norteiam seu comportamento e o diferenciam frente a visão de mundo que o capitalista tem da realidade moderna. Por isso a conceituação de camponês deve ser embasada nos processos das relações sociais como um todo, no âmbito econômico, político e na ordem moral camponesa. Nesse sentido, os camponeses são guiados por uma lógica que se inscreve no plano moral, assentada no direito das pessoas, e não das coisas, onde cada indivíduo faz parte de um todo, estabelecendo uma relação de co-responsabilidade entre todos os membros, mesmo vinculados ao mercado como sempre estiveram, pois sabe-se que a produção camponesa não se dá de forma isolada (MEDEIROS, *op. cit.*, p. 12).

Por outro lado, ao se conceber o campesinato enquanto classe social que existe e se reproduz no interior do capitalismo (OLIVEIRA, 2001), não devemos afirmar que essa classe existe autonomamente e sem sujeitar-se a esse sistema. Afinal “o capital comanda o território e o trabalho torna-se, ainda mais, subordinado” (SILVEIRA, 2005, p. 156). As

novas exigências quanto às formas de produzir, ou quanto à exploração do trabalho camponês, que em muitos casos, é representada pela venda de seus produtos por um preço abaixo daquilo que é praticado no mercado, e inferior aos gastos que ele teve, são exemplos desse inequívoco processo de subordinação.

O campesinato, mesmo em meio as pressões avassaladoras do capitalismo que norteia as relações de produção e transforma os espaços e seus agentes, tem se recriado. Isso é demonstrado por vários estudos, em diferentes contextos sociais e embora alguns não vislumbrem um futuro próspero para essa classe, a exemplo de Elias (2006, p. 56) que vê “um cenário pouco promissor para o camponês com saberes e fazeres históricos e empiricamente construídos mas sem o domínio do conhecimento técnico-científico” e de Muniz (2006, p. 282), que caminha na mesma linha ao considerar que “ante tal cenário, vislumbramos uma névoa em torno do futuro do trabalhador dotado de experiência e conhecimento empírico mas sem o domínio técnico”, não vemos no horizonte, pelo menos por enquanto, o desaparecimento da classe camponesa.

No tocante a essas constatações, em sua obra “o Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, publicada em 1899, Lênin já acreditava no desaparecimento do campesinato e na transformação dos camponeses em empresários rurais. Ao tratar da desintegração do campesinato em face das mudanças decorrentes da penetração capitalista no campo, atingindo as classes sociais rurais, Lênin afirmou que “o campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que contribuem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista” (LÊNIN *apud* ALVES e SILVEIRA, 2006, p. 7). Embora não se possa negar que haveriam profundas transformações decorrentes da penetração do capitalismo no campo, é imperioso destacar que essa categoria de agricultor ainda hoje sobrevive através de adequações a exigências de um mundo cada vez mais globalizado, que reordena o território, rompe antigas relações de trabalho e de produção e condiciona a formação de novos tipos de população rural.

A visão leninista que apregoava que o campesinato deixaria de existir esta sendo desmitificada, na atualidade. Pelo que percebemos, não se trata do fim do campesinato frente a expansão do capital e do meio técnico-científico, mas da recriação do camponês a partir de um redirecionamento de seu saber-fazer, agora vinculado a novas exigências da modernidade. Contudo, é notório o lado perverso desse processo consubstanciado na submissão dessa classe ao domínio do capital e das tecnologias sobre a produção.

Para Silva (1982), a adoção de pacotes tecnológicos é a principal causa de transformação da pequena produção, tanto em nível interno quanto em nível de suas relações com a sociedade capitalista, que finda na recriação do campesinato na condição de um “novo camponês”, do “trabalhador para o capital”, o qual, apesar de possuir a terra, submete-se ao capital por este possuir o controle do processo de produção (MUNIZ, *op. cit.*, p. 271-2).

Os camponeses continuam a se reproduzir dentro do próprio sistema capitalista, pois a existência do campesinato deve-se ao próprio capitalismo, ou seja, o campesinato seria uma criação das relações contraditórias do capitalismo “[...] que, ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade” de reprodução e existência do campesinato (OLIVEIRA, 1991, p. 50 *apud* FABRINI, 2002, p. 81).

Esse mesmo posicionamento é encontrado nas palavras de Shanin (2005), ao considerar que:

[...] sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente exploradas por Kautsky (SHANIN, *op. cit.*, p. 9).

É importante frisar com base no entendimento de Santos e Silveira (2008, p. 253), que “a dinâmica globalizante não apaga restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações características do novo tempo. [...]” Ou seja, as formas tradicionais camponesas se metamorfoseiam, readaptam-se as novas exigências globais, sem perder, contudo, sua essência. Isso porque, se a homogeneização resultante desse processo de mudanças imperasse, as unidades familiares seriam conduzidas a um destino comum, com perda de sua história e de seus valores.

A manutenção da identidade camponesa é fruto da resistência<sup>58</sup> ao avanço do moderno sobre o tradicional, apresentando-se como um movimento de classe que luta contra um estado de dominação secular e esse processo marca a passagem de uma identidade de resistência a uma identidade de projeto<sup>59</sup>.

<sup>58</sup> Como nos afirma Scott (2002, p. 30), “o objetivo, afinal, da grande expressão da resistência camponesa não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele.”

<sup>59</sup> Ao definir a identidade como a fonte de significação e experiência de um povo, Castells *apud* Machado (2009, p. 07), propõe três formas e origens de construção da identidade: “*Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade a fim de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos; *Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo material cultural ao seu

Por outro lado, a diversidade camponesa explorada pelos autores elencados nos permite ver que a recriação do campesinato tem se dado do ponto de vista teórico e prático, e talvez, por tal processo não ser pautado apenas em conjecturas, tem alimentado a força motriz que dá substrato ao processo de reprodução identitária e a diversidade do campesinato nos diferentes lugares.

Farias (2010), se utiliza das palavras de Wolf para mostrar que não existe um modelo de camponês ou padrões ideais de sociedades camponesas, e que eles lutam, se reproduzem, enfim, persistem em existir na sociedade global. Assim, a partir da leitura do renomado estudioso, conclui que esse sujeito possui particularidades na sua organização, que são variáveis de uma sociedade para outra, o que torna impossível o estabelecimento de regras genéricas para a definição do “ser” camponês.

Mesmo em meio a esse processo de recriação do campesinato com o surgimento de uma pluralidade de conceitos e de padrões teóricos explicativos, é importante destacar que:

Nenhum conceito deve ser revogado simplesmente por representar apenas alguns aspectos da realidade. Todo conceito é simplesmente seletivo e, portanto, tem limitações e obscuridades necessárias. Exigir demasiado de nossos conceitos significa dualizar a análise: de um lado, os fatos totalmente empíricos e, de outro, as construções totalmente teóricas e, portanto, absolutas. Ambos têm pouca utilidade (SHANIN, 2005, p. 17).

As (re)conceituações e desconceituações, nos parece, serão feitas indefinidamente, em face do poder de metamorfose do capital, que carrega consigo a mudança nas relações de produção, de seus atores e das teorias que tentam explicar a reconfiguração do território. Isso pode ser notado pelo surgimento de novas modalidades camponesas em diversos lugares, a exemplo daquilo que ocorre no processo de formação do PIVAS, que tem reorientado a dinâmica produtiva na área e interferido nas relações e no modo de vida dessa classe.

Como veremos no tópico a seguir, a espacialização do capital faz surgir novos territórios, redefinindo/remodelando a figura do ser camponês, corroborando com a teoria trabalhada por Farias (2010, p. 92), ou seja, na formação de um novo tipo de camponês no sertão da Paraíba: “o camponês irrigante das Várzeas de Sousa.”

### **3.2 PIVAS – A territorialização do agronegócio e a luta camponesa para a construção do “Território de Esperança”**

---

alcance, constroem uma nova identidade capaz de definir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.”



As bases materiais e ideológicas em que se desenvolve a agricultura na atualidade refletem as mudanças que requalificam e redefinem o mundo rural e constituem, também, importantes mecanismos de se pensar a realidade do nosso país. Nesse sentido, compreender como a reestruturação produtiva, pautada no avanço do capital, tem implicações no processo de apropriação e de territorialização do espaço, permite entender as dinâmicas espaciais e as estratégias de sobrevivência dos camponeses frente a esse novo tempo.

Os grandes projetos de desenvolvimento rural continuam a reproduzir a lógica capitalista de concentração de capital nos novos espaços da produção, bem como no diferente acesso das classes rurais a terra e o conseqüente processo de expropriação e submissão ou expulsão dos atores rurais, cujos espaços têm seus territórios promovidos por uma reestruturação paradoxalmente benéfica e excludente ao mesmo tempo.

A manutenção das condições de dominação é algo que ainda se perpetua no tempo e no espaço. O velho discurso pregado como forma de manutenção das condições favoráveis a sobrevivência e perpetuação dos poderes de uma tradicional elite agrária, se reelabora a fim de se adequar a uma nova forma de dominação do espaço, pautada na territorialização do agronegócio.

A sistematização acerca do conceito de território, no âmbito geográfico, passou a ser desenvolvida pelo alemão Friedrich Ratzel, no final do século XIX. Forjado em meio à circunstâncias históricas da época (nacionalismo das potências européias), a conceituação de território pautava-se numa forma de apropriação de determinado espaço pelo Estado, que seria seu mentor e o regulador de suas atividades econômicas e da ordem social. Contudo, a abordagem ratzeliana acerca do território atrelava-se a um fator regulador, de ordem natural, que viabilizaria ou limitaria o domínio territorial do Estado e o progresso de uma sociedade de acordo com as condições naturais. Como analisa Moreira e Targino (2007, p. 74), “essa concepção clássica de território acha-se relacionada à idéia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder, caracterizando-se, dessa forma, como um conceito político.”

Em acepções modernas, pautadas nas transformações econômicas, políticas e sociais que se processam em escala mundial, o território tem assumido uma gama variada de conotações expressas através da *concepção cultural(ista)*, que associa a apropriação do território (entendido como espaço vivido) à uma dimensão simbólica/ subjetiva do espaço, ou seja, do território enquanto “lugar”; da *concepção econômica*, que trata o território como fonte de recurso econômico e enquanto espaço onde se operam o embate entre classes sociais e a relação entre capital-trabalho; e, da *concepção jurídico-política*, que focaliza o território

“a partir de sua natureza política vinculada as concepções de Estado e fronteira” (HAESBAERT, 1997, p. 33). Essa última concepção é, portanto, aquela que trata o território enquanto base física determinada, em que se estrutura uma nação politicamente organizada que é dirigida por governo próprio, regida por normas internas e reconhecida internacionalmente.

Essa concepção jurídico-política que trata da relação que o Estado, enquanto poder político, exerce sobre determinado espaço, é também tratada por Raffestin (1993), que concebe o Estado como sendo uma entidade política e o território uma unidade geográfica produzida pela ação humana coletiva através de um conjunto de relações sociais, econômicas, culturais e de poder que se materializam no território, dando-lhe forma e unidade.

Oliveira *apud* Moreira e Targino (2007), por sua vez, considera o território enquanto espaço transformado pelo trabalho, ou seja, fruto de uma produção humana e palco onde se desenrola a luta de classes ou de frações de classes sociais. Assim, para aquele autor, o território constitui-se como um:

produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *príus* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (...) a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. (...) Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, *apud* MOREIRA e TARGINO, *op. cit.*, p. 75).

As diferentes abordagens acerca do conceito de território apresentam elos de complementaridade, o que torna possível explorá-lo sob o caráter de sua “multifuncionalidade conceitual” (HAESBAERT, *op. cit.*), ou de sua “multidimensionalidade” (FERNANDES, 2009)<sup>60</sup>. Contudo, em nosso objeto de estudo, consideramos que a aceção que trata das relações de poder e de dominação que se realizam no espaço é a mais precisa para definir a multiterritorialidade que tem se produzido a partir da reestruturação de diversos locais, a exemplo do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa-PB.

<sup>60</sup> Fernandes (2009), no artigo “Sobre a tipologia de territórios”, promove uma tipologia ao estabelecer uma leitura da diversidade territorial que produz a multiterritorialidade. Essa leitura tem como estrutura a produção espacial e territorial por meio das relações sociais, promovidas pelas classes em permanente conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade. Nesse sentido, para o referido autor, o território pode ser classificado como primeiro, segundo ou terceiro território e território imaterial.

Contudo, temos observado no processo de formação do PIVAS, que o Estado tem atuado em favorecimento da classe dominante, fomentando, financiando e até mesmo gerenciando o referido projeto e, do mesmo modo, contrariando os discursos de redução da desigualdade social e de acesso aos meios de sobrevivência por parte da classe camponesa. Nesse sentido, tal como apontado por Scott (2002, p. 11), “em grande medida, pode-se dizer que a historiografia da luta de classes tem sido sistematicamente distorcida em favor de uma posição centrada do Estado.”

Do mesmo modo, observa Lima (2009, p. 28) que:

[...] o Estado é um aliado da classe dominante. A classe dominante, por sua vez, exerce pressão política e econômica sobre o Estado visando não só o atendimento de suas necessidades como também a legitimação de ações que se dão em detrimento das classes menos favorecidas. Neste sentido, o Estado atua de forma contraditória. Isto porque utiliza um discurso voltado para atendimento das necessidades da população, mas, concretamente, alia-se e subordina-se a uma única classe, que é a que detém o poder político e econômico.

A territorialização do capital, como já foi abordada no capítulo anterior, vem promovendo mudanças socioeconômicas significativas na área em que se assenta o Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa. Atuando como maestro na estruturação do projeto, o Estado por meio da inserção de atividades agrícolas de conotações empresariais, promoveu não apenas o desenvolvimento de uma nova dinâmica produtiva, mas o surgimento de uma territorialização marcada pela subtração do espaço camponês pelo agronegócio (FARIAS, 2010), e pela luta dos expropriados da terra pela construção de um território capaz de garantir-lhes a uma vida digna, um futuro estável e a consequente manutenção de suas raízes e de sua identidade.

As Várzeas de Sousa constituem um território que apresenta duas vertentes ideológicas antagônicas: a do empresariado rural, representantes do setor do agronegócio e donos de empresas que se instalam na área, sedentas por uma produção em escala comercial e pela busca da lucratividade; e, a camponesa, idealizada por centenas de famílias, expropriadas e expulsas de suas terras, que hoje tentam sua sorte, reivindicando sua participação no projeto.

Nesse “reino de lutas” (SCOTT, *op. cit.*), ou nesse campo de batalha pela terra, revela-se a contraposição de ideologias na formação de territorialidades, evidenciadas pela divergência nas ações entre a materialização do capital e a busca pela conquista da cidadania pelos camponeses. Como assevera Fernandes (2009, p. 7):

As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução

socioterritorial. [...] âmbito da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia.

As transformações que se operam na área, decorrentes da implantação de um novo modelo agrícola, têm provocado uma resignificação, não apenas das relações de produção, mas no dizer de Habermas, *apud* Brito (2007, p. 144) no “Mundo da Vida”, ou seja, na atividade cotidiana dos camponeses que lutam para resistir a lógica capitalista que permeia o campo na atualidade.

O (re)conhecimento de seus direitos e de seu poder de transformação da realidade em que vivem, tem levado os camponeses “a refletirem sobre as condições de exclusão e a necessidade de lutar contra ela pela via da organização, solidariedade e da mudança das formas de produção [...]” (GHIZELINI, 2007, p. 80). Assim, a resistência à dominação, em muitos casos, tem sido manifestada por meio de organizações que, através de ações coletivas, lutam pela libertação dos atores sociais e contra o funcionamento da economia dominada pelo lucro e pela vontade política de dominação.

As manifestações promovidas pelos camponeses tem se expressado pela busca da construção de um “Território de Esperança”. Essa expressão vem sendo difundida por Moreira e Targino (2007), para se referir ao território conquistado pela luta camponesa. O “território de esperança” representa a materialização do desejo dos camponeses em conquistar seu torrão e se opõe diametralmente ao “território de exploração/exclusão”, que é forjado a partir do surgimento de novas dinâmicas econômicas na região e que, geralmente, tem incidido na desterritorialização e exclusão da classe camponesa.

O “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” gestado no semi-árido, desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos “coronéis. [...]” (MOREIRA e TARGINO, *op. cit.*, p. 76).

A luta pela construção de um “território de esperança” nas várzeas de Sousa-PB teve início no ano de 2004. Embora o Canal da Redenção tenha sido finalizado em 1998, as

etapas de desapropriação, de realização de obras de infraestrutura, de seleção dos irrigantes e de licitação dos lotes empresariais, só tiveram fim em 2006.

Ainda em 2004, expropriadas das terras que dariam lugar ao projeto e não contempladas na seleção realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca - SEDAP, que concedeu lotes a 178 agricultores e a outorga para produzirem nos moldes de pequenos produtores (colonos irrigantes), centenas de famílias apoiadas pelos movimentos sociais do campo, se instalaram as margens da BR-230, no setor sul do projeto, cuja área seria mais tarde, no ano de 2006, licitada as empresas dispostas a investirem na produção empresarial.

As pressões que se sucederam inicialmente sobre os ocupantes do acampamento e, posteriormente, as promessas de inserção dos camponeses no projeto, marcam o histórico de lutas dessa classe e evidenciam, ao mesmo tempo, o descaso e a falta de vontade política do poder público, nesses últimos 8 (oito) anos, em por fim a conflitualidade que ainda flameja na área.

Os governos que se sucederam no poder da Paraíba, conforme levantamentos já indicados neste trabalho, promoveram gastos exorbitantes e não foram efetivos no sentido de resolver a questão camponesa no PIVAS. O que se percebeu, em particular nos anos eleitorais, foi o uso de discursos dissimulados por parte da classe política para ganhar tempo e cansar os camponeses. Ao nosso ver, isso ficou constatado quando a partir de uma série de promessas feitas pelo governo para retirar os camponeses do setor sul do projeto (lotes empresariais), foi-lhes prometido uma área com mais de 1.000 ha, localizada no setor norte, para a construção de um assentamento para as famílias camponesas e a sua posterior estruturação, transformando-a em perímetro irrigado.

Quando finalmente em 2007 o governo do estado resolveu colocar em funcionamento o PIVAS, vendendo os lotes empresariais do setor sul que estavam ocupados pelos camponeses sem terra, o governo do estado usa como tática para a desocupação dos lotes empresariais a promessa de inseri-los ou reterritorializá-los no projeto. Porém, exigiu a desapropriação imediata das terras do setor sul, sugerindo a ocupação do lado oposto da BR-230 (sentido leste/oeste – João Pessoa – Sousa) no setor norte. Os trabalhadores então deveriam aguardar o processo de posse nas terras no PIVAS no setor norte (LIMA, 2009, p. 93).

Nessa época, Francinete Longuinho de Sousa (Neta), uma das ex-lideranças do acampamento, destacou que a mudança da posição geográfica do mesmo (que se encontrava do lado direito da BR-230, no sentido Sousa-Aparecida, e foi transferido para o lado esquerdo), se deu em meio a promessas do INCRA, representado, naquele momento, por seu

superintendente Frei Anastácio. Ludibriados com a promessa que teriam parte da área do perímetro cedida aos acampados, para alocar um total de 141 famílias e a posterior posse da terra legalizada, os agricultores foram motivados a transferirem o acampamento para o outro lado da rodovia. Interessante destacar que enquanto os trabalhadores estavam ocupando a dita área empresarial, esta não era dita pelos representantes como tal. Como atestam Lima, Amorim e Thomaz Jr. (2008, p. 4),

o sentido de não dizer para os trabalhadores acampados que este era um território já prometido para os empresários, por tratar-se de um dos melhores solos agricultáveis do Estado da Paraíba, era eminentemente manter a ilusão de que os trabalhadores possivelmente conquistariam aquele território num futuro próximo.

Ao relatar que o conflito nas Várzeas de Sousa é tendencioso, já que visa a defesa de grupos que dominam territorialmente a área do projeto, Lima, Amorim e Thomaz Jr. (*op. cit.*), enfatizam que o Estado, representado pela figura do INCRA defende e está a serviço dos grandes empresários que se instalaram sobre a área<sup>61</sup>.

Quando o Frei Anastácio (Superintendente do INCRA) chegou aqui que viu ainda duas barracas nas terras empresariais nos disse o seguinte: Criatura você ainda está com esses barracos do outro lado? Peça logo aquele povo pra sair, porque o projeto do (DOT) Documento Oficial da Terra está dependendo disso pra ser realizado. É questão de dias pra começar o trabalho das casas de vocês. Mas, isso ele não disse aqui conosco, gritou de dentro do carro, nem se quer entrou no acampamento. Então fiquei *aperriada* e pedi para o povo se mudar imediatamente, mas até hoje nada foi feito em nosso benefício. A gente vem tendo muitos problemas com essa empresa de Sementes Santana. Foi o dono dessa empresa que comprou uma boa parte da área das Várzeas de Sousa. Esses empresários querem as terras de Sousa. Eles querem por causa da água e terra que são boas, e porque eles aqui têm um plantio de melancia (Entrevistas digitais, Trabalho de Campo, LIMA, AMORIM e THOMAZ JR., *op. cit.* p. 04).

O atual presidente do assentamento Nova Vida I denuncia a tentativa de desarticulação do movimento da CPT-Sertão, feita pelo Superintendente do INCRA através da inclusão de mais famílias nas várzeas. Assim, nas palavras de “Artur”:

Os próprios órgãos do governo (INCRA) com o Frei Anastácio, tentaram desarticular o movimento da CPT inchando-o através da inclusão de mais famílias nas várzeas. Só eram 141 famílias e quando ocorreu a ocupação da sede da CPT, por novos camponeses que reivindicavam terras, foi feito um acordo para que os ocupantes fossem pras várzeas onde já estavam as 141 famílias. Tinha gente de São Gonçalo e de outros lugares. Corria-se o risco de pessoas que já estavam no lote das várzeas, há 5 anos, perder a vaga no projeto pra essas novas pessoas. Aí foi feito um

<sup>61</sup> Cf. salientam os autores, a citação abaixo constitui um trecho da entrevista feita com uma camponesa do acampamento, que teve seu nome resguardado em virtude de, na época, a área ocupada pelos trabalhadores sem terra se encontrar em litígio.

cadastroamento pra ver quem eram esses invasores. (Entrevista com Manoel Gouveia Lima – “Artur”, coordenador do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12).

Resolvida essa questão, depois de alguns meses ocupando as terras do setor norte do projeto, os camponeses ainda aguardavam uma solução para o impasse quanto ao seu estabelecimento, em definitivo, naquela área do projeto.

Após diversas reuniões entre os representantes do INCRA, do Ministério da Integração Nacional, do Governo do Estado da Paraíba e sua respectiva Secretaria do Estado de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca e dos representantes do assentamento, da CPT-Sertão e do MST, onde se discutiu a legalização do repasse das terras ocupadas ao INCRA, é que se chegou a um acordo. Através da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, ficou estabelecido a cessão pelo Estado da Paraíba ao INCRA do uso de uma área de 1.007 hectares para fins de promover a reforma agrária nas várzeas de Sousa e assentar os camponeses.

Contudo, para a assinatura do referido TAC, o MIN exigiu do INCRA um projeto técnico de uso e exploração das terras destinadas aos assentados, o cronograma das etapas de trabalho visando a estruturação da área e um termo se responsabilizando pelo cumprimento da legislação de irrigação (pagamento das tarifas de água) e ambiental. Portanto, foi exigido do INCRA garantias quanto às formas de ocupação e uso da área, planos de ação e estratégias para a sua estruturação e penalidades a serem aplicadas nos casos de descumprimento das normas estabelecidas.

A demora no consenso entre as partes envolvidas, objetivando solucionar o deslinde sobre a área, fez com que os camponeses passassem a se mobilizar, através de manifestações, numa tentativa de mostrar a opinião pública o descaso do governo para com sua causa.

No dia 08 de junho de 2008, dezenas de famílias do MST ocuparam a área dos lotes empresariais, com a justificativa de que o governo estadual estaria alterando o projeto original, pois segundo Neto Barbosa, responsável pelo setor de comunicação do MST “esse projeto que deveria ser destinado aos pequenos agricultores da região, esta se mostrando mais um projeto ligado às grandes empresas a que o Estado oferece varias concessões.” (BARBOSA, 2008, p. 1).

A ausência de ações do governo, evidenciadas através dos relatos acima expostos, enfatizam um nítido preterimento do governo estadual ao

campesinato, já que seus esforços dentro do PIVAS são canalizados diretamente ao funcionamento dos lotes empresariais. Assim, essa postura que refreia as atenções e investimentos voltados à resolução dos problemas da classe camponesa, tem gerado um sentimento de grande insatisfação no grupo, que passa a resistir através de suas manifestações como passeatas, ocupações de terra e de prédios públicos e interdição de rodovias.

Ao conceber as ocupações de terra como uma afronta ao agronegócio, que vê seu território como algo sagrado e que não pode ser violado, Fernandes (2004), enfatiza que as ocupações de terra,

Ferem profundamente esta lógica e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização desta prática de luta popular. O controle do território e das formas de acesso à terra é objetivo da mercantilização da reforma agrária. Não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista (FERNANDES, *op. cit.*, p. 4-5).

Após a mudança de gestor no Governo da Paraíba, chegou-se a um acordo e, em novembro de 2009, a Assembléia Legislativa aprovou o projeto de Lei n.º 1.411/2009, que autorizou o Poder Executivo a conceder o direito real de uso ao INCRA das áreas referentes ao Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, assim como sua estruturação de modo a possibilitar, em pouco tempo, o repasse das terras aos agricultores assentados.

O futuro próximo, em que as promessas deveriam, sem maiores delongas, se materializar em ações concretas, não passou de falácia, pois embora os camponeses estejam no assentamento há cerca de 8 (oito) anos, a falta de infraestrutura na área (condições de habitação, acesso a água e ao saneamento básico, vias transitáveis etc.), tem causado cansaço e angústia nas famílias instaladas<sup>62</sup>. Isso contrasta com o novo nome dado ao primeiro acampamento criado: “Nova Vida I”. Esse acampamento (hoje assentamento), anteriormente conhecido como “Várzeas de Sousa”, teve seu nome substituído para manifestar a esperança

---

<sup>62</sup> De acordo com depoimentos dos camponeses, os problemas relacionados a falta de infraestrutura no assentamento e na área destinada a construção do perímetro irrigado tem prejudicado excessivamente sua condição de vida. A falta de água, tanto para o consumo humano e animal, como para irrigar as lavouras, soma-se a diversos outros problemas como a falta de moradias decentes, de estradas pavimentadas (já que o massapé dificulta o acesso aos lotes no período chuvoso), de esgotamento sanitário e da grande quantidade de animais peçonhentos como cobras, escorpiões, aranhas e lacraias. Contudo, parece que o principal entrave para o desenvolvimento do projeto reside na ausência ou inércia do poder público evidenciada, segundo Artur, pela “falta de vontade das autoridades das repartições públicas, que tem poder mas não tem moral para executar os serviços.” (Entrevista com Manoel Gouveia de Lima – “Artur”, coordenador do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12).



coletiva de conquistas nessa nova fase, após a mudança da posição do acampamento para o setor norte do PIVAS<sup>63</sup> (figura 28).

Figura 28 – Assentamento Nova Vida I



Fonte: LIMA, F. V., 2012.

Em meio à esperança se funde o sentimento de indignação e frustração pela precariedade nas condições de vida de muitas famílias assentadas. Isso pode ser notado nas palavras de Artur que, ao falar sobre o assunto, desabafou:

Nós espera, nós deseja que alguém faça alguma coisa pela comunidade, porque a gente tá todo mundo aqui, como se diz, jogado aí, sobrevivendo de nossos próprios punhos, de nosso trabalho. Qualquer repartição que chegasse e fizesse qualquer atividade pela gente, a gente só tinha a agradecer, porque pra gente, era pro INCRA resolver esse problema aqui, mas o INCRA diz que não tem dinheiro. O Estado repassou esses 1.007 ha pro INCRA pra resolver nosso problema e agora o problema não ta resolvido. Ele fez o loteamento, nós já estamos com os lotes divididos, mas não tem casa, não tem água, nem tem estrada. Como é que nós vamos sobreviver dentro de um lote sem ter nada? Aí bate um inverno aqui, pra nós sair daqui pra um lote, nós não temos acesso ao lote. (Entrevista com Manoel Gouveia de Lima – “Artur”, coordenador do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12).

<sup>63</sup> O número de famílias antes da transferência do acampamento para a área onde hoje se encontra os assentamentos rurais era de aproximadamente 200. Contudo, em virtude da transferência do acampamento, em 2007, o número assentado na nova área diminuiu para cerca de 100 famílias. Atualmente, na área que foi repassada ao INCRA para fins de reforma agrária, existem dois assentamentos: O Nova Vida I, com 93 famílias e o Nova Vida II, com 48. O referido órgão recebeu do Estado “a cessão do direito real de uso”, o que lhe permitiu regularizar as pendências na área, desmembrar os lotes e destinar recursos para a sua infraestrutura (o que não ocorreu ainda). As 141 famílias dos dois assentamentos receberam a concessão do direito de uso dos lotes, porém, enquanto investimentos não forem feitos na infraestrutura dos mesmos (vias de acesso, moradias, eletrificação e irrigação), não haverá possibilidade dos camponeses praticarem qualquer outro tipo de atividade que não seja a agricultura tradicional de sequeiro.

Quanto ao substantivo que designa o local onde os camponeses se instalam e territorializam suas ações, é importante destacar que há mudanças na forma de como os camponeses se percebem e vislumbram seu futuro, tendo em vista que no acampamento<sup>64</sup> (figura 29) o medo de serem jogados para fora da terra é constante, enquanto na constituição de um assentamento, a luta pela terra – muitas vezes, já garantida -, cede espaço à busca por melhores condições de produção e por uma vida digna.

Figura 29 – Formação do acampamento Emiliano Zapata



Fonte: LIMA, F. V., 2012.

Assim, no processo de ocupação do território, são acrescentados novos conteúdos ao termo assentamento (FABRINI, 2002), que passa a figurar como uma novidade espacial em que os camponeses, por meio de ações políticas, buscam não apenas a conquista da terra de trabalho, mas também a busca da liberdade, da afirmação de uma identidade e o reconhecimento dos seus direitos.

O assentamento é um espaço que expressa conteúdo histórico resultante de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde se materializam as relações sociais, no caso, relações camponesas. Neste espaço, os assentados constroem o território camponês verificado nas relações econômicas, políticas, sociais, etc. Então, cabe compreender como as relações se realizam no espaço e como se torna condição de manutenção e produção de novas ou antigas relações. (FABRINI, *op. cit.*, p. 82-3).

<sup>64</sup> “O acampamento surge como forma inicial de aproximação e socialização dos trabalhadores sem terra que se manifesta com maior intensidade no assentamento, pois a terra conquistada surge como base de nova socialização.” (FABRINI, 2002, p. 82).

Esse processo também é tratado por Heredia *apud* Lima (2009, p. 81), ao afirmar que “os assentamentos vêm possibilitando o acesso à propriedade da terra por parte de uma população historicamente excluída e que, embora mantendo algum tipo de inserção no mercado de trabalho, o fazia em condições bastante instáveis e precárias.”

A demora nas ações por parte do governo<sup>65</sup> parece denotar uma estratégia para desarticular os assentados – que estão debaixo de barracas ou de casas de taipa em posição de resistência –, através da burocracia estatal, do cansaço promovido por uma espera sem fim e da marginalização provocada pelas elites e pelos meios de divulgação de massa que, manipulados pelos grupos de pressão ao governo, incutem no imaginário popular uma visão preconceituosa e deturpada do campesinato. Adjetivado como arruaceiro e desestabilizador da ordem social vigente, o camponês poucas vezes é visto enquanto ator social, como alguém que luta pelos seus direitos de lavrar a terra, de se manter dignamente vivo e como sujeito que também pode contribuir para o desenvolvimento do país.

A despeito da importância da agricultura familiar camponesa, uma das estratégias dos governos neoliberais é a desarticulação dos movimentos sociais através da burocracia das negociações que impõe e tenta vencer pelo cansaço, pelo discurso que criminaliza e marginaliza o grupo dentro do imaginário social, o que faz a espera aumentar, causando desilusões e, por fim, a desistência da luta (FARIAS, 2010, p. 61).

Contudo, acreditamos que os camponeses parecem estar conscientes que o retardamento nas ações para a concretização do perímetro irrigado na área dos assentamentos, faz parte de um jogo de forças e que esperar é melhor que perder vários anos de suor e sangue derramado. Isso pode ser melhor expresso nas palavras do coordenador do Nova Vida I.

Ontem a gente tava vendo as fotos de uns colegas que começou com nós, já falecidos, companheiros de luta, que já foram coordenadores aqui no assentamento e aí a gente fica vendo 8 anos de luta desses aí, tem um passado, não pra todos, mas pra uns tem uma coisa marcante, aquela revolta, aquele sentimento de luta; cara que começou com uma bicicleta velha, empurrando lá em baixo, não tinha carroça de burro, era numa bicicleta, outros de pé com aquelas ‘tranqueiras’ na cabeça, é uma luta e hoje, graças a Deus, todo mundo já tem sua moto, tem seu carrinho, tem tudo, com muita dificuldade nós arrumamos. (Entrevista com Manoel Gouveia Lima – “Artur”, coordenador do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12).

---

<sup>65</sup> “Segundo relato dos camponeses de ambos os acampamentos e da CPT, a demora no processo tem como justificativa o fato de que o INCRA deve desenvolver um projeto para a realização das obras de infraestrutura, como estradas, drenagem, tomadas de água, instalação de hidrômetros etc. Esse projeto apresenta um investimento financeiro elevado e o INCRA não tem como arcar com todos os custos.” (LIMA, 2009, p. 93).

Os desafios fazem parte de um esforço coletivo e reiterado de busca pela materialização de um ideal<sup>66</sup>. Como nos afirma Scott (2002, p. 11), “para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, as formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível.”

A resistência dos sem terra na luta pelo acesso à terra manifesta-se nas diversas ações como, por exemplo, a de remontar a construção do acampamento, retomar a produção da lavoura e reorganizar o grupo para que, mesmo diante as desavenças, possam permanecer unidos e fortes na luta contra o grande latifúndio (LIMA, 2009, p. 86).

O que pudemos constatar, através de pesquisas *in loco*, é que o processo de instalação do perímetro na área dos assentados se arrasta no tempo e provoca incertezas e indagações quanto ao seu futuro. Afinal, que interesses escusos estariam por trás da incontestável inatividade do governo? Seria cansar o grupo de assentados e promover sua desistência do projeto, o que tornaria possível licitar aquela área a outras empresas interessadas em explorar o agronegócio?

O acirramento na disputa que envolve camponeses *versus* empresários agrícolas das Várzeas de Sousa, ganha mais um capítulo com as denúncias do uso de agrotóxicos por parte da empresa Santana Agroindustrial.

Desde 2010, a cada dia 08 de março, os camponeses têm promovido manifestações celebrando o Dia Internacional da Mulher, ao mesmo tempo em que denunciam os prejuízos decorrentes do uso de agrotóxicos no projeto Várzeas de Sousa.

A representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT-Sertão, Maria do “Socorro Ferreira” afirmou que vários laudos médicos comprovaram casos de intoxicação em mais de 20 (vinte) pessoas, que foram hospitalizadas por conta da exposição ao veneno usado nos lotes empresariais.

Nós ficamos sabendo que mais de 20 pessoas ficaram contaminadas na época que eles aplicaram o veneno. O pessoal se mobilizou, se organizou foi para o médico e

---

<sup>66</sup> A luta pela consolidação de uma ideologia camponesa ganha força nas várzeas de Sousa, com o estabelecimento de mais um espaço camponês. Trata-se do acampamento Emiliano Zapata, fundado em 2011. O referido acampamento assim como o Nova Vida II, pertencente ao MST e conta com cerca de 250 famílias que reivindicam do governo uma área de 450 ha situada entre os lotes 21, 22, 24 e 27 do PIVAS (que totalizam 910,11 ha), para fins de reforma agrária. Conforme pude perceber nas atividades de campo, o acampamento Emiliano Zapata ainda esta em formação e, recentemente, foi feito um cadastro dessas famílias, devido a necessidade do Estado em promover a análise quanto a origem e histórico das famílias acampadas. É oportuno destacar que a nova área reivindicada pelos camponeses esta em litígio e embargada junto à justiça estadual, de forma que as empresas que pretendem participar da licitação somente esperam a resolução do impasse judicial para a realização do processo seletivo e consequente início das operações por parte da empresa vencedora.

conseguimos os laudos e a gente tá lutando para que essa questão dos agrotóxicos seja suspensa, porque o pessoal vai ter problema de pele, de câncer e de outras doenças. (Entrevista concedida por Socorro Ferreira, representante da CPT-Sertão, a George Wágner, em 08/03/2010).

As manifestações ou formas de resistência ao agronegócio voltaram a ocorrer novamente em 08 de março deste ano. Segundo matérias veiculadas na imprensa televisiva e em alguns sites de notícias, diversas famílias integrantes do MST das Várzeas de Sousa foram acusadas de terem “invadido” as instalações da empresa Santana e queimado agrotóxicos, além de rasgarem sacos de sementes e de adubos usados no processo produtivo<sup>67</sup>. Depois disso, com a chegada da Polícia os integrantes do movimento seguiram para a BR-230 onde atearam fogo em pneus e impediram o trânsito de veículos (figura 30).

Figura 30 – Manifestação camponesa contra o uso de agrotóxicos praticado pela empresa Santana Agroindustrial



**Nota:** Na primeira imagem, registros sobre a manifestação camponesa no km 455 da BR-230; na segunda, engenheiro agrônomo da Santana, avaliando os prejuízos decorrentes da ocupação e depredação dos equipamentos da empresa pelos manifestantes. Fontes: Folha do Sertão, 08/03/2012/ Diário do Sertão, 14/03/12.

A maioria dos integrantes do protesto eram mulheres camponesas e, assim como vem se sucedendo em anos anteriores, a data tem marcado a luta contra a produção de grãos com o uso de venenos, que prejudicam a água, o solo e a saúde dos moradores e animais do assentamento.

<sup>67</sup> As formas de resistência camponesa destacadas por Scott (2002), as quais ele chama de forma cotidiana de resistência, são os incêndios premeditados, os saques e a sabotagem.

O objetivo do Movimento no Dia Internacional da Mulher foi denunciar o uso abusivo de agrotóxico por parte do Grupo Santana que mantém plantação agrícola nas Várzeas de Sousa. Também chamar atenção do INCRA e do governo do Estado para continuarem com o diálogo com os Sem Terra que permanecem assentados as margens da BR 230 a espera de uma solução final da reforma agrária nas Várzeas de Sousa. (Entrevista com Cícera *apud* FOLHA DO SERTÃO, em 08/03/12).

Também registramos a versão dos produtores das Várzeas de Sousa e dos funcionários da empresa Santana, acerca das manifestações realizadas pelos camponeses, onde constatamos que tais ações são vistas como sendo um ato irresponsável de vandalismo, provocado por badermeiros.

Até então eu sempre respeitei a posição deles e a reivindicação, mas o ato de vandalismo deles, pra mim, me assustou muito. O que é que eu vejo? Eles estão buscando uma ideologia, então busquem de forma coerente, de forma legal, não com atos de vandalismo, com atos de depredação como eles fizeram. Eu sou totalmente contrário a atitude deles. E outra: o pior é fazer e ainda negar o que fizeram. De ter a cara de pau de negar o que fizeram. Poxa, será que nós seríamos capazes de agir contra nós mesmos? E outra, a polícia, os bombeiros, a mídia televisiva, a internet, será que tá todo mundo mentindo? Só eles falam a verdade? Assim, aquela posição de vítima que eles têm, os coitadinhos, aquilo ali pra mim foi por água abaixo. (Entrevista com Jackson Kleber Almeida Galdino, engenheiro agrônomo da Santana Agroindustrial, em 27/04/12).

Concepção parecida é denotada nas palavras do Gerente de Campo da referida empresa, que assim se pronunciou:

A luta deles em alguns aspectos é justa, porém no caso da ocupação da Santana, não, pois aqui é privado, a gente tá produzindo, beneficiando a toda uma região, um Estado, uma população. Quantos pais de família não estão empregados com a gente? E por que eles vêm jogar pedra na gente? Quantas terras não tem por aí, sem produzir? E aqui produzindo, por que destruir? Não dá pra entender, é isso! Muitos pais de família, todos de carteira assinada, tudo certinho. (Entrevista com Leodécio Luís de Medeiros, Gerente de Campo da Santana Agroindustrial, em 27/04/12).

Na outra vertente, os camponeses afirmam que o uso de agrotóxico tem prejudicado a lavoura, sobretudo, de milho. Embora o grupo não use diretamente esse tipo de defensivo agrícola, acredita-se que por conta do solo sedimentar das Várzeas de Sousa e a proximidade da área de plantio da empresa Santana com relação aos assentamentos Nova Vida I e II, esteja havendo contaminação do lençol freático, o que tem “queimado” as plantações de milho dos camponeses.

As lideranças dos assentamentos também denunciam a proteção que o Estado tem prestado a Santana Agroindustrial. Sobre esse fato “Artur”, representante dos camponeses desabafa:

O Estado ao invés de dar segurança aos pobres dá aos ricos. O policiamento dando segurança a Santana, quando a maquina tá aqui, passando o veneno, o carro da polícia tá em cima aí, é um carro de polícia toda hora andando aí dentro e as máquinas soltando veneno a noite todinha e o carro do Estado rodando pra cima e prá baixo. (Entrevista com Manoel Gouveia de Lima – “Artur”, coordenador do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12).

Mesmo se concebendo os benefícios do modelo de agricultura agroecológica a saúde humana e ao meio ambiente, cabe destacar, nessa oportunidade, que o uso de agrotóxicos é visto por muitos como inevitável, em face das dificuldades de se trabalhar com produtos orgânicos. Isso ficou confirmado nas palavras de Edgar Marques de Abrantes, colono irrigante, que assim expressou: “Gosto muito do modelo agroecológico, mas em nossa região é muito difícil trabalhar sem usar o próprio veneno. A gente não quer usar de jeito nenhum, mas chega a um certo ponto que não tem como não usar.” (Entrevista realizada em 01/05/12).

Essa concepção também é ratificada no parecer do engenheiro agrônomo da Santana Agroindustrial que destacou o modelo produtivo adotado pela empresa, assim relatando:

Nosso modelo consiste na utilização de máquinas e implementos agrícolas, utilização de defensivos agrícolas para agilização, pois a área é muito grande, não tem como se fazer manual, principalmente porque a região não disponibiliza gente para trabalhar. A gente parte para a alta tecnologia a base de defensivos agrícolas. Ou seja, herbicida, inseticidas... Não tem jeito, infelizmente não tem como, em grande escala, você partir para outro meio. Outro ponto seria a adubação, já que o solo de massapé, embora fértil, tem uma característica: é a pequena concentração de fósforo. O solo é fértil, tem muita coisa dentro, mas é indisponível, por que pelo desequilíbrio, o teor de argila é muito alto, então os elementos ficam muito aderidos ao solo e não libera para a planta, então a gente tem que trabalhar com essa agricultura convencional, com essa agricultura de tecnologia. (Entrevista com Jackson Kleber Almeida Galdino, engenheiro agrônomo da Santana Agroindustrial, em 27/04/12).

Diante tudo o que registramos nas falas e ações dos atores que constituem o PIVAS, percebemos estarmos diante de mais uma demonstração da contraposição de ideologias e de discursos que se acirram na disputa pelos projetos de desenvolvimento rural para aquela área. Assim, no dizer de Farias (2010, p. 61),

Portanto, entram em conflito os pontos de vista do capitalismo trazido pelo agronegócio exportador e a necessidade da conquista da cidadania pela afirmação da identidade camponesa, em que sair vencedores ou perdedores desse embate será resultante direto da resistência de uns e cansaço de outros.

Com base nesses desdobramentos que envolvem a materialização do PIVAS, podemos inferir que a luta camponesa é a luta contra o modelo vigente de desenvolvimento rural, pautado, com raras exceções, na capitalização e modernização das grandes unidades agrícolas, voltadas a monocultura. Esse modelo que prioriza o uso de pacotes tecnológicos para produção e (re)produção do agronegócio, “nada mais é que um modelo sociológico que define o uso de grandes propriedades de terras, de agrotóxicos e mecanização” (FONSECA e LIMA, 2009, p. 13), que ora exclui, ora seleciona o trabalhador rural.

Percebemos pelo exposto que os problemas enfrentados nos assentamentos fazem parte de uma luta cotidiana, em que a utopia e a vida em conjunto representam, muitas vezes, a renovação das esperanças quanto a um futuro melhor.

Essa forma de resistir as imposições e pressões de um sistema que tenta, a todo momento, desestabilizar os movimentos sociais rurais, é assim vista por Fabrini (2002):

As manifestações coletivas nos assentamentos surgem como forma de resistência ao ordenamento social capitalista e tem implicações nas relações de poder. As ações coletivas entre os camponeses são atividades desenvolvidas a partir da descoberta e de revelações políticas. As revelações políticas construídas nos assentamentos apontam para nova compreensão do ordenamento da (sic) social e espacial, indicando o conteúdo do território camponês (FABRINI, *op. cit.*, p. 84-5).

As ações lentamente vão se concretizando, porém a instalação de um perímetro irrigado contraria os preceitos da luta camponesa, tendo em vista que as determinações do Ministério da Integração Nacional para que seja estabelecida uma área de irrigação comercial, vão ao encontro da ideologia camponesa da luta contra a concentração fundiária e o agronegócio.

A área de 1.007 ha cedida ao INCRA<sup>68</sup>, no fim de 2007, para a estruturação e formalização do assentamento de famílias acampadas foge do modelo convencional administrado por esse órgão e assessorado pelo MST e pela CPT. O modelo proposto de criação de um perímetro irrigado para os camponeses assentados assemelha-se aquele criado para os 178 pequenos produtores (colonos irrigantes), destinado em sua grande parte a fruticultura irrigada.

Assim, nessa nova área do projeto, estaríamos diante de um camponês irrigante, figura forjada em meio ao jogo de forças que se materializa na criação do PIVAS. As famílias camponesas, talvez cansadas por uma longa espera, resolvem aceitar as imposições

---

<sup>68</sup> Embora o INCRA atue no PIVAS desde 2005, somente através da Lei Estadual nº. 8.972/09, este órgão recebe do governo a concessão do direito real de uso para assentar as famílias acampadas em um distrito de irrigação, no estilo agrovila. Contudo, conforme foi relatado pelos assentados, na área destinada ao perímetro irrigado cada lote será dotado de uma casa de alvenaria.



determinadas a partir da assinatura da concessão de direito de uso da terra. Os termos firmados entre o governo do Estado, o INCRA e as lideranças dos assentamentos, estabeleceram a obrigação dos camponeses produzirem três tipos de culturas: melão, melancia e goiaba a serem destinadas ao mercado externo. Como, inicialmente, os assentados só teriam a posse precária dos lotes, ficou determinado que as famílias que não produzissem esses gêneros ou as que não mostrassem produtividade perderiam o direito de continuar no distrito de irrigação, sendo assim substituídas<sup>69</sup>.

Nossos argumentos coadunam com a visão de Farias (2010), que ao tratar do tema, assim se expressa:

Os camponeses, ao se instalarem no Pivas como irrigantes, deverão produzir culturas básicas como condicionante da sua permanência no projeto. A Concessão de Direito Real de Uso não dá às famílias a posse da terra e sim o direito de produzirem, do contrário, o não cumprimento desse condicionante implica na quebra do contrato, o que implica dizer que a família instalada no distrito deverá sair e ceder lugar para outra família que possa cumprir com o acordo para o uso das terras (FARIAS, *op. cit.*, p. 72).

A sujeição de imposições aos camponeses quanto ao uso das terras, num modelo produtivo que se assemelha a uma espécie de “microagronegócio”, é visto por nós como uma afronta a ideologia camponesa, já que prende o camponês a uma camisa-de-força, distanciando-o de sua busca pela independência e pela liberdade<sup>70</sup>.

Nossas considerações se harmonizam com o pensamento de muitos camponeses que veem com medo o modo como estão sendo integrados ao projeto Várzeas de Sousa. Nos moldes como tem sido implantado, a luta pela construção de um “território de esperança” não tem garantido nada mais do que a conquista de um “território de prisão” para os camponeses.

<sup>69</sup> De acordo com Ana Lúcia Tomaz, coordenadora do assentamento Nova Vida II, os camponeses que estão incluídos no projeto “tem que demonstrar perfil”. A afirmação da representante refere-se à obrigatoriedade dos camponeses operarem nos lotes irrigados e apresentarem produtividade. Essa foi uma das menções feitas pelo ex-Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca Ruy Bezerra Cavalcanti Junior, que deixou claro que só quem poderia ficar no projeto seriam os produtores eficientes, eficazes e produtivos, pois se alguém não estivesse produzindo não teria condições de arcar com as taxas de condomínio, nem outras despesas de produção. (Entrevista concedida a Nana Garcez, da Secom-PB, em 08/06/2009). As palavras do ex-secretário confirmam aquilo que Ana nos passou em entrevista: Quando o perímetro estiver pronto para funcionar, “primeiramente sairá o crédito, então vamos ver quem vai trabalhar, já que houve o parcelamento dos lotes. Todo mundo não está estabelecido em seus devidos lugares por causa da habitação, mas o governo deu 5 anos de produção. Quem não produzir, como é que o povo diz?... a porta da rua é a serventia da casa! Dessas não precisa nem ninguém mandar sair, já está escrito lá na concessão de uso da terra.” (Entrevista com Ana Lúcia Tomaz, coordenadora do assentamento Nova Vida II, em 18/05/12).

<sup>70</sup> Cf. assinala Silva (2002, p. 225), “neste sentido, podemos dizer que o conflito pela liberdade, aí também se situa no âmbito dos conflitos maiores da reprodução das relações que produzem e são produzidas pela sociedade.”

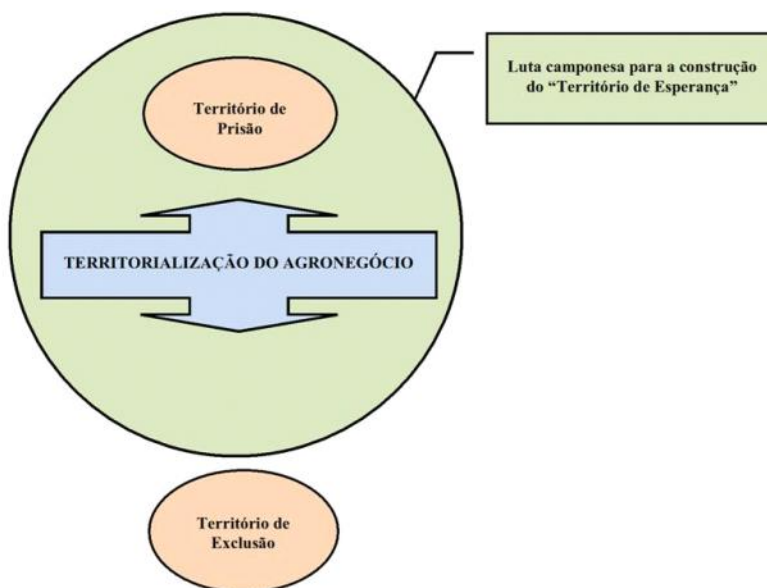
Isso fica evidenciado nas palavras de “Célia”, fiscal do assentamento Nova Vida I, que assim se posicionou:

Aqui nós luta por liberdade, não para ficar presos para trabalhar, para satisfazer ninguém, não pode. Nós luta por uma melhoria de vida sustentável, para nossas famílias e para resolver nossos problemas. A gente tem que trabalhar com variedades. A gente luta por liberdade, se fosse pra lutar pra ser preso, pra plantar isso, plantar aquilo, nós continuaria numa prisão. E se for iniciado dessa maneira... (Entrevista com Maria Célia Alves da Silva Oliveira, fiscal do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12).

A implantação do perímetro irrigado na área dos assentamentos, em conformidade com o que preceitua o governo e o INCRA, produz mais uma categoria conceitual para a análise da geografia e de outras ciências que trabalham o meio rural: o “Território de Prisão”. Essa categoria faz referência ao território que é gestado a partir da aceitação, por parte dos camponeses, de imposições dos órgãos estatais que planejam e estruturam territórios para inseri-los nos projetos de irrigação. Essas determinações modificam seu perfil produtivo, produzindo um ator aprisionado a um sistema que aniquila a essência camponesa, distanciando-os de seu projeto de vida que é a luta pela a afirmação de sua identidade, pela conquista de sua cidadania e contra as diversas formas de expropriação e exploração promovidas pelas classes dominantes, pelo latifúndio e pelo agronegócio.

A construção teórica de Moreira e Targino acerca da categoria “Território de Esperança”, e a referência ao surgimento do “Território de Exclusão” e do “Território de Prisão”, nos permite idealizar e esboçar o processo de materialização do capital no espaço circunscrito pelo PIVAS e seus reflexos sobre a produção de uma multiterritorialidade naquela área (figura 31).

Figura 31 – A territorialização do agronegócio, a formação dos “Territórios de Exclusão” e do “Território de Prisão” e a luta camponesa para a construção do “Território de Esperança”.



Fonte: Elaborado por LIMA, F. V., 2012.

Assistimos ao processo de territorialização do capital no espaço, que com a ajuda do Estado, cria e recria territórios de prisão, submetendo os atores sociais às suas exigências e fatalidades, dá-nos a impressão de que além de estarmos presenciando uma visível contradição na mudança da ideologia camponesa, estamos diante de um risco quanto a não continuidade no processo de reprodução do campesinato. Sujeitá-los a uma lógica de mercado, afastando-os de sua autonomia produtiva e de suas condições de recriação, pode culminar, na visão de muitos, no total remodelamento do campesinato, distanciando-o de seu formato original, tal qual conhecemos hoje<sup>71</sup>.

Consideramos que o lado anverso dessa aparente contradição reside no conhecimento de que a aceitação das imposições por parte das famílias camponesas instaladas nas várzeas de Sousa faz parte de uma estratégia interna do grupo para permanecerem na terra. É como se dissessem: inicialmente, lutamos para conseguir a terra; agora, a luta é para permanecermos e produzirmos o que julgamos necessário a nossa sobrevivência.

<sup>71</sup> Esperamos não cairmos em tão grande ceticismo como aquele pensado por Scott (2002, p. 18), quando afirma que “na falta de qualquer possibilidade real, no presente, de transformar diretamente e coletivamente sua situação, os camponeses pobres não têm quase nenhuma escolha, a não ser ajustar-se às circunstâncias que eles enfrentam diariamente.”

A primeira proposta que nós recebemos para nos assentar dentro das Várzeas de Sousa foi que nós trabalhássemos pelo agronegócio, mas nós somos contra o agronegócio, então, vamos passar a ser pequenas empresas, achávamos isso uma barbaridade, por sermos de Sousa, de nossa região, ao invés de nós produzirmos a nossa alimentação, que também pode servir aqui para a nossa região, ia servir somente para a exportação, lá fora. Então eles colocaram bem: 'ou vocês aceitam o projeto "Várzeas de Sousa" pelo agronegócio e se tornam pequenas empresas, ou então vocês estão banidos de todas as Várzeas de Sousa'. Não tinha mais aquele negócio de ir para a "beira" da BR porque quem vinha para cá era a Polícia Federal de Brasília e de João Pessoa, então a gente fez a alternativa e dissemos "vamos aceitar", depois que sair a casa e o lote nós vamos travar outra briga para que a gente saia do agronegócio (Francinete Longuinho de Sousa – Neta, em 03 de março de 2009 no acampamento Nova Vida I, *apud* FARIAS, 2010, p. 79-80).

No momento em que estão inseridos no projeto, poderíamos julgar que os camponeses passam a contribuir com o agronegócio. Porém essa estratégia de luta é uma forma de fugir do enfrentamento cansativo de antes (FARIAS, *op. cit.*), passando a se erigida uma nova bandeira de luta por uma posse definitiva da terra, mesmo que a permanência (num primeiro momento) esteja condicionada a certas cláusulas, como o plantio de determinados produtos e a obtenção de determinados índices de produtividade.

Essa estratégia é também relatada no depoimento dos atuais representantes dos camponeses das várzeas de Sousa, como Ana Lúcia Tomaz<sup>72</sup> que afirma que "a pessoa não vai fazer só o que eles quer, fosse pra fazer só o que os governantes quer a gente tava pedindo esmola nas portas deles. Se disser aqui vai plantar melão, será que a gente vai plantar só melão? Não vai plantar outra cultura não? (Entrevista com Ana Lúcia Tomaz, coordenadora do assentamento Nova Vida II, em 18/05/12).

---

<sup>72</sup> Ana Lúcia Tomaz, atual coordenadora do assentamento Nova Vida II, participa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras há 12 anos, 8 deles à frente das famílias que ocupam as várzeas de Sousa. Seus esforços a frente do movimento simbolizam a esperança de uma classe que vê o ideal da conquista de um espaço, de uma moradia, e de condições dignas de sobrevivência, bem como o fim das injustiças sociais no campo. Contudo, suas conquistas precedem a uma longa e difícil jornada até chegar a condição de representante do movimento. Sem qualquer necessidade de interpretação, seu depoimento resume, por si só, a dura caminhada enfrentada até aqui: "Entre no movimento por uma vingança, que meu pai foi agricultor durante muitos anos até ele morrer, e mataram ele num pedaço de terras que tinha lá... Ele tava ajudando um trabalhador e esse mesmo trabalhador foi quem matou ele com a arma do patrão, e esse patrão não teve coragem de ir lá em casa deixar uma quarta de café pra fazer para as visitas. Aí eu vi o movimento, foi até em Eldorado dos Carajás, quando houve a chacina lá, eu queria que esse movimento chegasse na Paraíba e em Piancó já existia um assentamento e eu não sabia. Quando foi, parece que Deus ouviu minha voz, quando foi mais ou menos com 1 mês, uns meninos chegaram fazendo um porta a porta para uma reunião, convocando o pessoal. Desde aí eu entrei no movimento e disse: um dia eu me vingo. E acho que o que eu fiz já deu pra eu me vingar muito bem, lutar contra os proprietários, os latifundiários. Mas eu peguei um amor tão grande que se eu não tiver ajudando aqueles mais humildes, pra mim eu não to fazendo nada. Eu tenho que ajudar até uma dia quando eu ficar velhinha, caducando, mas eu tenho que arrumar um jeito de ajudar essas pessoas. Agora são eu e outras minhas duas irmãs, somos assim. Pegamos um amor grande pelo movimento." (Entrevista com Ana Lúcia Tomaz, coordenadora do assentamento Nova Vida II, em 18/05/12).

A alternância dos argumentos e objetivos dos camponeses, enquanto estratégia de permanência nos lotes pode ser também denotada no depoimento de “Artur”, que esta a frente do assentamento “Nova Vida I”.

No início, a gente disse que aceitava, mas aí nós via isso. Lá na frente nós já tinha nossa estratégia. Nós quer a terra, vamos lutar pra conquistar a terra. É que nem hoje; hoje nós estamos com a terra, agora a gente quer a casa, a gente quer água; agora nós estamos com o trunfo na mão. Agora no começo, lá, era isso mesmo: nós produz o que vocês quiserem, nós quer a terra! Nós não podia dizer não, porque eles poderiam dizer: esse cara não quer produzir, não quer trabalhar, se tá dizendo que não quer produzir o que nós queremos... Tendo a terra pra lá, nós fazemos isso aí, mas depois não. (Entrevista com Manoel Gouveia de Lima – “Artur”, coordenador do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12). (grifos nossos).

Nesse processo de luta, vemos que a conquista da terra é apenas o primeiro passo para se buscar a autonomia, tendo em vista que os objetivos camponeses só serão alcançados quando a classe tiver em mãos o direito de produzir as culturas que julgar necessárias a sua sobrevivência. A ideia inicial é atender as exigências a eles impostas, na produção de frutas para a exportação, porém, aos poucos os camponeses buscarão integrar, ao processo produtivo, às culturas de subsistência.

Essa compreensão é importante até porque existem diversos riscos da inserção camponesa em um processo produtivo assemelhado ao agronegócio, que depende de diversos condicionantes, como a conjuntura econômica (expansão/retração do mercado consumidor), acesso ao crédito, qualificação para trabalhar com determinadas culturas, tecnificação da produção e rigidez no processo produtivo (controle de produção). No fundo, sabemos que existem dificuldades para a classe camponesa se enquadrar no perfil exigido por atividades que requerem maior especialização, porém, obrigar que se adequem a esse modelo, causará a diminuição na oferta de produtos básicos no mercado (e seu consequente encarecimento) e no aumento do desemprego rural, tendo em vista que a tecnificação suprime a mão-de-obra desnecessária no processo produtivo.

Enquanto os anseios camponeses não se materializam, eles procuram vencer as adversidades diárias do assentamento. Embora a agricultura seja à base de sustentação dessa classe, em virtude das circunstâncias climáticas que os impedem de produzir “para além do inverno”, os camponeses vem se articulando através do desenvolvimento de outras atividades, não agrárias, que além de garantirem uma renda para os períodos mais difíceis do ano, servem para fortalecer os laços de fraternidade entre os membros do assentamento.

Dentro do assentamento existem mulheres que costuram, outras que vivem do artesanato (pinturas, fiação, bordados), e aquelas que fazem doces e bolos confeitados. A produção tem como destino as feiras-livres de Sousa e Aparecida-PB.

De acordo com Ana, coordenadora do Nova Vida II, esta previsto vir para o assentamento um programa chamado “apoio-mulher”, destinado a promover a capacitação das mulheres para a confecção de biscuit, redes e outras atividades. O aporte inicial do programa é de R\$ 3.200,00.

Já no assentamento Nova Vida I, nos confessou Edglene Ribeiro Martins (Nena), que as mulheres se reuniram em grupo e elaboraram um projeto de confecção e pintura de redes. Porém, o projeto não teve o sucesso esperado por motivos financeiros (falta de material) e pela falta de maquinário adequado as necessidades das camponesas. Contudo, elas esperam a chegada de um novo programa destinado a sua capacitação para trabalharem, novamente, com artesanato, ou com criação de animais (galinhas ou ovelhas).

Quanto aos homens do assentamento, muitos deles realizam atividades não localizadas, ou seja, trabalham fora como marceneiros, pedreiros e diaristas<sup>73</sup>. Esse fato ocorre justamente pela falta de água nos lotes, que os permitam produzir também nos períodos de estiagem<sup>74</sup>. Como salienta “Artur”, “no período de roça tá todo mundo aqui. Parou a roça,

---

<sup>73</sup> Foi relatado no trabalho de Lima (2009), que devido a precarização do trabalho e da qualidade de vida dos camponeses no assentamento, muitos deles se sujeitaram a trabalhar nos lotes empresariais do PIVAS. Isso ficou confirmado nas palavras de Francinete Longuinho, ex-dirigente do assentamento Nova Vida I, que assim relatou: “ir trabalhar lá foi uma decisão individual. A necessidade é tão grande que somos obrigados a fazer isso, a se submeter. Eu não tenho coragem, nem condições de pedir para eles não ir trabalhar lá. A gente sabe que o certo seria não fazer isso, mas você acordar de manhã e muitas vezes não ter uma merenda e não ter um trabalho é difícil. Então vem gente aqui oferecer um dia de serviço pra você, é quase impossível você não aceitar. Lá se trabalha como diarista. Pouca gente trabalha com carteira assinada. Tem semanas que não chama ninguém, mas geralmente chama dez, doze, quinze, quem vem chamar são os encarregado do lote de Pierre. Ele é o que mais contrata e a relação nossa com ele é boa, mas com o povo da Santana a gente não tem contato não. Pierre já é mais aberto, acho que devido à invasão que a gente fez na área dele. Ele acolheu a gente muito bem, acho que não ficou mágoa.” (Entrevista realizada com Francinete Longuinho de Sousa em outubro de 2008, no acampamento Nova Vida I *apud* Lima, 2009, p. 97). O depoimento acima relatado, ganha força com as palavras de Ana Lúcia, atual coordenadora do assentamento, que nos informou que atualmente “ninguém presta serviço a Santana, porque seria uma injustiça, nós somos contra o latifúndio e pessoas nossas sair daqui e trabalhar no latifúndio...” (Entrevista com Ana Lúcia Tomaz, coordenadora do assentamento Nova Vida I, em 18/05/12).

<sup>74</sup> A falta de água nos assentamentos é apontada como a maior dificuldade para o desenvolvimento das atividades camponesas, tanto as diárias, como aquelas relacionadas à prática agropecuária. Considerada questão primordial para a materialização de seus objetivos, a disponibilidade de água na área é vista enquanto “sinônimo de liberdade” e poderia mudar o triste quadro dos assentamentos, principalmente no período da seca. Isso pode se elucidado nas palavras do coordenador do Nova Vida I, que assim expressou: “Pra nós aqui com água, eu digo a você, acaba tempo ruim. A partir do momento que colocasse água dentro dos lotes acabava tempo ruim. Mesmo que você não tivesse uma outra ajuda, mas a água resolve nosso problema. Por que resolve? Porque você faz uma horta em volta de casa, você sai pra um canto, sua esposa fica fazendo um canteiro de horta e hoje você sabe qualquer coisinha de verdura, você sai pra feira e arruma o dinheiro de outra feira. Você leva a verdura e traz outras coisas necessárias. Eu acho que cada um, em seu lote e com água dentro acaba tempo ruim, pelo menos eu acredito que as pessoas vão plantar sua banana, sua goiaba, seu pé de coco. [...] Veja só essa daqui (Célia): tendo um lote com água ela não quer outra coisa. Ela sobrevive só com

o cara tem que correr atrás de outras atividades, porque só da roça não dá pra gente viver aqui não! Se tivesse água a gente tava trabalhando mais no período do verão do que do próprio inverno.” (Entrevista com Manoel Gouveia de Lima, “Artur”, coordenador do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12).

A demora nas ações do governo em dotar a área de estrutura necessária a produção, alia-se a necessidade dos camponeses em buscarem o suporte para sobreviver nos assentamentos. Assim, muitos deles não encontrando condições de sobreviver exclusivamente da terra, procuram exercer atividades externas ao assentamento, as quais certamente ajudam-nos no sentido de garantir-lhes a sobrevivência e a permanência na terra (FRANÇA, NETO e FREIRE, 2011).

Na visão de Marques, *apud* Farias (2010, p. 69), todas essas formas de diversificação das atividades da classe camponesa constituem:

uma forma criativa de burlar a escassez de recursos, de meios de produção e as intempéries naturais através da coletivização das atividades, revela, ainda, uma forma de contrapor a posição de subordinação do sistema capitalista (pela extração de excedentes e exploração de mão de obra).

Sobre as estratégias e as intencionalidades de suas ações na consecução dos objetivos traçados, dentre eles a luta contra a construção de um “território de prisão”, com grande lucidez Lima (2009, p. 18), enfatiza que:

A intencionalidade de cada ator político materializa-se no espaço por meio de comportamentos e estratégias que são realizadas com a finalidade de conquistar seus anseios. Observar as intenções ou a intencionalidade dos atores pode possibilitar a visualização empírica das contradições nas ações sociais destes. É preciso levar em consideração as referências culturais inerentes ao espaço de ocorrência do fenômeno, uma vez que algumas questões podem ser respondidas se esse aspecto for levado em consideração.

A existência da agricultura camponesa reflete sua enorme capacidade de adaptação e de luta dos camponeses frente às adversidades econômicas e políticas que dificultam sua existência e diuturnamente se insurgem para sua extinção. Nesse processo de construção de um território que corresponda as aspirações camponesas, estão em jogo a

---

milho verde, fazendo as rocinhas pequenas aqui, diferenciadas uma das outras. Essa daqui foi a mulher que mais ganhou dinheiro aí na pista, com milho assado, milho cozido, bolo e pamonha). Ela vai praí de manhã, sem nenhum real e quando chega em casa é R\$ 150, 100, 200, quer dizer, dela! Não tem satisfação a dar a ninguém. É só fazer o trabalho dela, né? que é muito difícil isso daí, sair de casa 5 h da manhã, chegar 8h da noite, não é fácil na beira da pista não, mas pelo menos é dela, tá fazendo sua sobrevivência sem depender de ninguém, só dela mesmo. Por isso, eu acho que é uma coisa boa pra todos nós. (Entrevista com Manoel Gouveia Lima - “Artur”, coordenador do assentamento Nova Vida I, em 25/05/12).

conservação de seus valores materiais e subjetivos que se incorporam ao cotidiano das lutas políticas por terra e por água e por condições sociais mais igualitárias. Assim,

[...] a formação de territorialidades camponesas da luta por terra não é apenas um fator de reivindicação cidadã, é um espaço de reprodução de um ideal de vida e do desejo de transformação social; é a espacialização de uma utopia de vida e também da esperança de ser visto não mais à margem da sociedade, e, sim, entre os cidadãos que formam o Estado. A conquista da terra reivindicada passa a ser não um sonho, mas materialização do desejo e da esperança da classe camponesa (FARIAS, *op. cit.*, p. 53).

O camponês enquanto sujeito social, ao buscar transformar sua realidade, atua como protagonista que tem na sua ação a possibilidade de realizar seus propósitos de vida. Essa necessidade de autoafirmação surge como um imperativo vital diante das mutações que ocorrem e remodelam o rural, e sua indignação aliada à busca por liberdade é condição *sine quan non* para a sobrevivência de sua cultura e de seu modo de vida. “O sujeito, mais ainda que razão, é liberdade, libertação e negação.” (TOURAINÉ, *apud* GHIZELINI, 2007, p. 64).

É importante destacar que a luta travada pelos camponeses do PIVAS vai além de uma questão econômica ou territorial. Ela transcende essas esferas, ampliando-se para um universo maior, que os façam sentir-se valorizados pelo que são e por sua importância social. Esse também é o entendimento de Abramovay (1995), ao afirmar que as ações dos camponeses não visam apenas à conquista de seu torrão, mas, sobretudo, a busca da cidadania, evidenciada em sua maior participação nas decisões que influem nas políticas de desenvolvimento do espaço agrário, no acesso a educação e saúde, enfim, em ações que possibilitem sua integração a vida política, social e econômica do país.

Essa luta por dias melhores para o campesinato certamente permanecerá indefinida no tempo e talvez nunca se alcancem os resultados esperados, tendo em vista que os discursos pregados em seu favor, quase sempre, carecem de ações realmente concretas. Contudo, os camponeses não podem fraquejar na busca de seu ideal. Suas aspirações também representam os anseios de toda uma sociedade que tem reconhecido, cada vez mais, a necessidade de se romper às velhas estruturas de poder e dominação que historicamente ditaram as relações no meio rural e contribuíram para o agravamento do alarmante quadro de desigualdade social.



#### 4 ENQUANTO SE ESPERA O FULGIR DO SOL, SONHA-SE COM UM NOVO TEMPO - UMA ABORDAGEM CRÍTICO-CONCLUSIVA

“Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer...” (Pra não dizer que não falei das flores, GERALDO VANDRÉ).

Como vimos, nesse início de século, uma das preocupações que emerge e tem despertado a atenção de vários estudiosos em Geografia Agrária, Economia, História e Sociologia, tem sido os rumos da agricultura e as políticas públicas que lhe dão suporte, tendo em vista a importância que essa atividade assume no cenário nacional e internacional, com fortes implicações para as economias dos países que a tem como principal fonte de captação de recursos.

A necessidade de modernização do campo e, com ele, de toda uma estrutura que subsidia os diversos ramos agregados à agropecuária brasileira, fez com que uma nova dinâmica fosse delineada entre o fim da década de 60 e primeiros idos de 70. O Brasil passa a assistir o início de uma modernização de sua agricultura influenciada pelas inovações tecnológicas decorrentes da Revolução Verde, pela posição do país no cenário internacional, que influenciou as decisões e práticas do Estado nos investimentos a esse setor e, sobretudo, pelo surgimento de um “discurso desenvolvimentista” criado por segmentos importantes da elite política brasileira e pelas estratégias do empresariado rural e da administração pública que passaram a ver no campo um *locus* em potencial para o desenvolvimento do país.

Mais recentemente, o avanço do meio técnico-científico veio conceber novas interpretações as paisagens. Tendo como suporte a expansão do capital, esse processo tem promovido o rearranjo produtivo dos espaços através de uma valorização seletiva e de investimentos públicos e privados voltados à difusão de projetos agrícolas irrigados. O uso da ciência e da tecnologia na transformação desses espaços tem, contudo, promovido a desarticulação das tradicionais formas de uso e ocupação do solo, com severas implicações sobre seus agentes produtivos, já que a modernidade trouxe consigo o seu lado nefasto, consubstanciado na subordinação e submissão dos povos autóctones a monopolização do capital, da terra e de recursos.

As várzeas de Sousa, localizadas no alto sertão da Paraíba, surgem como espaço produtivo condicionado as imposições desse modelo agropecuário que cresce em nosso país. As novas dinâmicas econômicas na região vêm promovendo um processo de multiterritorialização do espaço, em que os embates são a tônica de um jogo de forças sociais que se torna manifesto em meio à criação do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa.

O PIVAS teve como pano de fundo levar ao sertão paraibano uma atividade agroindustrial de dimensões transnacionais, através do desenvolvimento da agricultura irrigada. Contudo, o projeto vem se desenhando em meio a uma implantação problemática, resultado de discórdias, denúncias e investigações, e dos interesses conflitantes entre os atores que o constituem, representados, de um lado, pelos grupos econômicos do setor de agronegócios, e de outro, por centenas de famílias camponesas que buscam sua participação ativa no projeto.

Não foram raras as vezes que o projeto tomou as páginas dos noticiários. Da idealização à sua materialização, várias modificações foram realizadas em seu plano para melhor adaptação aos interesses políticos e empresariais até chegar a sua versão final, instituída e instalada hoje. Observamos que mesmo em meio a um direcionamento do Estado beneficiando às empresas que se instalaram na região com o repasse de grande parte das terras do projeto, o que se viu foi sua inoperância, ociosidade e elevado dispêndio de gastos para os cofres públicos. Sem esquecer as inúmeras denúncias e ações impetradas na justiça devido ao atraso nas obras, à existência de ilegalidades, como superfaturamento e licitações fraudulentas, que chegaram a paralisá-lo em 2002, por ordem do Tribunal de Contas da União.

Além dos fatos mencionados, foram constatados diversos outros problemas, como: não execução das obras de infraestrutura necessárias a formação do distrito de irrigação na área destinada aos camponeses; denúncias do uso de agrotóxicos pelo grupo Santana; existência de pequenos produtores que não operam nos lotes e nem tem identificação com a terra e; por fim, descaso governamental.

Embora apresente uma série de problemas e conflitos a serem resolvidos, o projeto mostra que pode ser viável. Basta a atuação do Estado no término da infraestrutura do perímetro irrigado, com ênfase, naquela que se situará na área reservada aos assentados e uma gestão realmente comprometida com o desenvolvimento da região e com a geração de oportunidades aos pequenos produtores e a classe camponesa. Para isso, é necessário facilidades de acesso ao crédito e a maior presença dos órgãos de assessoramento a esses segmentos, ajudando-os a utilizar racionalmente os recursos existentes, bem como desenvolver práticas que possibilitem uma produção sustentável e de qualidade.

Diante do jogo de forças que emerge na área do PIVAS, entre a classe camponesa e o empresariado rural que, com o apoio das políticas agrícolas instituídas pelo Estado, tem provocado a sujeição do trabalho ao capital e a formação de territórios de exclusão, confesso que não tenho respostas para muitos dos questionamentos que se desvelam na implantação

daquele projeto, mas pressuponho que a solução para os problemas que o afetam poderia estar centrada, como pensa Abramovay (1995, p. 21), na promoção de uma Revolução Duplamente Verde que se fundamentaria na “valorização do potencial agrícola das regiões e das populações rurais que ficaram à margem das formas dominantes de progresso técnico.”

Para isso, é imprescindível a constante luta dos movimentos sociais rurais, no sentido de resistir as pressões decorrentes do processo de modernização do campo e promover o fortalecimento dos camponeses, para que estes mantenham acesos seus propósitos de vida e não continuem apenas reféns de um sistema que se metamorfoseia para satisfazer tão-somente suas necessidades. Até porque, a classe camponesa, mesmo ameaçada pelo “poder dominante que fragmenta e descaracteriza seus valores, crenças e sua identidade cultural” (GHIZELINI, 2007, p. 65), deve ter como foco de resistência a preservação de sua cultura e não ter no mercado sua razão ou ideal de mundo.

Percebemos, assim, que a resistência camponesa traduz-se numa luta cotidiana pela manutenção de sua identidade e, no caso do PIVAS, na flexibilização de suas estratégias como meio de se adaptar as imposições políticas e econômicas locais sem, contudo, abrir mão de sua liberdade, de seus princípios e de seus objetivos.

Os camponeses, enquanto esperam o fulgir do sol, sonham com um novo tempo... A conquista do “território de esperança” marca a criação de uma nova territorialidade e de um novo sujeito camponês, porém não sinaliza o fim do combate as forças de comando e dominação. Afinal, a besta chamada capitalismo continua a agir impetuosamente sobre povos e territórios e seus verdadeiros combatentes devem estar sempre atentos para não serem surpreendidos em sua trincheira de luta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A REDENÇÃO do sertão. **Revista Paraíba da Gente**. Economia. João Pessoa, p. 11 a 13, 1 a 7 dez. 2009.

ABRAMOVAY, Ricardo. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: 1º Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA. **Anais**. Petrolina/PE, 1995, p. 17-27.

ALGODÃO colhido nas Várzeas de Sousa marca revitalização da cultura. **Governo do Estado da Paraíba**, Secretaria de Comunicação Institucional, João Pessoa, 19 de jan. 2012. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/36415/algodao-colhido-nas-varzeas-de-sousa-marca-revitalizacao-da-cultura-no-estado.html>> Acesso em: 20/05/12.

ALVES, Flamarion D.; SILVEIRA, Vicente, C. P. **As transformações capitalistas na agricultura e a questão agrária, 2006**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29859-29875-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12/12/11.

ARAÚJO, Tânia B. de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. In: **Estudos Avançados**. Vol. 11, n.º 29, São Paulo: IEA, 1997, p. 07-36.

BAIARDI, Amílcar; MENDES, Januzia. Agricultura familiar no Semiárido: Fatalidade de exclusão ou recurso para o desenvolvimento sustentável? In: XLIV CONGRESSO DA SOBER. – “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. Fortaleza, 23 a 27 de julho de 2006. **Anais**. Fortaleza: SOBER, 2006, pp. 01-21.

BARBOSA, Neto. Famílias do MST da Paraíba ocupam terra nas Várzeas de Sousa e denunciam modelo agrícola. In: **Blog Garimpendo Palavras**. Patos, 09/06/2008. Disponível em: <<http://garimpendopalavras.blogspot.com.br/2008/06/familias-do-mst-da-paraba-ocupam-terra.html>>. Acesso em: 05/06/12.

BERNARDES, Júlia A. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, GOMES & CORRÊA (org). **Brasil: Questões atuais de reorganização do território**. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 325-366.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. In: **Revista NERA**, Ano 12, n.º. 14, jan.-jun./2009. Presidente Prudente, 2009, pp. 112-124.

BOMBARDI, Larissa M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N.º 14, pp. 107-117, 2003. Disponível em: < [http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp\\_14/Geousp\\_14\\_Bombardi.htm](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp_14/Geousp_14_Bombardi.htm)>. Acesso em: 21/06/12.

BRASIL, Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRITO, Celestino de O. Limites para a adequação da agroindústria artesanal familiar aos mecanismos de mercado. In: BRANDEBURG, Alfio, [et. al.] **Ruralidade e questões ambientais: Estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: MDA, 2007, pp. 143-171.

CARLOS LOURENÇO, Joaquim; BARBOSA DE LIMA, César E. "Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas" In: Observatorio de la Economía Latinoamericana, **Revista acadêmica de Economia**, Número 118, 2009. Disponível em: <<http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/br/>>. Acesso em: 16/05/12.

CARVALHO, Vladimir. **O País de São Saruê**. – Brasília, Edit. UNB, c1986, 180 p. (Coleção Textos de Cinema, 2).

CASTILHO, Ricardo. Exportar alimentos é a saída para o Brasil? In: **Que país é esse? Pensando o Brasil Contemporâneo**. Edu Silvestre de Albuquerque (org.) – São Paulo: Globo, 2005. p. 283-307.

CASTRO, Iná Elias. Seca *versus* seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, GOMES & CORRÊA (Orgs.). **Brasil: Questões atuais de reorganização do território**. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 283-323.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Necessidade: Discurso e prática do Regionalismo Nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CAVALCANTI, Josefa S. B.; MOTA, Dalva M.; SILVA, Pedro C. G. da. Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006, p. 117-150.

CHAVES, Maria L. J. Modernização agropecuária: o novo contexto da expressão regional de Limoeiro do Norte. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006, p. 327-351.

COUTO ROSA, Sueli. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. **XXXVII Congresso da SOBER**. Foz do Iguaçu, agosto de 1999, **Anais**. Foz do Iguaçu: SOBER, 1999, p. 01 a 11.

DANTAS, Maria R. M. **O impacto sócio-econômico do algodão na cidade de Sousa-PB**. (Monografia de Especialização). Patos: Fundação Francisco Mascarenhas, 2007, 47 p.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. In: **Terra livre**. Ano 18, n.º 19, jul./dez. 2002. São Paulo, 2002, p. 75-93.

FARIAS, Arethusa E. M. de. **Os incomodados que resistem: contradições e territorialidades camponesas no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa na Paraíba**. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB/CCEN, 2010.

FERNANDES, Bernardo M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, Marco A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. Cadê o agronegócio? Cadê os alimentos? In: **Correio da Cidadania**, 30/04/08. Disponível em: <[http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1749:politica300409&catid=25:politica&Itemid=47/](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1749:politica300409&catid=25:politica&Itemid=47/)>. Acesso em 13/08/12.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e Reforma Agrária. In: **XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2004, Gramado - RS. Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FONSECA, Helen N. C. da; LIMA, Edvaldo C. de. Espaço agrário paraibano no contexto dos movimentos de luta pela terra e Reforma Agrária: MST. In: XIX ENGA, São Paulo, 2 a 7 de fevereiro de 2009. **Anais**, São Paulo, 2009, p. 01-16. Disponível em: [http://www.geografia.ufflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Fonseca\\_HNC.pdf](http://www.geografia.ufflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Fonseca_HNC.pdf)>. Acesso em: 11/07/12.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, 244 p.

FRANÇA, Diego P. I. de; MARIANO NETO, Belarmino; FREIRE, Cleityane S. Do território de exploração ao território de esperança: Experiências de conquista da terra no assentamento Santa Lúcia em Araçagi-PB e as novas relações de Trabalho. In: XII Jornada do Trabalho – “A Dimensão Espacial da Expropriação Capitalista sobre os Mundos do Trabalho: cartografando os conflitos, as resistências e as alternativas à sociedade do capital”. Curitiba, 05 a 08 de setembro de 2012. **Anais**. Curitiba, 2011, 9 p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. – 26ª ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

GHIZELINI, André M. O assessoramento técnico-organizativo como base para a organização social e política na agricultura familiar. In: BRANDEBURG, Alfio, [et. al.] **Ruralidade e questões ambientais: Estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: MDA, 2007, pp. 63-86.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GUEDES, Paulo H. M. de Q. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650 – 1730)**. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB/CCEN-PPGG, 2006, 157 p.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e Baianos no “Novo” Nordeste: Entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, GOMES & CORRÊA (Orgs.). **Brasil: Questões atuais de reorganização do território**. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 367-415.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997, 293 p.

LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Edvaldo C. de; AMORIM, Caio A. M.; THOMAZ JR, Antonio. Movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária na Paraíba: concepções teóricas a partir do trabalho de campo. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/212.htm>>. Acesso em: 08/11/2011.

LIMA, Francisco V.; OLIVEIRA, Alexandra M. Ações e contradições acerca da implantação do PIVAS no município de Sousa-PB. In: V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. – “Questões Agrárias na Panamazônia no Século XXI: usos e abusos do território”. Belém, 7 a 11 de novembro de 2011. **Anais.** Belém: Açaí, 2011, p. 01 a 17.

LIMA, Valéria R. P. de. **Gestão dos recursos hídricos: conflito e negociação da água do Canal da Redenção – Sertão da Paraíba.** (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB/CCEN-PPGG, 2009, 176 pp.

LORENTZ, Juliana F.; MENDES, Paulo A. B. Conflitos em torno do uso da água: Uma saída viável. In: **Revista das Águas.** PGR/ 4ª CCR. Ano 2, n.º 6, junho 2008. Disponível em: <<http://revistadasaguas.pgr.mpf.gov.br/edicoes-da-revista/edicao-06/edicoes-da-revista/edicao-06/artigos/conflitos-em-torno-do-uso-da-agua-uma-saida-viavel>>. Acesso em: 01/08/12.

MACHADO, Gustavo B. Desenvolvimento humano e multifuncionalidade da agricultura familiar no sertão semiárido da Bahia. XLVII Congresso da SOBER. Porto Alegre, 26 a 29 de julho de 2009. **Anais.** Porto Alegre: SOBER/ UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1221.pdf>>. Acesso em: 29/08/11.

MARIANO NETO, B. **A produção do espaço agrário paraibano enquanto instância social.** João Pessoa: UFPB/CCHLA, 2004 (Online). Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/espaco-agrario-paraibano-instancia-social/espaco-agrario-paraibano-instancia-social.shtml>>. Acesso em: 27/11/11.

MATEI, Lauro. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).** Brasília: Ministério do Planejamento, 2005.

MEDEIROS, Vamberto J. F. de. **A pequena produção agrícola na Paraíba: caracterização e espacialização – 1985/2006.** (Monografia de graduação). João Pessoa: UFPB/CCEN, 2006, 40 p.

MELO, Suellen T. de S., *et. al.* A luta pela terra e águas nas Várzeas de Sousa. **Anais do XVI ENG**, realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. Disponível em: <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2236>. Acesso em: 12/01/12.

MIRANDA COSTA, Vera L. H. de. Espaço rural e produção agrícola: As delimitações e o desenrolar dos acontecimentos. In: MENEZES, Ana V. C. de & PINTO, Josefa E. S. de S. **Geografia 2001**. Aracaju: UFS/NPGeo, 2000, p. 75-94.

MOREIRA, Emília de R. F. **Evolução do processo de ocupação do espaço paraibano**. Textos UFPB/NDIHR, n° 24, set. 1990, 15 p. Disponível em: [http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo\\_de\\_ocupacao.html](http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html). Acesso em: 27/11/11.

MOREIRA, Emília de R. F.; LIMA, Valéria R. P. de; TARGINO, Ivan. A luta camponesa pela água enquanto uma etapa do processo de construção/consolidação de Territórios de Esperança. In: **Revista Formação**, n° 15, vol. 1, 2008, São Paulo: UNESP/FCT, 2008, p. 74-84.

MOREIRA, Emília de R. F.; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. In: **Revista NERA**. Ano 10, n.º 10, jan.-jul./2007. Presidente Prudente, 2007, p. 72-93.

MOTA, Dalva M. Rua – Vitrine dos desempregados: trabalhadores temporários na fruticultura irrigada nordestina. In: **Revista Raízes**. Vol. 21, n.º. 01, jan.-jul./2002. Campina Grande: UFCG/PPGS, 2002, p. 53-61.

MUNIZ, Alexandra. Relações de trabalho na agricultura do Baixo Jaguaribe. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006, p. 261-285.

NEVES, Delma P. **Diferenciação socioeconômica do campesinato**. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs, Cortez Editora, 1985, pp. 220-241.

NÓBREGA, Rubens. Patrimônio Abandonado. **Jornal da Paraíba** (online). João Pessoa, 03 fev. 2012. Blogs & Colunas. Disponível em: <[http://jpb.paraiba1.com.br/blog/rubensnobrega/post/14314\\_patrimonio-abandonado](http://jpb.paraiba1.com.br/blog/rubensnobrega/post/14314_patrimonio-abandonado)>. Acesso em: 09/05/12.

NOVAS práticas tecnológicas revolucionam a pecuária. **Diário do Nordeste**. Negócios. Fortaleza, 24 abr. 2011. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/matéria.asp?codigo=969686>>. Acesso em : 16/05/12.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Estudos Avançados**. Vol. 15, n.º 43. São Paulo: IEA, 2001, p. 185-206.

OLIVEIRA, José A.; ARAUJO, Demilson L. **Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa**. SEDAP/Gerência Executiva de Irrigação do PIVAS, 2010.

PACHECO, Maria E. L. A questão agrária na década de 90. “O joio e o trigo na defesa da reforma agrária”. In: STÉDILE, J. P. (coord.) **A Questão Agrária Hoje**. 2ª ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004, p. 203-220.

PARAÍBA. **Relatório das Várzeas de Sousa**. EMEPA/SEMARH, 1998.



PERISEE, Fernando. Frei Anastácio: "Tyrone está roubando água!" Já se passaram 6 meses das nossas denúncias e nada fizeram! Com a seca os agricultores estão novamente em perigo! **Blog do Perisse**. Sousa, 14 abr. 2012. Disponível em: <<http://fperisse.blogspot.com.br/2012/04/frei-anastacio-tyrone-esta-roubando.html#%20axzz22uGoG0Dp>>. Acesso em: 08/08/12.

\_\_\_\_\_. Ricardo revogou o decreto de Maranhão que acabava com o trambique de Cássio nas Várzeas de Sousa. **Blog do Perisse**. Sousa, 11 mai. 2011. Disponível em: <<http://fperisse.blogspot.com.br/search?q=V%C3%A1rzeas+de+%20Sousa#axzz%2023RvGvr2R>> Acesso em: 08/08/12.

PESSÓA, Vera L. S. Espaço rural e produção agrícola: Transformações e perspectivas da agricultura brasileira. In: MENEZES, Ana V. C. de & PINTO, Josefa E. S. de S. (Orgs.) **Geografia 2001**. Aracaju, UFS/NPGeo, 2000. p. 95-104.

PORTO, Edgar. As políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos sobre a região Nordeste. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006, p. 83-113.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. – 23ª ed. - São Paulo: Brasiliense,

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. - 41ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRODUTORES denunciam desvio de água no Perímetro das Várzeas de Sousa. **Diário do Sertão**. Sousa, 05 jan. 2012. Disponível em: <[http://www.diariodosertao.com.br/artigo.php?id\\_artigo=20120105180321](http://www.diariodosertao.com.br/artigo.php?id_artigo=20120105180321)>. Acesso em: 04/05/12.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo; Ática, 1993, 266 p.

RAMOS, Soraia de F. Uso agrícola do território e os espaços luminosos da fruticultura no semiárido brasileiro. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006, p. 151-172.

ROMÃO, Lucília M. S. O discurso do agronegócio e a evidência do sentido único. In: **Revista NERA**, nov.-dez./2006. Presidente Prudente, 2006, p. 1-13. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/odiscursodoagronegocio.pdf>>. Acesso em: 08/11/11.

SANTOS, Camila D. dos. Mossoró (RN): novo espaço luminoso do agronegócio de frutas tropicais. **Anais do XVI ENG**, realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010.

SANTOS, Francisco K. S. dos. Uma análise da estrutura fundiária e dos determinantes do preço e uso das terras no Perímetro Irrigado Morada Nova. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006, p. 287-306.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008, 540 p.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Revista Raízes**. Vol. 21, n.º. 01, jan.-jul./2002. Campina Grande: UFCG/PPGS, 2002, p. 10-31.

SEM terras invadem propriedade do Grupo Santana e fazem vigilante de refém. **Paraíba.com.br/Folha do sertão**, 08 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.paraiba.com.br/2012/03/08/37539-sem-terras-invadem-propriedade-do-grupo-santana-e-fazem-vigilante-de-refem-veja-video>>. Acesso em: 18/06/12.

SEM terras são interrogados pela polícia sobre vandalismo nas Várzeas de Sousa. **Diário do Sertão**. Sousa, 14 mar. 2012. Disponível em: <[http://www.diariodosertao.com.br/artigo.php?id\\_artigo=20120314200344](http://www.diariodosertao.com.br/artigo.php?id_artigo=20120314200344)>. Acesso em: 18/06/12.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista NERA**, Ano 8, n.º. 7, jul.-dez./2005. Presidente Prudente, 2005, p. 01-21.

SILVA, Silvio Simione da. A liberdade no “fazer ciência” em Geografia. In: **Terra livre**. Ano 18, n.º 19, jul./dez. 2002. São Paulo, 2002, p. 213-227.

SILVEIRA, María L. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? In: **Que país é esse? Pensando o Brasil Contemporâneo**. Edu Silvestre de Albuquerque (org.) – São Paulo: Globo, 2005, p. 141-178.

SUERTEGARAY, Dirce M. Pesquisa de Campo em Geografia. In: **Geografia**, Ano 4, n.º. 7, jan.-jun./2002. Rio de Janeiro, UFF, 2002.

VANDRÉ, Geraldo. **Pra não dizer que não falei das flores**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/geraldo-vandre/pr-nao-dizer-que-nao-falei-das-flores.html>>. Acesso em: 10/08/12.

WAGNER, George. Mulheres denunciam aplicação de agrotóxicos no projeto Várzeas de Sousa. **Jornal da Paraíba (online)**. João Pessoa, 09 mar. 2010. Cidades. Disponível em: <[http://jornaldaparaiba.com.br/noticia/37754\\_mulheres-denunciam-aplicacao-de-agrotoxicos-no-projeto-varzeas-de-sousa](http://jornaldaparaiba.com.br/noticia/37754_mulheres-denunciam-aplicacao-de-agrotoxicos-no-projeto-varzeas-de-sousa)>. Acesso em: 10/05/12.

ZYMLER, Benjamim. Acórdão n.º 1.472/2005. In: **TCU – PLENÁRIO. Ata n.º 37, de 21 de setembro de 2005 – Sessão Ordinária**. Aprovada em 26 de setembro de 2005, publicada em 29 de setembro de 2005. Brasília-DF: Secretaria-Geral das Sessões, 2005, p. 104-114.

ZYMLER, Benjamim. Acórdão 599/2003. In: **TCU – PLENÁRIO. Ata n.º 19, de 28 de maio de 2003 – Sessão Ordinária**. Aprovada em 04 de junho de 2003, publicada em 10 de junho de 2003. Brasília-DF: Secretaria-Geral das Sessões, 2003, p 283-288.

**APÊNDICE**

APÊNDICE A – Roteiro básico para entrevistas

**ROTEIRO BÁSICO PARA ENTREVISTA – MODELO I - Empresários**

MESTRANDO: FRANCISCO VALDENIR LIMA (matrícula: 2010102198)

ENTREVISTADO(A):

EMPRESA:

LOCAL E DATA:

1. Qual a sua avaliação o(a) Senhor(a) faz acerca do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (PIVAS) e que perspectivas faz do projeto para o desenvolvimento da região? O Sr(a). Se considera empresário(a)? Por quê?
2. O que a empresa produz e para onde a produção é destinada?
3. Quais os dados das últimas duas safras colhidas em sua propriedade (lote(s))?
4. De onde a empresa é originária e em que setores de atividades atua?
5. Quantos funcionários estão empregados nesta empresa? Qual o quantitativo de máquinas utilizadas?
6. A empresa opera em toda a área dos lotes de sua propriedade? Existe subutilização da área?
7. A empresa desenvolve alguma relação com os pequenos produtores (colonos ou acampados), do tipo: compra da produção, associativismo, cooperativismo ou alguma outra?
8. Que visão o(a) senhor(a) tem a respeito da luta dos acampados por sua inserção no PIVAS?
9. Como tem sido a relação do poder público para com esta empresa e pelo que nela é produzido?
10. Existe algum planejamento da empresa para os próximos anos, no que diz respeito a aumento da produção, aumento do capital investido ou da inserção de novas culturas na área?
11. Em que “base ou modelo produtivo” se alicerça a empresa?

**ROTEIRO BÁSICO PARA ENTREVISTA – MODELO II – Colonos irrigantes**

MESTRANDO: FRANCISCO VALDENIR LIMA (matrícula: 2010102198)

ENTREVISTADO(A):

ASSOCIAÇÃO A QUE PERTENCE:

LOCAL E DATA:

1. Qual a sua avaliação o(a) Senhor(a) faz acerca do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (PIVAS) e que perspectivas faz do projeto para o desenvolvimento da região? Como o(a) senhor(a) se define? Como agricultor, microempresário do setor rural ou alguma outra categoria?
2. O que é produzido em seu lote e para onde a produção é destinada?
3. Quais os dados das últimas duas safras colhidas em sua propriedade (lote)?
4. O(a) senhor(a) poderia nos informar uma média de quanto é obtido mensalmente com a produção?
5. Atualmente, quantas pessoas trabalham em seu lote? Todas elas são familiares ou existe algum trabalhador contratado? Que remuneração é percebida por cada membro?
6. O(a) senhor(a) produz em toda a área do lote? Existe subutilização da área?
7. O(a) senhor(a) desenvolve alguma relação com as empresas que operam nos grandes lotes empresariais, do tipo: compra da produção, associativismo, cooperativismo ou alguma outra?

8. Que visão o(a) senhor(a) tem a respeito da luta dos acampados por sua inserção no PIVAS?
9. Como tem sido a relação do poder público para com sua propriedade e pelo que nela é produzido?
10. O(a) senhor(a) participa de alguma linha de crédito ou programa de financiamento ao produtor rural?
11. Existe algum planejamento por parte do(a) senhor(a) para os próximos anos, no que diz respeito a aumento da produção, aumento do capital investido ou da inserção de novas culturas na área?
12. Em que “base ou modelo produtivo” se alicerça sua produção?
13. Qual seu vínculo com a terra? O(a) senhor(a) nasceu na área das Várzeas, é filho de ex-proprietários ou mora(va) na cidade e passou a reivindicar o direito de também participar do projeto?

**ROTEIRO BÁSICO PARA ENTREVISTA – MODELO III – Lideranças dos movimentos rurais**

MESTRANDO: FRANCISCO VALDENIR LIMA (matrícula: 2010102198)

ENTREVISTADO(A):

MOVIMENTO QUE REPRESENTA:

LOCAL E DATA:

1. Qual a sua avaliação o(a) Senhor(a) faz acerca do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (PIVAS) e que perspectivas faz do projeto para o desenvolvimento da região?
2. O que hoje é produzido pelos acampados e para onde a produção é destinada?
3. Quais os dados das últimas duas safras colhidas em sua propriedade (lote(s))?
4. O(a) senhor(a) poderia nos informar uma média de quanto é obtido mensalmente com a produção?
5. Atualmente, quantas pessoas estão assentadas em cada acampamento pertencente ao movimento?
6. Todos os acampados sobrevivem da agricultura familiar ou existe algum deles que exerce outras atividades?
7. Em que “base ou modelo produtivo” se alicerça a produção do acampamento?
8. Além da agricultura e da pecuária que outras atividades os acampados desenvolvem?
9. Quais as dificuldades enfrentadas pelo grupo de acampados?
10. Vocês recebem alguma ajuda governamental ou da iniciativa privada?
11. Atualmente, como anda o processo de assentamento dos acampados na área destinada a esse fim pelo Governo da Paraíba e pelo INCRA?
12. Como os acampados tem se mobilizado diante de tão demorado e cansativo processo de legalização e conclusão das obras de infraestrutura na área destinada ao assentamento?
13. Uma das formas do movimento e dos acampados terem direito a participar do PIVAS foi a aceitação de condições impostas pelo Governo, tais como produzirem determinados tipos de cultura e de se tornarem colonos irrigantes. Nesse sentido, a aceitação dessas condições não os coloca dentro de uma lógica de mercado capitalista e não os faz contrariar os ideais de luta camponesa pela posse da terra? Qual sua visão sobre esse processo?
14. O projeto envolve interesses conflitantes: de um lado, os agricultores “sem-terra”; de outro, as empresas do setor de agronegócios. Da forma como o projeto vem se desenhando, a distribuição de terras proposta conseguirá satisfazer todas as partes interessadas?

15. Todas as pessoas do acampamento têm vínculo com a terra? E quanto às pessoas que moravam na cidade e vieram fazer parte do movimento, que direitos essas pessoas têm? Por que esse segmento passou a reivindicar o direito de também participar do projeto?

16. Na divisão das propriedades, alguns lotes foram repassados a colonos irrigantes, que posteriormente receberam o título de propriedade sobre seus respectivos lotes. O(a) senhor(a) não acha que corre-se o risco de alguns desses proprietários repassarem suas terras a terceiros? Esse mesmo risco não existirá se os acampados adquirirem a propriedade definitiva do lote, sobretudo àqueles que não têm raízes ou vínculo com a terra?

#### **ROTEIRO BÁSICO PARA ENTREVISTA – MODELO IV – Acampados**

MESTRANDO: FRANCISCO VALDENIR LIMA (matrícula: 2010102198)

ENTREVISTADO(A):

MOVIMENTO A QUE PERTENCE:

LOCAL E DATA:

1. Qual a sua avaliação o(a) Senhor(a) faz acerca do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (PIVAS) e que perspectivas faz do projeto para o desenvolvimento da região?
2. Que atividade(s) o(a) senhor(a) pratica hoje no assentamento? Essa atividade é exercida com a ajuda de sua família?
3. Algum membro de sua família trabalha fora do acampamento? Onde é esse trabalho?
4. O(a) senhor(a) sabe informar se existe algum tipo de associação entre os acampados e as empresas que operam nos grandes lotes empresariais, do tipo: compra da produção, cooperativismo ou alguma outra?
5. Que visão o(a) senhor(a) tem a respeito da luta dos acampados por sua inserção no PIVAS?
6. Como tem sido a relação do poder público para com os acampados?
7. Na época das desapropriações, o(a) senhor(a) era dono de terras na área onde hoje funciona o PIVAS? Quanto foi pago pelo governo por sua terra? Qual era o tamanho da propriedade? No seu entender, a indenização foi justa?
8. O que o(a) senhor(a) espera do Governo para solução do impasse quanto ao assentamento das famílias acampadas? Isso tem causado desestímulo ao(a) senhor(a) e a sua família? Em algum momento pensou em deixar o acampamento e tentar outra vida na cidade?
9. Quando as famílias forem assentadas, como o(a) senhor(a) vê a ideia de ter que cumprir algumas exigências do Governo para ter direito a permanecer na terra?
10. Qual seu vínculo com a terra? O(a) senhor nasceu na área das Várzeas, é filho de ex-proprietários ou mora(va) na cidade e passou a reivindicar o direito de também participar do projeto?

#### **ROTEIRO BÁSICO PARA ENTREVISTAS – MODELO V – Ex-camponeses**

MESTRANDO: FRANCISCO VALDENIR LIMA (matrícula: 2010102198)

ENTREVISTADO(A):

LOCAL E DATA:

1. Qual a sua avaliação o(a) Senhor(a) faz acerca do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (PIVAS) e que perspectivas faz do projeto para o desenvolvimento da região?
2. Que razões fizeram o(a) senhor(a) a desistir da luta pela terra que um dia foi o berço de sua família?

3. Na época das desapropriações, o(a) senhor era dono da terra em que morava? Quanto foi pago pelo governo ao(a) senhor(a) por sua terra? Qual era o tamanho da propriedade? No seu entender, a indenização foi justa?
4. O sonho de retornar ao campo ainda existe?
5. Morando na cidade, que avaliação o(a) senhor(a) faz de seu novo modo de vida?
6. O(a) senhor(a) exerce alguma atividade remunerada ou recebe alguma ajuda ou benefício do governo?
7. Algum parente do(a) senhor(a) ainda reside em algum acampamento? Quais são as principais dificuldades encontradas por ele e pelo grupo que há anos reivindica sua participação junto ao PIVAS?
8. Quando as famílias forem assentadas, como o(a) senhor(a) vê a ideia dessas famílias terem que cumprir algumas exigências do Governo para ter direito a permanecer na terra?
9. Sabemos que nem todas as pessoas do acampamento têm vínculo com a terra. Quanto às pessoas que moravam na cidade e vieram fazer parte do movimento, qual sua visão sobre esse grupo? É correta a reivindicação dessas pessoas pelo direito de também participarem do projeto?
10. Na divisão das propriedades, alguns lotes foram repassados a colonos irrigantes. O(a) senhor(a) não acha que corre-se o risco de alguns desses proprietários repassarem suas terras a terceiros? Esse mesmo risco não existirá se os acampados adquirirem a propriedade definitiva do lote, sobretudo àqueles que não têm raízes ou vínculo com a terra?

**ROTEIRO BÁSICO PARA ENTREVISTAS – MODELO VI – Secretário de Agricultura do Município de Sousa-PB**

MESTRANDO: FRANCISCO VALDENIR LIMA (matrícula: 2010102198)

ENTREVISTADO(A):

LOCAL E DATA:

1. Qual a sua avaliação o(a) Senhor(a) faz acerca do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (PIVAS) e que relação podemos fazer entre esse projeto e o desenvolvimento da região?
2. O(a) senhor(a) possui dados sobre o que é produzido por cada segmento envolvido no PIVAS nos dois últimos anos e para onde a produção é destinada?
3. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelo grupo de acampados?
4. Que visão o(a) senhor(a) tem a respeito da luta dos acampados por sua inserção no PIVAS?
5. O Senhor tem informações de como se encontra, atualmente, o processo de assentamento dos acampados na área destinada a esse fim pelo Governo da Paraíba e pelo INCRA? De que forma a Secretaria de Agricultura de Sousa-PB vem atuando no sentido de ajudar a solucionar os impasses na área do PIVAS, sobretudo àquele relacionado ao atraso nas obras de assentamento das famílias acampadas?
6. Qual a relação da Secretaria de Agricultura com as grandes empresas que atuam no PIVAS? Essas empresas vêm cumprindo com todas as suas responsabilidades (fiscais, ambientais, etc.)?
7. Uma das formas do movimento e dos acampados terem direito a participar do PIVAS foi a aceitação de condições impostas pelo Governo, tais como produzirem determinados tipos de cultura e de se tornarem colonos irrigantes. Como o Senhor vê a ideia dessas famílias terem que cumprir exigências do Governo para ter direito a permanecer na terra?

8. O projeto envolve interesses conflitantes: de um lado, os agricultores “sem-terra”; de outro, as empresas do setor de agronegócios. Da forma como o projeto vem se desenhando, a distribuição de terras proposta conseguirá satisfazer todas as partes interessadas?
9. Sabemos que nem todas as pessoas do acampamento têm vínculo com a terra. Quanto às pessoas que moravam na cidade e vieram fazer parte do movimento, qual sua visão sobre esse grupo? É correta a reivindicação dessas pessoas pelo direito de também participarem do projeto?
10. Na divisão das propriedades, alguns lotes foram repassados a colonos irrigantes, que posteriormente receberam o título de propriedade sobre seus respectivos lotes. O(a) senhor(a) não acha que corre-se o risco de alguns desses proprietários repassarem suas terras a terceiros? Por quê?
11. Existe previsão de quando os impasses na área do assentamento serão resolvidos e a mesma será repassada aos acampados?

**ROTEIRO BÁSICO PARA ENTREVISTAS – MODELO VII – Secretário de Agricultura do Estado da Paraíba**

MESTRANDO: FRANCISCO VALDENIR LIMA (matrícula: 2010102198)

ENTREVISTADO(A):

LOCAL E DATA:

1. Qual a avaliação que o(a) Senhor(a) faz acerca do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (PIVAS) e que relação podemos fazer entre esse projeto e o desenvolvimento da região?
2. O(a) senhor(a) possui dados sobre o que é produzido por cada segmento envolvido no PIVAS nos dois últimos anos e para onde a produção é destinada?
3. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelo grupo de acampados?
4. Que visão o(a) senhor(a) tem a respeito da luta dos acampados por sua inserção no PIVAS?
5. O projeto deveria estar em pleno funcionamento, ou seja, produzindo há mais de 3 (três) anos, mas até o momento verifica-se a inutilização de grande parte dos lotes. Por que isso vem ocorrendo?
6. Qual será a produção estimada das Várzeas de Sousa e quantos empregos diretos e indiretos poderão ser gerados?
7. Com relação às obras de engenharia, o que já foi feito e o que se pretende fazer para garantir a irrigação de toda a área coberta pelo projeto?
8. O Senhor pode nos fornecer informações de como se encontra, atualmente, o processo de assentamento dos acampados na área destinada a esse fim pelo Governo da Paraíba e pelo INCRA? De que forma a Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba vem atuando no sentido de ajudar a solucionar os impasses na área do PIVAS, sobretudo àquele relacionado ao atraso nas obras de assentamento das famílias acampadas?
9. Qual a relação da Secretaria de Agricultura com as grandes empresas que atuam no PIVAS? Essas empresas vêm cumprindo com todas as suas responsabilidades (fiscais, ambientais, etc.)?
10. Como o Senhor vê a ideia das famílias terem que cumprir exigências do Governo para ter direito a permanecer na terra?
11. Da forma como o projeto vem se desenhando, a distribuição de terras proposta conseguirá satisfazer todas as partes interessadas?

12. Quanto às pessoas que moravam na cidade e vieram fazer parte do movimento, qual sua visão sobre esse grupo? Como o Senhor vê a reivindicação dessas pessoas pelo direito de também participarem do projeto?

13. Na divisão das propriedades, alguns lotes foram repassados a colonos irrigantes. Existe o risco de alguns desses proprietários repassarem suas terras a terceiros? Por quê?

14. Existe previsão de quando os impasses na área do assentamento serão resolvidos e a mesma será repassada aos acampados?

### **ROTEIRO BÁSICO PARA ENTREVISTAS – MODELO VIII – Representante do INCRA-PB**

MESTRANDO: FRANCISCO VALDENIR LIMA (matrícula: 2010102198)

ENTREVISTADO(A):

LOCAL E DATA:

1. Qual a avaliação que o(a) Senhor(a) faz acerca do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (PIVAS) e que relação podemos fazer entre esse projeto e o desenvolvimento da região?

2. O(a) senhor(a) possui dados sobre o que é produzido por cada segmento envolvido no PIVAS nos dois últimos anos e para onde a produção é destinada?

3. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelo grupo de acampados?

4. Que visão o(a) senhor(a) tem a respeito da luta dos acampados por sua inserção no PIVAS?

5. O projeto deveria estar em pleno funcionamento, ou seja, produzindo há mais de 3 (três) anos, mas até o momento verifica-se a inutilização de grande parte dos lotes. Por que isso vem ocorrendo?

6. Qual será a produção estimada das Várzeas de Sousa e quantos empregos diretos e indiretos poderão ser gerados?

7. Com relação às obras de engenharia, o que já foi feito e o que se pretende fazer para garantir a irrigação de toda a área coberta pelo projeto?

8. O Senhor pode nos fornecer informações de como se encontra, atualmente, o processo de assentamento dos acampados na área destinada a esse fim pelo Governo da Paraíba e pelo INCRA? De que forma o INCRA vem atuando no sentido de ajudar a solucionar os impasses na área do PIVAS, sobretudo àquele relacionado ao atraso nas obras de assentamento das famílias acampadas?

9. Qual a visão do INCRA sobre as grandes empresas que atuam no PIVAS?

10. Como o Senhor vê a ideia dessas famílias terem que cumprir exigências do Governo para ter direito a permanecer na terra?

11. Da forma como o projeto vem se desenhando, a distribuição de terras proposta conseguirá satisfazer todas as partes interessadas?

12. Quanto às pessoas que moravam na cidade e vieram fazer parte do movimento, qual sua visão sobre esse grupo? Como o Senhor vê a reivindicação dessas pessoas pelo direito de também participarem do projeto?

13. Na divisão das propriedades, alguns lotes foram repassados a colonos irrigantes. Existe o risco de alguns desses proprietários repassarem suas terras a terceiros? Por quê?

14. Existe previsão de quando os impasses na área do assentamento serão resolvidos e a mesma será repassada aos acampados?



**APÊNDICE B – Fotos do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa**

O PIVAS foi iniciado em 1998 com o objetivo de impulsionar e dinamizar a agricultura na sua área de influência, com efeitos positivos sobre a economia do oeste do Estado da Paraíba, particularmente entre os municípios de Sousa e Aparecida-PB, através de ações voltadas para o desenvolvimento de atividades agrícolas e agroindustriais.

**Foto 1 – Canal Adutor Governador Antônio Mariz (Canal da Redenção)**



**Foto 2 – Adutora de recalque e distribuição**

**Foto 3 – Sistema de distribuição de água**



**Foto 4 – Centro gerencial do PIVAS**

Dentre as empresas que atualmente exploram a agricultura científica e de base tecnológica no PIVAS, destaca-se a Santana Agroindustrial, pertencente ao Grupo Santana S/A. Com matriz em Natal-RN, a referida empresa atua nas Várzeas de Sousa numa área de 1.025,51 ha na produção de grãos como o milho, o sorgo, o algodão e o girassol.

**Foto 5 – Instalações da Santana Agroindustrial em Sousa (PB)**



**Foto 6 – Vista externa das instalações da empresa Santana, com destaque para silo com capacidade para 5 milhões de quilos de grãos**

**Foto 7 – Maquinário utilizado pela empresa Santana**



**Foto 8 – Plantio de milho irrigado através do sistema de pivô central**

Foram selecionados 178 irrigantes para ocuparem lotes nos setores I a IV do PIVAS. A área esta subdividida como 156 lote de 5 ha, utilizados para a fruticultura, e 22 lotes de 10 ha, para o desenvolvimento da ovinocultura. Cada produtor selecionado foi contemplado com infraestrutura em seu lote, como construção de casa de alvenaria, instalação de uma tomada d'água e eletrificação.

**Foto 9 – Casas de alvenaria construídas nos lotes dos colonos irrigantes**



**Foto 10 – Tomada de água na entrada de cada lote**

**Foto 11 – Plantio de gêneros frutíferos - abacaxi**



**Foto 12 – Plantio de gêneros frutíferos - goiaba e banana**

Diversas famílias expropriadas de suas terras, não aceitando a nova realidade imposta, entraram na luta para retornar a terra. Mesmo em meio a inúmeras negociações, promessas e cansaço que já duram mais de 8 anos, alguns objetivos foram conquistados, como a área de 1.007 ha cedida pelo governo ao INCRA objetivando assentar as 141 famílias instaladas as margens da BR-230.

**Foto 13 – Cotidiano camponês**



**Foto 14 – Infraestrutura dos assentamentos – precariedade das habitações**

**Foto 15 – Camponeses do assentamento Nova Vida I, construindo as cercas das estradas que darão acesso aos lotes**



**Foto 16 – Reunião dos representantes do assentamento Nova Vida II**

A luta pela consolidação de uma ideologia camponesa ganha força nas várzeas de Sousa, com o estabelecimento de mais um espaço camponês. Trata-se do acampamento Emiliano Zapata, fundado em 2011. No processo de ocupação do território os camponeses, por meio de ações políticas, buscam não apenas a conquista da terra de trabalho, mas também a busca da liberdade, da afirmação de uma identidade e o reconhecimento dos seus direitos.

**Foto 17 – Construção do acampamento Emiliano Zapata**



**Foto 18 – A busca pelo estabelecimento de um espaço camponês**

**Foto 19 – Plantio de gêneros de subsistência**



**Foto 20 – Localização do acampamento as margens da BR-230**